

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

NATÁLIA SILVA NICÁCIO

EMANCIPAÇÃO HUMANA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
REFLEXÕES A PARTIR DAS PRODUÇÕES DA ÁREA

VITÓRIA
2018

NATALÁLIA SILVA NICÁCIO

EMANCIPAÇÃO HUMANA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
REFLEXÕES A PARTIR DAS PRODUÇÕES DA ÁREA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Neves Salazar.

VITÓRIA
2018

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

N582e Nicácio, Natália Silva, 1985-
Emancipação humana e projeto ético-político do Serviço Social : reflexões a partir das produções da área / Natália Silva
Nicácio. - 2018.
119 f. : il.

Orientadora: Silvia Neves Salazar.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Serviço Social. 2. Formação profissional. 3. Serviço Social Pesquisa. I. Salazar, Silvia Neves. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

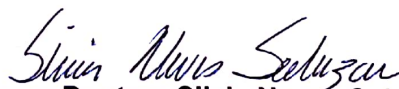
NATÁLIA SILVA NICÁCIO

**EMANCIPAÇÃO HUMANA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DAS PRODUÇÕES
DA ÁREA**

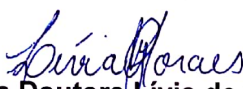
*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social.*

Aprovada em 18 de dezembro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA



**Professora Doutora Silvia Neves Salazar
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Livia de Cássia Godoi Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Olegna de Souza Guedes
Universidade Estadual de Londrina**

AGRADECIMENTOS

Ao Everton que por onde eu for, sempre será meu par. Você é meu coração!

Aos meus filhos, razões pelas quais me levanto todos os dias e luto por um mundo melhor. Vocês são meus pés, minha base!

Aos meus pais e irmãos, que sem o apoio logístico e financeiro eu não teria chegado ao final deste trabalho. Vocês são minhas asas!

A minha família e amigos, que escolhe me amar e estar comigo todos os dias. Vocês são meus braços e pernas!

A minha orientadora e amiga Silvia, que acreditou e acredita em mim, mais que eu mesma. Você representa minha razão, meu conhecimento!

A espiritualidade, que me sustenta e me guia. Odôiyá minha Mãe d'água! Você é meu ser!

RESUMO

O presente trabalho refere-se à apreensão da categoria emancipação humana na produção de conhecimento da área de Serviço Social sobre o projeto ético-político. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica em duas revistas, de grande impacto nas produções de conhecimento na área, entre 2000 e 2018: Serviço Social & Sociedade e revista Katálisis. Por meio da análise de conteúdo e utilizando as categorias teóricas Trabalho e Liberdade foi possível identificar que a compreensão da emancipação humana nas produções, é a emancipação como um “estado do ser” abstrato que tem seu fundamento na liberdade (real) e do trabalho (práxis). Uma compreensão da emancipação humana dentro da perspectiva crítico dialética marxista, que considera o trabalho, enquanto atividade humana livre, consciente e que possibilite a realização da subjetividade humana. Observamos que os autores, na defesa de instrumentos, instancias e ampliação dos espaços constituídos dentro da perspectiva burguesa capitalista, reconhecem os limites desta, dentro da sociedade capitalista. O que nos sinaliza que apesar do reduzido número de produções que abordam o Projeto Ético-Político e que trazem a concepção de emancipação humana, estas expressam a diferença entre emancipação humana e emancipação política.

Palavras-chave: Emancipação Humana; Projeto Ético-Político; Serviço Social, Trabalho; Liberdade;

ABSTRACT

The present work refers to the apprehension of the human emancipation category in the production of knowledge of the Social Service area on the ethical-political project. To do so, a bilateral investigation is necessary in two journals, with a great impact on the production of knowledge of the area, between 2000 and 2018: *Social Service and Society* and *Revista Katálysis*. As a means of analysis and use as thematic categories, it is an emancipation as a state of being that makes its emancipation in freedom (real) and work (praxis). An understanding of human emancipation within the dialectical critical perspective, which considers work, while exercising human activity free, conscious and enabling the realization of human subjectivity. It observes that the authors, in defense of instruments, instances and extensions of the spaces constituted within the capitalist bourgeoisie, recognize the limits of this, within capitalist society. What signals us what is more important than the campaigns that approach the Ethical-Political Project and that bring a sense of human emancipation, they express a difference between human emancipation and political emancipation.

Keywords: Human Emancipation; Ethical-Political Project; Social Work, Work; Freedom;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	MARX E A EMANCIPAÇÃO HUMANA.....	23
2.1	Crítica à Emancipação Política.....	24
2.2	Trabalho e Emancipação Humana.....	33
3	SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO VALOR NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO.....	47
3.1	Uma breve reconstituição da história do Serviço Social brasileiro - de 1930 até os dias atuais	48
4	EMANCIPAÇÃO HUMANA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: A CENTRALIDADE DAS CATEGORIAS TRABALHO E LIBERDADE	63
4.1	Trabalho e Liberdade: Fundamentos para pensar a Emancipação Humana.....	63
4.2	Projeto Ético-Político e o Marxismo: A perspectiva da Emancipação Humana.....	71
4.3	Ética profissional e o Projeto Ético-Político.....	78
5	A APREENSÃO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NAS PRODUÇÕES SOBRE O PROJETO ÉTICO POLÍTICO.....	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ORGANIZAÇÃO DOS ARTIGOS QUE APRESENTARAM OS DESCRITORES.....	115
	APÊNDICE 2 - QUADRO DOS ARTIGOS DAS REVISTAS SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE E REVISTA KATÁLYSIS QUE APRESENTAVAM OS DESCRITORES (BANCO DE DADOS).....	116

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento caminha lento, feito lagarta. Primeiro, não sabe que sabe e voraz contenta-se com o cotidiano orvalho deixado nas folhas vividas das manhãs. Depois pensa que sabe e se fecha em si mesmo: faz muralhas, cava trincheiras, ergue barricadas [...] (1 de 6) – Aula de Voô (Mauro Iasi)

Este trabalho constitui-se da pesquisa do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E tem como objeto a apreensão da categoria emancipação humana na produção teórica das Revistas *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade* de 2000 a 2018. A escolha das referidas produções se coloca por considerarmos aquelas que tem grande expressão e historicamente consolidadas no debate teórico crítico dialético do Serviço Social brasileiro.

A escolha do tema para pesquisa surgiu principalmente como resultado das reflexões do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual analisamos a concepção teórica da opressão para o Serviço Social brasileiro, expressa no documento do CFESS Manifesta de 2004 a 2013 (TELES;BULHOSA;NICÁCIO, 2014). Este movimento no TCC nos possibilitou explorar temas como trabalho, alienação, capitalismo e suas fases, e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Neste movimento, encontramos nas publicações do CFESS Manifesta (publicadas entre 2004 e 2016) importantes reflexões sobre variados temas e um que despertou minha atenção - o uso recorrente do termo emancipação humana¹. As publicações têm um caráter informativo e não possuem o objetivo de fazer análises complexas sobre os temas, mas foi essencial para despertar algumas inquietações no que diz respeito ao fato de usarmos e/ou reproduzirmos nos discursos e produções do Serviço Social, termos sem a devida reflexão teórica ou nos indagarmos o porquê do uso destes. Um alerta dado por Silva (2010, p. 160) quando aponta que

[...] a base teórica que sustentou o projeto profissional crítico, na metade dos

¹ Para ser mais exata, em uma busca pelo termo completo – emancipação humana – nos 144 arquivos do CFESS Manifesta publicados entre 2004 a 2016, o termo foi encontrado em 75 documentos.

anos 1990, está ruindo potencializada por imprecisões teóricas quanto a importantes categorias que hoje são cruciais para que se tenha maior clareza sobre os problemas e os desafios que concretamente o Serviço Social tem enfrentado no âmbito do mercado de trabalho e no campo da formação profissional.

Seria este o caso da emancipação humana? Enfrentamos teoricamente esta categoria como deveríamos a partir dos pressupostos marxistas? Não confundimos continuamente a emancipação humana com a emancipação política? Não enfrentar questões teóricas como esta, segundo Silva (2010), significa flexibilizar as propostas contidas na direção social construída nos anos 1990 e dar espaços para concepções de que o capital pode ser humanizado em tempos de absoluta desumanização.

Um problema que nos foi colocado ao pensar a proposta desta pesquisa foi: Se a emancipação humana não é realizável nos marcos do capitalismo (e no decorrer da pesquisa apresentaremos o porquê não é), por que deveríamos enfrentar esta categoria? Qual sentido de debater a categoria emancipação no âmbito do Projeto Ético-Político? Em Silva (2010) nos apoiamos para uma inicial justificativa. O autor aponta serem questões que não podem ser descaracterizadas como reflexões “teóricas descabidas” ou desconectadas do possível. Se dispor a pensá-las e enfrentá-las significa questionar a qualidade e a pertinência do que vem sendo concretamente gestado na profissão e qual a direção político-ideológica o Serviço Social tem conduzido seu trabalho profissional. Cabe-nos então, no mínimo, buscar apreender e aprofundar a emancipação humana em seus fundamentos teórico-metodológicos à luz da teoria de Marx. Neste caso dentro da teoria social crítica, analisar suas referências nos debates sobre o projeto profissional do Serviço Social.

Neste sentido, a pesquisa se faz importante, por contribuir para um acúmulo teórico sobre o tema e para o fortalecimento dos pressupostos que ancoram os princípios do projeto ético-político. Partimos da perspectiva de que não há neutralidade ao pesquisar, pois “[...] a pesquisa representa um desafio permanente para os profissionais que pretendem ser críticos e propositivos” (BOURGUIGNON, 2007, p.49). Nesta direção, acreditamos que o estudo do tema poderia contribuir para três aspectos: contribuição para os estudos acerca do tema emancipação humana e projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, contribuição para os profissionais do Serviço Social e a contribuição para a sociedade.

Em relação à contribuição para os estudos, a pesquisa poderá contribuir para o acúmulo e avanço no tema, pois não se trata de um debate simples, é

necessário a constante volta aos pressupostos e fundamentos do Serviço Social na busca pelo aprofundamento do conteúdo crítico, além da constante afirmação do direcionamento ético-político do projeto da profissão. Neste sentido, a produção de conhecimentos no Serviço Social deve ter por objetivo enriquecer a apropriação crítica dos assistentes sociais para além de demandas imediatas (SILVA, 2010).

Assim, realizamos as buscas nas duas revistas de importante expressão na produção de conhecimento no Serviço Social: a Revista Katálysis² e a Revista Serviço Social e Sociedade³ foco da nossa pesquisa bibliográfica. A decisão de fazer uma busca nos bancos de dados destas revistas se justifica pelo fato de Garcia, Nogueira e Forti (2016) apontarem no Documento de Área do Serviço Social que a “produção em artigos, em uma análise comparativa, os dados de 2013-2015 indicam um crescimento em periódicos avaliados em estratos superiores (A1+A2+B1)” (2016, p. 10), o que torna as revistas um dos meios científicos mais eficazes de difusão de conhecimento. Abordaremos com mais detalhes sobre as revistas e a busca pelos artigos no item Caminho Metodológico.

A questão inicial que nos moveu para a pesquisa é a impressão de que, ainda que expressa numa leitura introdutória do tema, muitas vezes a categoria emancipação humana que exige uma densidade teórica para a sua apreensão, ainda é frágil nas produções da categoria. Ou seja, muito se fala sobre a emancipação humana ser um princípio fundamental no projeto Ético-Político, sendo ela a direção social almejada pela profissão em consonância a um projeto coletivo. Mas há ainda a necessidade do aprofundamento teórico da relação entre a emancipação humana e o projeto Ético-Político do Serviço Social, principalmente, no que tange ao aprofundamento teórico de tal categoria, pelas/os profissionais que se deparam cotidianamente com as expressões da questão social. Quantas vezes já ouvimos profissionais destacando que contribuíram para a emancipação dos usuários quando inseridos no mercado de trabalho? Ou quando usuários são desligados do programa bolsa família porque todos integrantes do núcleo familiar agora trabalham?

² Editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, classificada como A1 pelo Qualis/CAPES (REVISTA KATÁLYSIS, 2017).

³ Classificada como A1 no Qualis /CAPES, tem como objetivo dar visibilidade à produção do Serviço Social e de pesquisadores de áreas afins, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, focando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latinoamericana (REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, 2017).

Em relação à contribuição às profissionais de áreas afins com o tema, essa se dá primeiramente no âmbito do objetivo da pesquisa, enquanto prática investigativa. A pesquisa objetiva avançar no conhecimento visando contribuir para qualificar a profissão, tanto no Serviço Social quanto em qualquer outra área de atuação que se proponha na perspectiva de uma nova sociabilidade, tornando a intervenção na realidade mais qualificada. No Serviço Social, pontua Silva (2010), a produção de conhecimento deve ter por finalidade enriquecer a apropriação crítica dos assistentes sociais, valorizando a produção que enriqueça a “massa crítica”, o debate crítico, fincado na explicação dos mecanismos de produção e de reprodução da sociabilidade burguesa e, nela, as particularidades da profissão. Este fato aponta para a necessidade de realização de novos estudos/discussões para aprofundar o conhecimento acerca da categoria emancipação humana - elemento central do projeto profissional do Serviço Social - sintonizado a um projeto societário, o compromisso da profissão na construção de uma nova ordem social.

A contribuição para a sociedade se dá principalmente para a classe que mais interessa a superação desta ordem – a classe trabalhadora. Isso porque, não importa a crise, não importa o nível de alienação e desumanidade, não importa quão destrutivo tenha se tornado o sistema do capital, ele não enterrará a si próprio (LESSA; TONET, 2012). Segundo Tonet (2015, p. 294), é necessário à busca pela nossa centralidade política enquanto classe trabalhadora, contribuindo com subsídio teórico, que possa fortalecer a preparação ideológica, política e organizativa. É imprescindível que nós, classe trabalhadora, assumamos o papel como classe dirigente e norteadora do processo de transformação social radical, pois em seus elementos essenciais, tanto a perspectiva revolucionária, quanto o proletariado como sujeito revolucionário já existiram e se fizeram fortemente presentes nas lutas entre capital e trabalho.

A nosso ver, é fundamental que tenhamos clareza e saibamos onde queremos chegar, qual horizonte perseguir, caso contrário nos encontraremos no dilema de Alice em “As aventuras de Alice no País das Maravilhas” (CARROLL, 2009), quando indaga o gato Cheshire

Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui? Depende bastante para onde quer ir, respondeu o Gato. Não me importa muito para onde, disse Alice. Então, não importa que caminho tome, disse o Gato [...] (CARROLL, 2009, p. 109).

É fundamental assim aprofundar o debate sobre o caminho a ser seguido e onde queremos chegar, tanto no que diz respeito ao projeto coletivo de sociedade, quanto ao projeto profissional do Serviço Social.

Por que a relação entre ambos os projetos? Porque o “[...] Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas” (IAMAMOTO, 2009, p. 4). E neste sentido, está associado a um projeto coletivo de sociedade onde a emancipação humana é o norte. Assim, a superação da sociedade capitalista, e seus fundamentos no trabalho alienado e na propriedade privada, é condição para o alcance de uma sociedade emancipada.

Para saber onde queremos chegar com esta pesquisa, é preciso saber de onde partimos, e neste sentido a concepção de emancipação humana que partimos é fundamentada na teoria social crítica de Marx.

Nossa finalidade é considerar o acúmulo historicamente consolidado pelo Serviço Social brasileiro nos últimos trinta anos para pensar a categoria emancipação humana, apreendendo as mediações das categorias trabalho e liberdade, e, conseqüentemente, contribuindo para a materialização do projeto Ético-Político. O mesmo se aplica sobre qual projeto profissional do Serviço Social estou me pautando, e em qual contexto histórico e a relação dos elementos do meu objeto se articula. Assim, apresentarei em linhas gerais alguns elementos para que se entenda sobre meu objeto e os objetivos desta pesquisa.

O tratamento teórico da emancipação humana se dá a partir das considerações de Marx sobre “[...] que espécie de emancipação está em jogo” (MARX, 2010, p. 36).

No Serviço Social a apropriação mais consolidada da categoria emancipação se dá a partir dos anos 1990, com o aprofundamento teórico do Código de Ética de 1993, que expressa um amadurecimento teórico-político da profissão, e evidencia seu compromisso ético-político vinculado aos interesses da classe trabalhadora, a partir de valores que visem a emancipação humana.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da

atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações éticopolíticas do agir profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

A partir da apropriação de Marx e Lukács no Serviço Social brasileiro, a ética como reflexão ontológica – compreensão do ser social na sua totalidade, nos possibilita a elevação dos valores humano-genéricos. Isto significa pensar as potencialidades da ética profissional e da liberdade a partir de “...sua perspectiva totalizante e crítica, capaz de desmistificar as formas reificadas de ser e pensar” (BARROCO, 2007, p. 56). Nesta direção, significa compreender o ser social na realidade concreta, onde, na ontologia marxista o ser social é formado por determinismo, ou seja, os momentos da estrutura capitalista em que este ser se constitui, e pela liberdade, que se constitui pela ação dos sujeitos sócio-históricos. É claro que tal processo é marcado por contradições, onde é preciso pensarmos nos limites e possibilidades do trabalho profissional do Serviço Social. Logo, contribuindo para uma práxis que interfere na realidade. Ressaltamos aqui a ampliação das capacidades ético-morais, como sinalizado em nosso projeto ético político, a partir de seus valores e princípios que apontam para o vir a ser. E é nesta direção que buscaremos situar a categoria emancipação humana.

Compreendendo que sua gênese se constitui a partir da centralidade do trabalho, o homem tem capacidade de transformar a realidade e a si próprio. Assim a gênese do ser social fundamenta-se no trabalho, centrada na capacidade teleológica do homem projetar a transformação na realidade.

Segundo Iasi (2007), um dos interlocutores do Serviço Social com o debate da emancipação, a concepção de emancipação humana é apresentada por Marx (2010) em contraposição ao que ele chama de emancipação política. Esta mediada pelo Estado, produz um caráter genérico do ser humano que é a expressão da universalidade do Capital. Uma universalidade que esconde o fato de que se têm

acumuladores de valor e mais-valia e outros que se transformam em mercadorias. Tem como essência a restituição do mundo e das relações humanas ao próprio homem na superação da vida individual egoísta fundada no comércio, no dinheiro e na propriedade privada, que é fundamento do Estado político moderno (BELTRAME, 2009). Ou seja, a emancipação política se constitui nos marcos da sociabilidade do capital.

Entendemos então com a leitura de Marx e Lukács, a necessidade do rompimento com a lógica da emancipação (política) conduzida pelo Estado. Ainda que a emancipação política represente um avanço, ela “[...] não constitui, porém, a forma final da emancipação humana, mas é a forma final da emancipação humana dentro da ordem mundana até agora existente [...]” (MARX, 1844b, p. 41). A Emancipação humana nos remete aos conceitos de liberdade plena, autonomia, de subjetivação do ser no mundo fundado no trabalho associado.

O Código de Ética (1993) profissional, que constitui-se como uma das dimensões do Projeto Ético-Político da profissão, do ponto de vista dos fundamentos filosóficos da ontologia do ser social, tem como seu princípio fundamental o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. (CFESS, 1993). Nesta direção, o Código de Ética interpreta a liberdade como valor central para a dimensão ético-política da profissão, ontologicamente vinculada ao trabalho. Tal apreensão implica que todo trabalho, assim como também do assistente social, expressa um resultado consciente da ação do homem sobre a realidade. Ou seja, o trabalho envolve uma dimensão teleológica onde o papel da consciência expressa formas de pensar a vida social para além do determinismo econômico em que a vida dos sujeitos está capturada. Então, como pensar o trabalho como categoria central da vida humana?

Segundo Tonet (2015, p. 282) o trabalho associado, um dos elementos que fundamenta a possibilidade da emancipação humana,

[...] se caracteriza por ser uma forma de trabalho livre, consciente, coletiva e universal. E por sua natureza, elimina, pela raiz, toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizar, da forma mais ampla possível, as suas potencialidades.

Nesta direção, na perspectiva de uma análise crítica, não há como descolar

emancipação humana da categoria Trabalho. E por que Trabalho? Pois

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (Marx, 1996, p. 211).

Vislumbrar a possibilidade do homem exercer seu trabalho como atividade transformadora, criativa e como forma de objetivação do homem no mundo é vislumbrar a possibilidade de uma verdadeira emancipação humana.

A nossa busca pelo objeto de pesquisa teve como questionamento inicial: qual a apreensão teórica de emancipação humana para o Serviço Social brasileiro? E os desdobramentos desta? Como os fundamentos teórico-metodológicos do projeto profissional tem incorporado o debate da emancipação humana?

Quando falamos de Projeto Ético-Político do Serviço Social, nos referimos a um projeto em específico da profissão, que vinculado a teoria marxista, a qual tem em seu núcleo “o reconhecimento da *liberdade* como valor central, o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (NETTO, 2009), expressa um projeto que tem como um dos seus pilares a interpretação da ética como práxis e, portanto, como política. Um projeto que, segundo Netto (2009), conquistou hegemonia no Serviço Social no Brasil, na década de 1990. Entretanto, isso não significa afirmar que tal projeto esteja consumado, ou que seja o único existente na categoria profissional. Em suma, estarei falando do projeto profissional a partir da centralidade nos fundamentos teórico metodológicos e ético-políticos, que revelam sua razão de ser. Pois uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.

O projeto profissional materializa-se em três dimensões articuladas entre si, que são a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídico-política da profissão. Todas estas dimensões compõem uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc. (NETTO, 2009), construídos historicamente pela profissão desde o período do Movimento de Reconceitualização.

O projeto Ético-Político do Serviço Social, no Brasil, põe como horizonte a

erradicação da desigualdade social, de toda forma de exploração do homem pelo homem e, portanto, a luta pela emancipação humana (TONET, 2015, p. 282). É um projeto profissional vinculado a um projeto societário, que não o capitalismo, por isso afirma Netto (2009, p.15) que “conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. Uma ordem societária resultado da emancipação humana. Embora a profissão venha afirmando um posicionamento teórico e ético-político em sintonia com os interesses da classe trabalhadora, a partir da construção de uma sociedade justa e igualitária, onde a riqueza produzida seja socialmente dividida, um dos grandes desafios que enfrentamos é apreender as mediações entre o projeto ético político e o projeto do capital, onde nos inserimos como assistentes sociais/trabalhadoras/res nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Aqui está um dos desafios desta pesquisa apreender na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro contemporâneo a emancipação humana como horizonte para o trabalho profissional da/o assistente social que se insere em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Para um maior entendimento sobre projetos societários e projeto profissional, recorro a Netto (2009). Segundo o autor, os projetos societários referem-se aos projetos macroscópicos, para o conjunto da sociedade, que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, tendo em seu núcleo a marca da classe social, cujos interesses essenciais respondem. Os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes, ao incorporarem novas demandas transformam-se e renovam-se conforme as conjunturas históricas e políticas.

Os projetos profissionais, também são coletivos, mas não possuem o nível de amplitude dos projetos societários. São constituídos por uma determinada categoria profissional, também possuem estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre as quais a profissão opera as transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão (NETTO, 2009). Os projetos profissionais apresentam a

[...] auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as

outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2009, p. 15).

Em termos gerais estes projetos relacionam-se à medida que os projetos profissionais são gestados em um determinado contexto histórico, que carregam um projeto societário, podendo ocorrer sintonias ou conflitos e/ou contradições entre o projeto societário hegemônico e o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional (NETTO, 2009).

Neste sentido, como relacionam o projeto societário vigente e o atual projeto profissional do Serviço Social brasileiro? Segundo Netto (2009), na primeira metade dos anos 1980, emerge o contexto de demandas democráticas e populares - reprimidas por longo tempo pela ditadura - onde o conservadorismo do Serviço Social brasileiro é confrontado pela primeira vez. A luta pela democracia na sociedade brasileira refletiu no interior do corpo profissional, instaurando na profissão o pluralismo político e propiciando a disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. Ainda, na década de 1970, com o desenvolvimento das pós-graduações em Serviço Social, e a consolidação da produção de conhecimentos na área, foi possível à profissão estabelecer uma interlocução com as ciências sociais, que propiciou

[...] incorporar matrizes teóricas e metodológicas [...] abertamente vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. Isto significa que, também no plano da produção de conhecimentos, instaurou-se um pluralismo que permitiu a incidência, nos referenciais cognitivos dos assistentes sociais, de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras (NETTO, 2009, p. 12).

Somado a isso, há o aprofundamento do debate sobre a formação profissional. E os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, com vistas à formação de um profissional com um novo perfil, um que atendesse com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira (NETTO, 2009). Ou seja, gesta-se o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social, para a constituição de um novo projeto profissional, o projeto ético-político. Procurando consolidar estas transformações, ainda nos anos de 1980, os profissionais formulam um novo Código de Ética Profissional em 1986, o primeiro Código que rompe com a neutralidade profissional e

assume um posicionamento político de compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Em 1993 este Código é revisado e concluído, buscando deixar mais claros os princípios e valores ético-políticos que direcionam o exercício profissional.

Se por um lado, o Serviço Social enquanto profissão apresenta um amadurecimento e consolidação teórica apoiado nos fundamentos da teoria social crítica de Marx, a partir dos anos 1990, com a Lei 8662/1993, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996, por outro a dinâmica da sociedade brasileira retrocede no campo das possíveis conquistas com a Constituição de 1988. Diante de um cenário de reordenações nas formas e nos meios de produzir a riqueza, modificando os padrões de acumulação vigentes que intensificaram a centralização do capital, exigindo respostas político-institucionais dos Estados nacionais, como uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal (NETTO, 2009), foi que o Serviço Social brasileiro adentra os anos 1990. Segundo Teixeira e Braz (2009) as mudanças adentram no país, mas encontram um Serviço Social maduro, que seguiu consolidando um projeto ético-político, principalmente porque foi justamente na virada da década de 80 para a de 90 que os movimentos sociais da classe trabalhadora brasileira, conseguiram avançar na organização e mobilização que envolveu amplos segmentos da sociedade, inclusive os assistentes sociais.

No final dos anos 1990 e entrada dos anos 2000, segundo Teixeira e Braz (2009) é que diante do quadro de avanço da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. Para os autores é o momento que remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão, que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos.

Muitos são os desafios para o Serviço Social, que tem em seu projeto ético-político alinhado a um projeto coletivo o direcionamento para luta dos interesses da classe trabalhadora. Logo se coloca na perspectiva de superação da sociabilidade do capital. A pesquisa, neste contexto, contribui pelo seu papel de elaboração e difusão de conhecimento, fundamental para alimentar a prática profissional e criar subsídios teóricos. Sem dúvida, a arma da crítica não pode

substituir a crítica das armas, a força material deve ser derrotada pela força material, mas a teoria também se torna uma força material quando ela se apodera das massas (MARX, 1844a, p. 16).

Neste sentido, apreender a categoria emancipação humana, nas produções das Revistas Serviço Social & Sociedade e Revista Katalysis, desde os anos 2000 a 2018, e sua mediação com o Projeto Ético-Político, torna-se nosso objeto de estudo. Nesta direção, falar da emancipação humana nos impõe pensar criticamente a realidade concreta, considerando a dupla dimensão do trabalho: a forma como o trabalho alienado se expressa na vida da classe trabalhadora, onde se inserem também as/os assistentes sociais. Mas ao mesmo tempo o trabalho concreto, enquanto dimensão consciente que expressa o pôr teleológico do homem. Ou seja, o trabalho consciente enquanto essência ontológica do ser social que enquanto práxis social tem um papel transformador na realidade.

No aprofundamento desta discussão, propomos no primeiro capítulo, problematizar as categorias emancipação humana e emancipação política à luz da teoria marxista, especialmente através das obras do próprio Marx (1844, 1996, 2008) e Lukács (2013 e 1978), assim como alguns interlocutores no campo marxista como: Bensaid (2010); Beltrame (2009) Tonet (2013 e 2005) e Iasi (2007 e 2017). Tendo por base essa matriz teórica buscamos abordar também a apreensão do trabalho como categoria ontológica e sua relação com a emancipação humana.

No segundo capítulo buscamos desenvolver um breve resgate histórico do Serviço Social brasileiro, de 1930 até os dias atuais, no sentido apreender a consolidação da sua produção teórica fundamentada no materialismo histórico dialético. Assim como, identificando na história profissional essa consolidação do projeto ético político e a apropriação do debate da emancipação. Nesta direção, buscamos situar que é no processo de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, em sua dimensão histórica e na sua relação (projeto) com o amadurecimento teórico da profissão a partir de 1980, que nos anos 1990 identificamos o avanço da profissão na Lei 8662/93, no Código de ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, entre outras produções teóricas do Serviço Social que consolidam o nosso projeto profissional.

Posteriormente, o capítulo três volta-se para a apreensão das categorias trabalho e liberdade expressas no Projeto Ético-Político e que fundamentam a

compreensão da emancipação humana.

Por fim, buscamos identificar como são incorporadas nas produções das Revistas *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade* dos anos 2000 a 2018, o debate da emancipação humana, através das categorias liberdade e trabalho. Categorias essas constitutivas do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

Vale ressaltar que, o percurso metodológico que se inicia desde a abordagem teórica do objeto à pesquisa do corpus empírico, nos permitiu identificar e responder nosso objetivo geral. Identificamos que a compreensão da emancipação humana nas produções, é a emancipação, como pontuaremos no capítulo dois, como um “estado do ser” abstrato que tem seu fundamento na liberdade (real) e do trabalho (práxis). Uma compreensão da emancipação humana dentro da perspectiva crítico dialética marxista, que considera o trabalho, enquanto atividade humana livre, consciente e que possibilite a realização da subjetividade humana.

~~Um dos questionamentos desta pesquisa foi se nas produções teóricas os autores possuem clareza dos limites da emancipação política e não confundiam esta com a emancipação humana. Na leitura dos artigos observamos que, os autores na defesa de instrumentos, instancias e ampliação dos espaços constituídos dentro da perspectiva burguesa capitalista, reconhecem os limites desta, dentro da sociedade capitalista. O que nos sinaliza que apesar do reduzido número de produções que abordam o Projeto Ético Político e que trazem a concepção de emancipação humana, estas expressam a diferença entre emancipação humana e emancipação política.~~

~~Um dado que atravessa e impacta também nossa busca pela apreensão da emancipação humana pelo projeto Ético Político, foi nos deparar com o reduzido número de produções voltadas para os fundamentos do Projeto Ético Político, mesmo que na interface com outras dimensões da profissão. Em um conjunto de produções da Revista *Serviço Social & Sociedade*, de 731 artigos publicados entre 2000 a 2018, 14 debatem os fundamentos. Na Revista *Katálysis* entre 458 trabalhos publicados, sem contar os editoriais, temos 6 artigos que tratam do Projeto Ético Político. Esse dado já foi observado nas pesquisas de Closs (2015) e Silva (2009), que também se debruçaram, de forma muito mais ampla, nas produções das revistas da área do Serviço Social brasileiro.~~

A produção teórica ocupa um importante lugar na profissão, uma vez que é

a partir do avanço na produção do conhecimento, na busca de romper com seu histórico conservadorismo, dos debates sobre a formação profissional, das revisões curriculares, entre outros elementos, que o Serviço Social brasileiro constrói seu um projeto profissional com princípios que vão nortear a materialização de suas ações (MORAES, 2013). Por isso nossa pesquisa tem um intuito de elucidar uma “viagem de volta” (MORAES, 2013), compreendendo os principais determinantes e fundamentos que contribuíram para a construção do Serviço Social no Brasil, nas suas dimensões teóricas, metodológicas, éticas, políticas, e técnico- operativa.

Compreendemos a metodologia como o caminho desta viagem de volta, “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 1994, p.16), que abrange tanto o referencial teórico utilizado na pesquisa como o método, técnicas e instrumentos. Neste sentido, é necessário que se estabeleça e defina alguns pilares fundamentais para o nosso caminhar na pesquisa.

O primeiro refere-se a própria apreensão do método do materialismo histórico dialético que, ao ser apropriado para dar direção a pesquisa, possibilita a análise da realidade como lente para o encaminhamento da investigação proposta. Para a análise do material da pesquisa bibliográfica, Lima e Miotto (2007) pontuam ser necessário que nos apropriemos de algumas categorias teóricas que nos possibilitem uma aproximação da realidade a qual o objeto está imerso. Assim, as categorias teóricas utilizadas foram as categorias marxistas Liberdade e Trabalho. As unidades de análise necessárias para que seja possível apreender nosso objeto são projetos coletivos (como subunidades - projeto societário e projeto profissional), Emancipação Humana, Serviço Social - dentro deste uma subunidade é o projeto ético-político.

Na pesquisa utilizarei a abordagem qualitativa, pois esta

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Realizamos a pesquisa bibliográfica, uma vez que foi possível analisar a apreensão da emancipação humana no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, assim nos debruçarmos nesta produção teórica da profissão. Como já destacamos, optamos pela análise de artigos de duas revistas da área – Serviço

Social & Sociedade e Revista Katálysis. A pesquisa bibliográfica demandou, nos apoiando em Lima e Miotto (2007), quatro etapas em um processo contínuo. Seguindo essas etapas, explicitarei o caminho percorrido.

A) Investigação das soluções

Levantamento da bibliografia – A escolha das referidas revistas se deu pela qualificação que carregam. A Serviço Social & Sociedade chegou ao número 100 de publicações, mantendo um fluxo regular durante trinta anos, podendo então comemorar sua classificação no Estrato A1 no Sistema Qualis Periódicos da CAPES/MEC e sua indexação pela SIELO. A Revista Katálysis, também A1 no Sistema Qualis Periódicos da CAPES, é de criação mais antiga (1997) a uma Pós Graduação. Tais características conferem a estas revistas o caráter acadêmico científico de ampla divulgação, de impacto de suas produções na área e por serem um dos principais veículos de socialização de conhecimento da profissão.

Levantamento das informações contidas na bibliografia – Para uma leitura exploratória das bibliografias selecionadas, desenvolvemos um roteiro de leitura que segundo Prates (2009), possibilita abordar os materiais de modo mais direcionado contribuindo sobremaneira para a realização do processo de análise.

Identificação da obra

- 1.1. Nº do documento analisado
- 1.2. Referência completa para citação do documento
- 1.3. Revista na qual o artigo está publicado
- 1.4. Ano da publicação do artigo

Caracterização da Obra:

- 2.1. O artigo tem como objeto de estudo o Projeto Ético-Político?
- 2.2 O artigo discute o projeto ético-político na sua interface a outra dimensão da Profissão? Se sim. Qual:
- 2.3 A ênfase do artigo não está relacionada ao debate do projeto ético-político apesar dos descritores. Qual ênfase?

Descrever: Tema central ; Objetivo da obra (permite verificar se o objetivo proposto na obra corresponde ao tema central); Conceitos utilizados (permitem identificar as referências conceituais presentes na obra e se são pertinentes ao objeto de estudo proposto); Paradigma teórico; Referencial teórico (permite verificar o referencial utilizado pelo autor e a conexão das suas proposições, observando o paradigma assumido).

Comentários do pesquisador: 3.1 O artigo será incluído na análise? () Sim () Não. Justificativa.

B) Análise explicativa das soluções – Como técnica de análise das produções utilizaremos a **técnica de análise de discurso** na perspectiva que demarca, segundo GILL (2002) a ênfase no discurso como uma forma de ação, e uma convicção na organização retórica do discurso. Assim, o discurso é uma prática social. A linguagem, então, não é vista como algo acima do fenômeno, mas como uma prática em si mesma. Nosso intuito ao utilizar a técnica de análise do discurso dentro da pesquisa bibliográfica foi a de “não contentar-nos com afirmações [...] é inquirir das razões que sustentam as afirmações. Igualmente, quase sempre são necessárias garantias que nos assegurem que as razões justificam as afirmações” (SALVADOR, 1986, p.71). Neste sentido foi necessária a leitura das bibliografias de forma não neutra, mas dirigida, com propósito e intenção, uma “Leitura Reflexiva Crítica” (SALVADOR, 1986, p. 73).

Após a leitura dos artigos identificamos 3 eixos: Eixo 1: Dos artigos que tem como objeto de discussão os fundamentos do Projeto Ético-Político (6 artigos); Eixo 2: Dos artigos que discutem o Projeto Ético-Político na interface com outra dimensão da Profissão (cada artigo dava ênfase a uma dimensão) (10 artigos). Eixo 3: Artigos que não debatiam o Projeto Ético-Político apesar dos descritores (4 artigos). Assim definimos que Eixo 1 e Eixo 2 são o nosso lócus de pesquisa, ou seja, nosso corpus empírico de análise foram 16 artigos.

D) Síntese integradora – Consiste na fase de reflexão e de proposição de soluções, baseada no material de estudo que compôs a pesquisa (LIMA;MIOTO, 2007, p.43). Ou seja, como vamos a partir de todo material lido, refletido e sistematizado conseguir apreender a resposta ou aproximação da resposta do objeto desta pesquisa? Para síntese e análise de todas estas publicações escolhidas foram fundamentais as categorias teóricas.

As categorias teóricas marxistas, Trabalho e Liberdade, nos possibilitaram a leitura crítica da bibliografia, nos permitindo compreender a perspectiva teórica do autor, a relação desta produção com a teoria marxista e o contexto do problema colocado pelo autor em sua produção. As categorias foram nossas “pinças” que nos auxiliaram na busca pela apreensão do meu objeto de pesquisa dentro das produções, pois o objeto não está dado. Assim, tanto no momento da leitura das obras escolhidas, da sistematização dos dados, e principalmente, na produção da síntese integradora, buscamos identificar as categorias teóricas e como estas se

relacionavam a emancipação humana como fundamentos valorativos do Projeto Ético-Político.

Essa pesquisa não possui “procedimentos metodológicos [que] envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes” (BRASIL, 2016, p. 44).

O que não significa que não envolva procedimentos éticos. A postura ética deve ser incorporada durante todo o processo de pesquisa. Neste tipo de pesquisa, bibliográfica, os procedimentos éticos devem estar em observância na utilização das produções teóricas, no que se refere à atribuição das devidas referências de propriedade intelectual, em conformidade Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2. MARX E A EMANCIPAÇÃO HUMANA

[...] Defendendo o que pensa saber levanta certezas na forma de muro, orgulhando-se de seu casulo. [...] (2 de 6) Aula de Voô (Mauro Iasi)

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o enfrentamento teórico de Marx sobre a emancipação humana e todos os complexos teóricos que envolve esta categoria. Trazendo alguns elementos a partir da crítica marxiana a dimensão da emancipação política e seus limites. Abordaremos também sobre a emancipação humana e o trabalho como categoria ontológica, que cria a possibilidade de uma práxis revolucionária. Nesta direção, a essência da emancipação humana, apresentada por Marx, decorre de uma mudança do trabalho, que nesta sociedade é produzido e reproduzido de forma alienada. Por isso, buscamos no decorrer do capítulo demonstrar o porquê da emancipação humana não ser possível dentro da sociedade capitalista e a recorrente confusão que se faz entre emancipação política e humana. Nós autoras partimos da perspectiva marxista - e tratamos durante todo este trabalho - de que a emancipação humana só será possível por meio de uma ruptura radical com o sistema vigente. Para isso, recorreremos a autores clássicos como o próprio MARX (1844b, 1996, 2008) e LUKÁCS (2013 e 1978), e alguns interlocutores marxistas como: BENSÁID (2010); BELTRAME (2009) TONET (2013 e 2005) e IASI (2007 e 2017) que muito contribuíram para este debate.

2.1 Crítica à Emancipação política

Como pontua Silva (2010) a voracidade do capital impede, cada vez mais, a realização da emancipação (mesmo a mais restrita - emancipação política- e à afirmação de direitos), e tem redefinido a relação entre as demandas democráticas e as possibilidades objetivas para que se viabilizem propostas capazes de lidar com inúmeras contradições entre capital e trabalho. O capital, além de recriar as suas condições de reprodução ampliada e expor suas contradições que inviabilizam as condições necessárias para a reprodução da vida humana na sua plenitude, pressupõe a alienação do trabalho, um trabalho que impede a emancipação humana.

Neste bojo da reprodução do capital, os desafios estão colocados ao Serviço Social, como uma profissão interventiva que lida diretamente nas expressões da contradição capital x trabalho. É também uma profissão inserida na sociabilidade burguesa, que sofre o impacto do trabalho assalariado-alienado e cumpre uma função no processo de reprodução social. Uma profissão que tem seu projeto profissional norteado pela teoria social crítica, onde a categoria Emancipação Humana é considerada como central no projeto, entendida como horizonte, elemento norteador a formação e prática profissional.

Por isso, dada tamanha complexidade que conforma a profissão, compartilhamos da preocupação de Silva (2010) quando pontua que a sobrevivência da crítica radical no âmbito do Serviço Social depende de uma aproximação privilegiada, qualificada e responsável com a produção marxiana. Por isso nossa preocupação na busca de identificar e compreender se o projeto ético político da profissão está sintonizado com o significado radical contido na noção marxiana de emancipação humana.

Nesta direção, é necessário valorizar a aproximação qualificada entre o Serviço Social e a teoria social crítica de Marx, caso contrário, “sem Marx e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se” (NETTO, 1989, p. 101). Portanto, a seguir, esboçaremos algumas considerações sobre a categoria emancipação humana.

Partiremos da seguinte afirmação “a ideia de emancipação humana é

apresentada por Marx em contraposição ao que ele chama de emancipação política” (IASI, 2007, p.48). Faz-se necessário compreender então o que Marx chamava de emancipação política.

Um interessante trabalho que se colocou a analisar o pensamento de Marx em relação a concepção de emancipação humana, e conseqüentemente sua concepção de emancipação política, é o de Beltrame (2009). Um trabalho que teve como foco analisar a teoria da emancipação humana no pensamento de Marx, desde a Gazeta Renana aos Anais Franco-Alemães, que abrange o período de pensamento que vai da tese de seu doutoramento em 1841 aos artigos publicados nos Anais Franco-Alemães, em 1844 (BELTRAME, 2009, p. 4). O período de produção de Marx analisado torna-se importante, segundo Beltrame (2009), por se tratar de um questionamento real e ideal da emancipação humana, onde a questão da prática radical ou crítico revolucionária encontra seu fim, nos processos reais de transformação.

Segundo o autor, até os Anais Franco-Alemães em 1844, Marx compartilhava da ideologia teórica e política de Hegel, vendo então a possibilidade de emancipação humana – do múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana – na constituição do Estado moderno, na própria emancipação política. Marx escreveu sobre a superioridade estatal em relação aos interesses materiais, buscando então pensar a resolução dos problemas sócio-econômicos por meio do formato racional do Estado e da racionalidade do direito.

Ainda, segundo Beltrame (2009), os escritos que antecedem os Anais Franco-Alemães (1844), Marx transita entre a democracia radical à democracia revolucionária, expressando um pensamento positivo sobre a política. De maio de 1842 a março de 1843, Karl Marx atuou no periódico de ‘A Gazeta Renana’, nos primeiros meses como colaborador e nos últimos seis meses como redator-chefe. Segundo Lowy (2012, p.1) “A Gazeta Renana” foi fruto de uma articulação de curta duração, entre o hegelianismo de esquerda e a burguesia liberal, que encontraram em comum a oposição ao Estado prussiano burocrático-feudal e na defesa das liberdades ameaçadas pelo absolutismo monárquico (liberdade de imprensa para os hegelianos e da indústria para os burgueses).

A união destes dois grupos em oposição ao Estado prussiano deu-se pelo

fato do Rei Frederico Guilherme IV, depois de tomar posse do trono, expressar seu ódio pelo hegelianismo, interditando as revistas dessa tendência - supressão dos *Anais de Halle* em junho de 1841, do *Athenaum* em dezembro, e expulsando professores hegelianos das universidades. O movimento jovem-hegeliano viu a supressão, pelo Estado, de seus meios de expressão tradicionais (revistas filosóficas, cátedras universitárias), que também eram, ao menos para alguns, um meio de subsistência (LOWY, 2012, p.2). Já os liberais renanos, frustrados por esse novo reinado e vendo suas esperanças constitucionais virarem ilusão, perceberam que necessitavam de instrumentos ideológicos (jurídicos, econômicos, filosóficos) na oposição "construtiva" que pretendiam fazer ao Estado prussiano.

A mudança de pensamento de Marx, segundo Lowy (2012), desenvolve-se neste contexto, membro do "Clube dos Doutores" de Berlim e amigo de Bruno Bauer - professor universitário exonerado em março de 1842 - só se lançou no jornalismo e na vida política depois da exoneração de Bauer. Estas exonerações representaram na época para os jovens hegelianos um símbolo da política reacionária do Estado prussiano, e foi decisivo para a politização radical do hegelianismo de esquerda em geral, e de Marx em particular. E neste contexto, o período em que Marx escreveu para a *Gazeta Renana* (1842) foi decisivo para suas mudanças teóricas, por marcar sua entrada na vida política, e ao mesmo tempo o confronto com as questões materiais (LOWY, 2012, p.3).

Mas, a partir da "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" (1844a), influenciado pela teoria de Ludwig Feuerbach, Marx revê a ideologia teórico política rompendo com a filosofia política de Hegel. Segundo Lowy (2012) a crítica que os jovens hegelianos "democráticos" faziam ao comunismo era contra seu caráter "apolítico", puramente social, tese que se origina da concepção hegeliana do Estado como representante do interesse geral. Marx (1844a) rompe com esse esquema hegeliano, mostrando que essa universalidade do Estado é abstrata e alienada, que ele constitui a "religião da vida popular". Por essa desmistificação da esfera política, volta-se não mais para o Estado como "verdade" dos problemas sociais, mas para o povo real, para a vida social.

Com a "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" (1844a), Marx desvenda a relação entre sociedade civil e Estado, onde a sociedade civil apenas adquire significação e atividade política no Estado, o que torna o indivíduo real participante

de duas organizações, da organização política, vida externa e do Estado situado além da organização da sociedade civil (LOWY, 2012).

A mudança de pensamento de Marx rompe com os jovens hegelianos de esquerda e tem sua análise voltada para as questões materiais, se deu entre fevereiro de 1844 com os Anais, a agosto deste mesmo ano. Segundo Lowy (2012), essa mudança foi fruto do período em que Marx aprofundou seu contato e onde viu surgir o movimento operário alemão. É, portanto, a partir deste contato que em sua análise crítica da economia, história e política, Marx começa a romper com o universo do comunismo filosófico e com o humanismo de Feuerbach, o que levará a cabo nas obras posteriores, a Sagrada Família e a Ideologia alemã⁴. Assim, é a partir deste contexto histórico que Marx começa a constituir os primeiros fundamentos da teoria da auto-emancipação operária, que o conduzirá a teoria da práxis revolucionária, conforme aparece no artigo do Vorwärts (1844). Marx supera, neste momento, a separação entre filosofia e proletariado, o socialismo deixa de ser apresentado como uma teoria pura proveniente da filosofia, e, o proletariado passa a ser o elemento ativo da emancipação. Esses três elementos constituem os primeiros fundamentos da teoria da auto-emancipação do proletariado e da práxis revolucionária (BELTRAME, 2009).

Estas experiências com o movimento operário alemão vividas por Marx refletiram no tratamento teórico que o mesmo deu à emancipação humana, do ponto de vista da teoria da auto-emancipação proletária, mas que de certo modo já possuía continuidade nos seus escritos de 1842 a 1844 - entre os Manuscritos, as cartas de 1843 e os Anais Franco-Alemães (1844) - (BELTRAME, 2009). Mas vamos nos aprofundar na obra que explicita claramente a reflexão sobre emancipação, categoria central do nosso objeto de estudo. Esta é encontrada principalmente em “Sobre a questão judaica” (MARX, 1844b), que representa um importante momento do pensamento do autor. Pois este texto, ao fazer parte de uma única edição dos Anais Franco-Alemães, assinala na obra de Marx “um giro no seu desenvolvimento teórico-político, sua incorporação do materialismo e o seu trânsito do radicalismo democrático à perspectiva revolucionária”⁵ (NETTO, 2017).

⁴ Uma indicação de leitura para compreender melhor o rompimento de Marx com o pensamento Humanista de Feuerbach é “Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã” de Engels (1883).

⁵ Cabe pontuar aqui que há um caráter abstrato e filosófico de “Sobre a questão judaica” (1844b) que advém do fato de Marx não destinar a tarefa da emancipação humana a nenhuma classe social

É nessa produção que, segundo Bensaid (2010, p.16), “o vínculo político e estratégico entre os dois níveis de emancipação [política e humana] é explicitamente colocado”. Foi a oportunidade de Marx para explorar os limites da emancipação política e oportunidade de fazer a crítica ao Estado político, e o momento de sua transição, do caminho que iniciará de um pensamento que irá rejeitar a “Crítica crítica” para ir à essência das coisas por meio da crítica da economia política (BENSAID, 2010).

“Sobre a questão judaica” (MARX, 1844b) constitui-se de uma resposta a “Questão judaica” de Bruno Bauer (1842), este último sustentava ser a emancipação dos judeus uma questão apenas teológica, ou seja, para se emanciparem era necessária que abrissem mão de sua religião - e o Estado constitucional, ao cristianismo.

Por isso o questionamento de Marx (1844b) em relação ao que os judeus reivindicavam. Os judeus alemães almejam a emancipação. Que emancipação almejam? A emancipação cidadã, a emancipação política. Mas por que? Segundo Bensaid (2010), os judeus não podiam usufruir dos direitos que a outros cidadãos eram cedidos. Por exemplo, não podiam assumir funções públicas, ou seus filhos não podiam ir a escolas custeadas pelo Estado. A situação variava de país para país, mas no geral, não eram reconhecidos como cidadãos, com igualdade perante a lei. Neste sentido, Bauer (1842) sustentava que a emancipação dos judeus seria possível, e seu acesso à cidadania no Estado constitucional, se renunciassem sua religião.

A religião e a política no momento em que escrevem Bauer (1842) e Marx (1844b) eram objetos de estudos, pois o Estado político na Alemanha não existia. Fato este que pode ter levado Bauer (1842) a uma limitada leitura sobre a questão dos judeus, pois sim, na Alemanha era vista como uma questão teológica. Entretanto, nos países em que o Estado tinha desfeito do seu caráter religioso - a religião não tinha desaparecido (BENSAID, 2010). Por isso afirma Marx (1844b) que a questão judaica deveria ser formulada de acordo com o Estado em que o judeu se encontrava. Como exemplo, os estados livres norte-americanos, onde a questão

concreta; o proletariado está ausente, trata apenas do "homem", dos "homens". Nesse sentido, o segundo artigo dos Anais, a "Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução", constituirá uma importante mudança, que leva Marx do humanismo feuerbachiano ao comunismo proletário revolucionário (LOWY, 2012).

judaica perdeu seu sentido teológico e se tornou uma questão secular. Afirma Marx (1844b), onde o Estado político existe em sua forma plenamente desenvolvida, onde este deixa de comportar-se teologicamente para com a religião e passa a relacionar-se politicamente, a crítica transforma-se em crítica ao Estado político. É neste ponto que afirma Marx (1844b, p. 37) “que a crítica de Bauer deixa de ser crítica”.

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido (MARX, 2010, p.145).

Para Marx (1844b) é possível os judeus se emanciparem sem abrir mão de sua religião, porque o que deve ser questionado não é a essência do judeu, mas a do Estado que se apresentava como mediador dos direitos humanos. Marx (1844b) se coloca a pensar na relação entre Estado e religião, ou seja, a cisão entre ambos, e inverte a lógica de Bauer- que tentava explicar os judeus pela religião- buscando compreender então a religião judaica pelos verdadeiros judeus, demonstrando que o judaísmo se conservou e desenvolveu-se pela, na e com a história.

Para Marx (1844b), um dos erros de Bauer era a de não questionar a essência do Estado, assim como o faz com o judaísmo. Continua o autor

[...] vemos que o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente ao “Estado cristão”, mas não ao “Estado como tal”, no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão acrítica da emancipação política com a emancipação geral (MARX, 2010, p. 36).

A emancipação política do homem religioso, seja qual for sua religião, consiste na emancipação do Estado em relação à religião, ou seja, quando o Estado professa-se como Estado, sem professar nenhuma religião. Ocorre que o homem ao libertar-se politicamente o faz-se por meio de algo, de um desvio, pela mediação do Estado (ainda que necessário), pois este homem só se reconhece como um ser livre, igual e que possa gozar dos direitos, quando reconhecido como cidadão por meio do Estado (MARX, 1844b).

Mas o Estado, prossegue Marx (1844b), não reconhece as diferenças da

vida real – diferenças materiais, de nascimento, estamentos, formação, atividade laboral - ao declarar que todas estas diferenças são apolíticas. Ao declarar que cada membro da sociedade é igual participante da vida nacional, o Estado não só ignora as diferenças materiais, como sua existência enquanto Estado político pressupõe a existência destas diferenças.

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. [...] Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla [...] uma vida na comunidade política, onde ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, onde atua como pessoa particular, encara os demais membros como meio, degrada a si próprio à condição de meio [...]
(MARX, 2010, p. 40)

O que Marx (1844b) busca demonstrar em “Sobre a questão judaica” é que a situação dos judeus, ou de qualquer outro adepto de uma religião, em relação a sua cidadania é uma contradição, parte da contradição universal entre Estado político e sociedade burguesa. Essa contraposição faz com que o indivíduo além de se reconhecer no Estado como ser genérico, acredita ser genérico graças ao Estado (IASI, 2007). Essa dimensão genérica do indivíduo, de igualdade é expressa apenas na dimensão do ser enquanto cidadão - indivíduos com direitos políticos. Já dentro da esfera da materialidade, da reprodução da vida em sociedade as pessoas vivem relações que não expressam essa igualdade genérica, assumindo posições diferentes no modo de produção - como proprietário de meios de produção ou comprando ou vendendo a força de trabalho. Ou seja, a dimensão do cidadão expressa uma universalidade possível daquilo que no campo real são relações conflituosas (IASI, 2007).

Para Marx (1844b) a emancipação política, conquistada na dissolução da sociedade feudal, produziu a cisão do homem em dois seres: indivíduo egoísta e cidadão, e a negação dos vínculos genéricos entre os homens. Segundo Marx (1844b) na sociedade feudal, as classes da sociedade civil e os estamentos políticos eram idênticos, porque a sociedade civil era a sociedade política e o princípio orgânico da sociedade civil era o princípio do Estado. Os elementos que constituíam a sociedade burguesa, por exemplo, as posses, famílias ou modo de trabalho, determinavam a relação “política” de cada indivíduo com a totalidade do Estado. A emancipação política representou dissolução da feudalidade, e a dissociação da

sociedade civil e Estado revelou as relações antagônicas de classe. Enquanto eram idênticos, sociedade civil e Estado, o desdobramento do significado de classes era impossível, pois as classes não possuíam no mundo civil outros significados a não ser aquele que elas já possuem no mundo político.

Então, o que representou a revolução política burguesa e a emancipação política? Foi uma emancipação não integral, contraditória, feita pelo homem em contradição consigo mesmo. Trata do ponto de vista do Estado, dos elementos que compõem a vida em sociedade, pois, em relação às diferenças e as desigualdades presentes na sociedade civil, o Estado se comporta como mediador, afirmando que todos são iguais participantes da soberania política. E nesta perspectiva fica a cargo da própria sociedade civil resolver a questão das desigualdades, fundantes do modo de produção capitalista (BELTRAME, 2009).

Marx, portanto, desvenda o Estado político enquanto esfera que transforma toda existência política em simples meio a serviço da vida da sociedade civil burguesa. Desvenda também a limitação da emancipação política enquanto estreita, parcial e abstrata. A emancipação política acontece de modo desviado, tornando-se o Estado nada mais do que um intermediário entre o homem e a liberdade humana. O Estado político é a vida genérica do homem, alienada à vida material da sociedade civil, na qual todos os pressupostos da vida egoísta continuam existindo, fora da esfera política. O que implica no fato de que onde o Estado político atingiu seu pleno desenvolvimento o homem leve uma dupla existência (BELTRAME, 2009, p. 115).

Usando como pano de fundo a questão judaica, Marx (1844b) faz uma verdadeira crítica à sociedade burguesa, mais precisamente aos direitos burgueses. A que direitos os judeus queriam ter acesso? Aos direitos que todo cidadão da época possuía. Uma forma particular de direito, uma forma que corresponde a uma determinada época histórica e seus determinantes sociais, econômicos, políticos e formas de consciência que lhes correspondem.

Segundo Marx (1844b) os direitos humanos nada mais são que os direitos do membro da sociedade burguesa, direitos políticos, ou seja, do homem egoísta, separado do homem e da comunidade. Aqueles direitos, professados na revolução francesa, naturais e imprescritíveis, sendo eles o direito à: Liberdade, igualdade, à segurança e a propriedade.

Neste sentido, continua Marx (1844b), o direito à liberdade diz respeito ao direito de fazer tudo o que não prejudique a nenhum outro homem, ou seja, trata-se

então da liberdade do homem como uma unidade isolada, limitado a si mesmo. Sua aplicação prática equivale ao direito à propriedade privada. Ou seja, desfrutar e dispor de seu patrimônio, para seu proveito próprio, independente da sociedade. Estes dois direitos compõem a base da sociedade burguesa e fazem com que o homem veja no outro a restrição de sua liberdade.

Sobre o direito à igualdade, destaca Marx (1844b), ser o direito à liberdade e o direito à segurança, e que ambos representam o conceito supremo da sociedade burguesa. Pois o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um dos seus membros (individuais) a conservação de sua pessoa, de seus direitos e propriedade. A segurança neste sentido, não eleva a sociedade acima do egoísmo, mas assegura-o. Ou seja, estes direitos não concebem o homem como um ente genérico, mas o asseguram enquanto ser individual.

Mas a ideia de direitos, estes direitos burgueses, é o reflexo da realidade concreta, que gestou as relações sociais de produção e que demandaram a correspondência de ordenamentos jurídicos para sua manutenção, sendo estes atos jurídicos a expressão das relações sociais materiais elevadas a forma ideal de valores. Então, os direitos como ato jurídico que surgem no Estado moderno são os direitos que pressupõem a existência de indivíduos livres e iguais. Mas não é coincidência que são também essas condições para o estabelecimento das relações sociais que constituem a base do capital (IASI, 2017).

O que estamos buscando demonstrar é que a emancipação via direitos é ainda uma emancipação desviada, revela a não superação da dicotomia entre um ser individual e privado e o todo social (IASI, 2017). Mas alerta Marx,

A emancipação política representa, sem dúvida, um grande progresso. Não constitui, porém, a forma final de emancipação humana, mas a forma final da emancipação humana dentro dos limites da ordem mundana até agora existente (MARX, 2010, p. 41).

2.2 Trabalho e Emancipação Humana

Então, o que será a emancipação plena, a emancipação humana? Para MARX (1844b) a emancipação humana tem como essência a restituição do mundo e das relações humanas ao próprio homem. Neste sentido, é a união do indivíduo real com o cidadão abstrato, é a restituição do homem em sua vida material, em seu

trabalho, em suas relações, em sua essência genérica, e de suas forças sociais. A emancipação humana é o término da auto-alienação humana em relação a si mesmo, enquanto essência genérica - homem e a natureza, por meio da superação da vida individual, egoísta fundada na mercadoria, no capital e no Estado.

A emancipação humana será a superação do conflito entre existência sensível e existência genérica do homem, o conteúdo social é restaurado. A ideia de autonomia e de liberdade abstrata é superada. O homem apropria-se da essência humana em todas as suas direções, supera as formas de alienação e reencontra a sua universalidade, pois é o homem enquanto ser genérico, o princípio fundamental da emancipação humana (BELTRAME, 2009, p. 119).

Esta superação só é possível em uma sociabilidade que se coloque contra e além do capital. Uma sociabilidade onde os seres humanos assumam o controle consciente de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto da ação humana. Pois são os sujeitos históricos, concretos que moldam o mundo na mesma proporção que é moldado por ele (IASI, 2007). A ação que possibilita ao homem esse controle consciente de sua existência concreta e que é a protoforma da práxis humana, é o trabalho.

É no trabalho que estão contidas as determinações que constituem a essência do ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social. O trabalho demarca o caráter de transição do ser meramente biológico ao ser social, por sua essência ontológica, é a inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica (LUKÁCS, 2013).

O trabalho como atividade humana implica, segundo Iamamoto (2006), um certo saber sobre os homens e suas relações sociais, e que assume formas, costumes, hábitos, valores e tradições, construindo assim modelos específicos de produção.

[...] o trabalho é inseparável do conhecimento, de ideias e concepções de mundo, isto é, formas de pensar a vida real. O ser que trabalha constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar [...] (IAMAMOTO, 2006, p. 42).

Assim, o trabalho pode ser visto sob dois ângulos: o material, por ser produção de meios de vida, onde os homens produzem diretamente a vida material; e subjetivo, por ser processo de criação de novas capacidades e qualidades

humanas e o acúmulo destas. Ou seja, é produção objetiva e subjetiva - da matéria e da subjetividade humana. Por isso ressaltamos a análise da categoria trabalho, por ser ela meio da construção da dimensão material e subjetiva do homem. É por meio do trabalho que o homem se objetiva no mundo, constitui-se em sua essência uma atividade criativa e de projeção exclusivamente humana, capaz de construir as condições materiais de subsistência. O trabalho entendido aqui como “[...] processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008, p. 211).

Este intercâmbio com a natureza para a sobrevivência também é exercido pelos animais. Mas este intercâmbio se dá de forma natural, biologicamente programado e instintivo, a fim de responder necessidades imediatas de sobrevivência. Então o que diferencia a ação humana, da ação do animal sobre a natureza?

Segundo Lukács (2013) é a capacidade teleológica. Esta diz respeito a uma capacidade exclusivamente humana de projetar e antecipar mentalmente o resultado final do que deseja produzir. Assim, ao dar materialidade a este rascunho mental, o homem imprime sobre o produto sua subjetividade, criatividade, seus desejos, etc. Trata-se de uma dimensão inerente a essência humana.

Nesta direção, vamos dar uma atenção maior a esta dimensão teleológica do homem. Por ser ela a categoria ontológica central do trabalho, pois segundo Lukács (2013) é através do trabalho que se realiza, no âmbito do ser material, um pôr teleológico. Afirma o autor que todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa um mero elevar à consciência. Ao contrário, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico.

Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios com um ato dirigido, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente e executa na própria natureza modificações o que, para os animais seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. O que significa que, na medida em que a realização torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um fenômeno

sem influência (LUKÁCS, 2013).

Devido a este papel ativo da consciência, desdobra-se o que Lukács (1978) chama de dialética interna do aperfeiçoamento do trabalho. Ou seja, enquanto o homem realiza o trabalho, também observa os resultados, e os elementos que envolvem esta atividade (instrumentos, matéria prima, força humana, etc.) se tornam cada vez mais compreensíveis para atingir uma finalidade. Por conseguinte, o trabalho se torna cada vez mais variado e se eleva tanto em extensão quanto em intensidade (LUKÁCS, 1978).

Lukács (2013) nos fornece importantes considerações sobre a ação da consciência, o pôr teleológico no trabalho humano. Afirma o autor que existem dois atos, interdependentes e mutuamente heterogêneos, que constituem o complexo processo teleológico, são eles: o espelhamento - mais exato possível da realidade considerada - e o pôr das cadeias causais.

No espelhamento da realidade ocorre a reprodução da realidade na consciência, mas não a realidade em si e todos seus nexos, mas uma “realidade” própria na consciência, apenas uma reprodução. Nesse sentido, o espelhamento em si não é ser, mas também não é uma “existência espectral”, simplesmente porque não é ser. Mas é o veículo através do qual surgem novas objetividades do ser social, para a reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais alto. Desse modo, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de possibilidades, condição decisiva para a colocação de cadeias causais (LUKÁCS, 2013).

Utilizando um exemplo do próprio Lukács (2013, p. 53) entende-se melhor sobre espelhamento e causalidade. Quando o homem primitivo escolhe, de um conjunto de pedras, uma que lhe parece mais apropriada aos seus fins e deixa outras de lado, se trata de uma escolha, de uma alternativa. Mas a pedra, enquanto objeto em si, existente da natureza inorgânica, não estava formada de antemão a tornar-se instrumento desse pôr. A pedra escolhida como instrumento é um ato da consciência que não possui mais caráter biológico. Por meio da observação e a experiência, isto é, mediante o espelhamento e a sua elaboração na consciência, foram reconhecidas certas propriedades da pedra que a torna adequada ou inadequada para a atividade pretendida. Ou seja, ambas as alternativas (escolher a pedra ou não) só podem desenvolver-se partindo de um sistema de espelhamento

da realidade que funciona dinamicamente e que é dinamicamente elaborado pelo ser social.

A consciência do homem intervém em sua atividade de autorreprodução, pois a independência do espelhamento do mundo externo e interno na consciência humana é um pressuposto indispensável para o nascimento e desenvolvimento ascendente do trabalho. E, continua Lukács (2013), só quando os resultados do espelhamento não existentes se solidificam numa práxis estruturada em termos de alternativa, é que pode transitar, do ente natural a um ente no quadro do ser social. Por exemplo, uma faca ou um machado, isso é, uma forma de objetividade completa e radicalmente nova desse ente,

[...] não se trata apenas de um único ato de decisão, mas de um processo, uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas. [...] A cadeia causal na natureza se desenrola “por si”, de acordo com a sua própria necessidade natural interna do “se... então”. No trabalho, ao contrário, como já vimos, não só o fim é teleologicamente posto, mas também a cadeia causal que o realiza deve transformar-se em uma causalidade posta. Com efeito, tanto o meio de trabalho como o objeto de trabalho, em si mesmos, são coisas naturais sujeitas à causalidade natural e somente no pôr teleológico, somente por meio desse, podem receber o pôr socialmente existente no processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 54).

Por isso, continua Lukács (2013), o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre em decisões entre alternativas. A superação da animalidade através do salto para a humanização no trabalho e a superação do caráter da determinação meramente biológica da consciência alcança assim, com o desenvolvimento do trabalho, intensificação inexorável, uma tendência à universalidade. Por isso, o trabalho, enquanto a práxis social é entendido como o único complexo do ser no qual o pôr teleológico tem um papel autenticamente real e transformador da realidade.

Entretanto, “o homem não vive em um constante estado criador”. Ele só cria por necessidade, isto é, para adaptar-se a novas situações, ou satisfazer novas necessidades. Neste sentido, há no trabalho um caráter social, ou seja, os homens na dinâmica da execução deste, não partem do zero. As gerações anteriores transmitem aos descendentes suas descobertas, acertos e erros. Ocorre então um acúmulo deste trabalho, e as novas gerações partindo do que já foi construído incidem sua ação, aperfeiçoando os objetos produzidos, os modos de produção e a

forma de relacionar-se neste processo o quanto for necessário. Isso significa que os homens necessitam de outros homens e suas criações. Concretiza-se aí o caráter social do trabalho, pois este só é possível na relação do homem com outros homens (VÁZQUEZ, 2011).

Se por um lado o trabalho é atividade exclusivamente humana, consciente e que possibilita o desenvolvimento das potencialidades do homem, por outro lado no modo de produção capitalista, o trabalho torna-se meio para a exploração da força de trabalho. Meio para produção de riqueza (que não é pertencente a quem a produz) e impede a construção de uma subjetividade humana consciente capaz de emancipar-se. O trabalho proletário “produz” uma “forma social” peculiar de propriedade privada, o capital. No modo de produção capitalista, se expropria o trabalho excedente gerado pelo trabalho proletário pela mediação da mais-valia. Ou seja, o trabalho transforma-se em mercadoria e instrumento muito mais de negação da própria humanidade de quem o executa.

Esta ambiguidade do trabalho remete a uma análise de sua concepção sob duas dimensões: o trabalho concreto, que se expressa como valor de uso, e o trabalho abstrato que se manifesta no valor de troca. Como alerta Antunes (2005, p. 99) “unilateralizar a compreensão do trabalho, e não apreender sua dúplice e contraditória dimensão é deixar de perceber sua verdadeira fonte de riqueza (e também de miséria) ”.

Cabe dizer que não se tratam de dois trabalhos diferentes, mas de dois aspectos que constituem a categoria trabalho e que se relacionam dialeticamente. O trabalho pode conter duas dimensões, dependendo das condições de sua realização. Uma dimensão construtora e emancipadora, que é o trabalho concreto de Marx, voltado para a satisfação das necessidades humanas, contribuindo para a realização do indivíduo enquanto criador e transformador do seu meio [...] a outra dimensão alienante e opressora (ARANHA;DIAS, 2009).

Para Marx (1996) trabalho concreto é aquele trabalho diferenciado, determinado e útil. Enquanto característica da atividade humana, jamais deixará de existir, já que é atividade racional, orientada com a finalidade de produzir valores de uso para suprir necessidades humanas. Cria-se o valor de uso, na medida em que a produção é voltada para bens úteis, necessários à vida humana (SALAZAR, 2008). Como trabalho abstrato entende-se o trabalho não diferenciado, reduzido em suas

características, igualado, criador de valor, é o que todos os trabalhos diferenciados têm em comum - o gasto de energia humana. Assim, conforme Marx,

“[...] o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se um produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores,[...] não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das funções fracionárias” (MARX,1996, p.173).

É a utilidade de uma mercadoria que faz com que tenha valor de uso, porém a utilidade não é determinada de forma “mágica”, mas se dá pelas qualidades e atributos da própria mercadoria, ainda que a mercadoria não seja necessariamente algo material. O valor de uso se concretiza com a utilização e o consumo, constituindo o conteúdo material da riqueza independente da forma social dela, e esse seu caráter não depende se custa ao homem muito ou pouco trabalho (MARX, 1996). Mas para que algo se torne mercadoria, é necessário que além de produzir valor de uso, esta seja produzida para outros, que tenha um valor de uso social. Ou seja, deve ser transferida a outrem, através da troca, melhor dizendo, uma mercadoria só se transforma em si mesma em uma relação de mercado.

Disso se segue que podemos considerar o valor de uso como uma forma objetiva de objetividade social. Sua socialidade está fundada no trabalho: a imensa maioria dos valores de uso surge a partir do trabalho, mediante a transformação dos objetos, das circunstâncias, da atividade etc. dos objetos naturais, e esse processo, enquanto afastamento das barreiras naturais, com o desenvolvimento do trabalho, com a sua socialização, se desdobra sempre mais, tanto em extensão como em profundidade (LUKÁCS, 2013, p. 80) .

E o que vem a ser valor de troca? Em sociedades mercantis, o valor de troca da mercadoria, aparece inicialmente na relação quantitativa de mercadorias de espécies diferentes, na medida em que existe a troca entre estas, ou seja, quando se comparam diferentes produtos independentes de seu valor de uso. Segundo Mézaros (2003), o valor de troca está ligado diretamente ao valor de uso, pois a própria produção de bens inicialmente está voltada para o valor de uso e não para o valor de troca. Mas no modo de produção capitalista o valor de troca passa a ser “dominante” sobre o valor de uso, no momento em que a produção de um bem

excede a quantidade necessária ao consumo, os valores de uso deixam de ser valores de uso e se tornam meios de troca, ou seja, se tornam mercadorias. Uma mercadoria pode ter vários valores de troca, relativos às mercadorias com as quais se relaciona e que estas são diferentes em quantidade e qualidades. Então há algo que determina que tais mercadorias, diferentes em quantidades e qualidades, sejam passíveis de serem trocadas.

Para Marx, essa característica própria da mercadoria, é o valor. Não há definição para o que seja valor, mas há a necessária compreensão de que ele “ é a relação social mercantil expressa nas coisas produzidas pelo trabalho como uma propriedade, propriedade que consiste num determinado poder de compra sobre as demais coisas” (CARCANHOLO, 2011, p. 36). O valor de troca seria então a expressão quantitativa, a magnitude, deste valor. Quando abstraído o valor de uso resta apenas uma propriedade nas mercadorias, a de serem produtos do trabalho.

Mas este trabalho é a atividade essencialmente humana, é ele quem atribui utilidade ao que produz, abstraindo o valor de uso de uma mercadoria para que possa ser mercantilizada, abstrai-se também o caráter do trabalho criativo e o caráter útil do trabalhador no processo. O que resta então é o trabalho abstrato, uma simples aglutinação de trabalho humano, que não diferencia um trabalho do outro e o reduz em sua totalidade a igual trabalho humano, “isto é, do dispêndio de força de trabalho humano sem consideração pela forma como foi despendida” (MARX, 1996, p. 168).

O trabalho abstrato como elemento comum em todas as mercadorias é o que define o valor de uma mercadoria, que se expressa em sua magnitude pelo valor de troca, determinado pela quantidade de trabalho necessário à produção. Um trabalho total, social e não individual. Neste processo, o trabalho concreto não deixa de existir. O que ocorre é a sobreposição do trabalho abstrato ao trabalho concreto, que oculta a dimensão consciente e criadora do trabalho. Oculta o papel protagonista do trabalhador, o reduzindo a mero instrumento de produção. Sob essa perspectiva, o trabalho humano fica a mercê das necessidades criadas pelo capital, nas quais prevalece o valor de troca, e não as necessidades do homem em primeira ordem. As relações sociais de produção em que as mercadorias são produzidas por meio do trabalho abstrato se sobrepõem impiedosamente sobre o trabalho concreto. Sob esse aspecto o trabalho se mostra individualizado, fragmentado, vendido como

mercadoria e voltado para produção destas, além de ter como finalidade primeira a criação de valor.

É então por meio da dimensão do trabalho abstrato, próprio deste sistema, que a produção de mercadorias tem como objetivo único de produzir mais riqueza. Assim, podemos dizer que o trabalho abstrato é “determinado historicamente pelas relações sociais capitalistas, e adquire a forma de trabalho alienado, fetichizado configurado historicamente pelo trabalho assalariado [...]” (SALAZAR, 2008, p.101). Esta sobreposição das dimensões do trabalho constitui-se como mais um elemento que elucida a centralidade do trabalho no devir ser humano, e que a impossibilidade da emancipação humana está ancorada, principalmente, na forma como o trabalho é exercido no capitalismo.

O trabalho transforma-se em instrumento de negação da própria humanidade do trabalhador, pois a essência do processo de produção fica obscurecida por uma aparência coisificada. Nessa aparência, o trabalho toma forma de uma generalidade abstrata e a relação social dos homens com a sua atividade produtiva se mostra como um estranhamento. Pois as relações humanas aparecem como relações entre coisas, que se relacionam por meio do mercado. Ou seja, são as mercadorias produzidas pelos seres humanos que se relacionam entre si e com os homens (CARCANHOLO, 2011).

Então na relação de produção, o trabalhador ao se deparar com a mercadoria que produziu, a enxerga como independente do seu trabalho, ou seja, a mercadoria adquire vida própria, como se não dependesse do seu trabalho para que existisse, mostrando-se como algo que exerce fascínio - o fetichismo. A mercadoria produzida pelo trabalhador, torna-se um fetiche, e seus produtores estão subordinados a ela (CARCANHOLO, 2011, p. 93). E com a valorização do mundo das coisas há a desvalorização do mundo dos homens, o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria.

Nesta perspectiva, as relações de produção capitalista não só capturam a dimensão física do homem, como sua própria subjetividade. As dimensões humanas são capturadas de tal forma que os homens se alienam. Segundo Mészáros (2006) tal alienação se dá sob as seguintes formas: a) do produto do trabalho, quando o trabalhador ao se deparar com a mercadoria que produziu a enxerga como

independente do seu trabalho, e esta adquire vida própria, como se não dependesse do seu trabalho para que existisse, mostrando-se como algo que exerce fascínio - o fetichismo; b) de si mesmo, pois ao vender sua capacidade produtiva, o trabalhador perde o domínio sobre a atividade que lhe define como homem. Neste sistema o trabalho deixa de ser a expressão e objetivação do homem no mundo em sua realização plena, e passa a ser meramente mais um instrumento no processo de produção; c) de seu “ser genérico” (como membro da espécie humana), pois o homem é impedido de se relacionar de forma universal com a natureza, quando em relação com outros homens esta não se sustenta em uma coletividade, onde seu trabalho fica restrito na execução pela execução. Ao homem é negado que exerça livremente o que é próprio do seu ser, o trabalho consciente e criativo. A captura de sua atividade leva a perda de sua referência enquanto ser genérico e transformador do mundo, e contribui para a construção de uma visão mutilada que o homem constrói de si mesmo; d) da relação com os outros homens, pois se a natureza da espécie do homem está alienada dele, então este homem também está alienado do outro, o que significa que todos estão alienados da essência humana (MÉSZÁROS, 2006). O homem não se reconhece como ser integrado a uma espécie, assim não reconhece no outro, elementos que constituem a si mesmo.

Por isso é tão central a categoria trabalho em nossa análise. A essência ontológica do dever ser no trabalho dirige-se ao sujeito que trabalha e determina não apenas seu comportamento no trabalho, mas também seu comportamento em relação a si mesmo, enquanto sujeito do processo de trabalho. A constituição deste em um fim, do objeto, dos meios, determina também a essência do comportamento subjetivo (LUKÁCS, 2013).

Ou seja, estes elementos nos indicam a impossibilidade de uma emancipação humana dentro dos marcos da sociedade capitalista. Mas nunca negada como horizonte da dimensão humana, enquanto pôr teleológico. Entretanto, quando a atividade criadora do homem e a relação deste com outros homens é capturada pela lógica da produção capitalista, e se transforma em coisa, mercadoria passível de ser negociada, é preciso compreender o limite da emancipação humana nos marcos da sociedade do capital.

O trabalhador torna-se mercadoria, mas uma mercadoria sem nenhum prestígio, desqualificada, pois a medida em que os objetos se valorizam

consequentemente o homem se desvaloriza. Nas palavras de Marx (1996) quanto mais o trabalhador produz mercadorias, mais transforma a si mesmo em mercadoria sem valor. A desvalorização do homem aumenta na razão direta da valorização dos objetos.

No capitalismo atribui-se a energia humana um valor, mercantiliza-se a atividade essencialmente humana, captura-se a capacidade criativa e consciente do homem, e a aprisiona em um produto, que muito provavelmente este trabalhador não poderá consumir. Torna-o escravo daquilo que deveria fazê-lo livre. Tudo isso sob uma falsa consciência de uma troca justa. Ou seja, é extraído do trabalhador seu tempo, vida, energia e saúde e não lhe é dado condições para reproduzir-se plenamente. Estamos falando de um desgaste orgânico e fisiológico, que dinheiro nenhum poderia repor, estamos falando da venda da força de trabalho como mercadoria. Fica claro que a dinâmica capitalista desumaniza e está na contramão da construção de uma sociedade verdadeiramente humanizada.

Assim, a luta radical contra esta desumanização requer um posicionamento igualmente radical contra a sociabilidade vigente. A possibilidade da emancipação humana, da restituição das relações humanas aos seres humanos, passa pela superação da mercadoria, do capital e do Estado (IASI, 2007). Por isso, compreendemos que só uma mudança estrutural, a superação desta ordem e a construção de uma outra sociabilidade, que não seja fundada principalmente pelo trabalho alienado, possuiria o potencial do desenvolvimento pleno das habilidades humanas, onde suas especificidades e suas diferenças, significariam de fato a emancipação humana.

Este processo revolucionário deve ser norteado pelas transformações na atividade social fundante, que é o trabalho. Isto significa que uma revolução em direção a emancipação humana, requer uma transformação radical na natureza do trabalho. Esta ideia já é afirmada por Marx (1844) sobre as revoluções até agora ocorridas onde foram “revoluções sociais com alma política” e que a revolução proletária será necessariamente uma “revolução política com alma social”, onde a alma social, para ele, se refere à categoria fundante - o trabalho (TONET, 2013).

Nesta direção, o ato originário da emancipação humana se funda a partir do trabalho associado, ou seja, um trabalho da forma mais digna possível da natureza humana, de “ controle livre, consciente, coletivo e universal do processo de

produção pelos produtores, norteado pelas suas efetivas necessidades ” (TONET, 2013, p. 13). Esta concepção necessária da mudança no trabalho precisa estar presente desde o início do processo revolucionário. É importante, porém, lembrar que

[...] a construção de uma nova sociedade implica, necessariamente, a transformação dos próprios indivíduos e, portanto, a criação de novas necessidades e de novas formas de satisfação dessas necessidades no plano individual. A revolução é uma revolução porque transforma inclusive a natureza dos indivíduos. As possibilidades e as necessidades da vida cotidiana serão de tal qualidade que o mercado já não poderá nem atendê-las nem explorá-las, do mesmo modo como a forma burguesa de ser dos indivíduos não poderá dar conta das novas necessidades nem poderá explorar as novas possibilidades que lhes são abertas (LESSA; TONET, 2012, p. 96).

Segundo Lessa e Tonet (2012) na forma de trabalho associado, todos os indivíduos contribuirão, na medida das suas possibilidades, para realizar as diversas atividades necessárias à reprodução social. Com isso, a jornada de trabalho diminuirá de forma muito rápida e significativa. Com o fim da propriedade privada, do dinheiro, da compra e venda de mercadorias, da burocracia, da indústria bélica, do Estado, etc, uma enorme quantidade de força de trabalho poderá ser dirigida diretamente para a produção. Uma produção que atenda, em quantidade e qualidade, às necessidades de todos, pois o produto do trabalho de toda a humanidade deve pertencer a toda a humanidade. E o critério de sua distribuição deve ser a necessidade de cada indivíduo. Mas de uma forma contraditória, aponta ainda Tonet (2005, p. 4) que

[...] este ato de trabalho – associado – exige, para sua efetivação, duas condições. Primeira: um grande desenvolvimento das forças produtivas, que possam produzir bens suficientes para atender as necessidades de todos. Segunda: a diminuição do tempo de trabalho, de modo a que os homens possam dedicar-se a atividades mais propriamente humanas. Tais condições são o resultado do próprio capitalismo, embora se apresentem de maneira deformada e desumanizadora sob o capital.

Este processo revolucionário envolve sujeitos reais e bem definidos para Marx - o proletariado. Trabalhadores produtivos (de mais-valia) envolvidos diretamente na produção material da sociedade, que ao agir sobre a matéria modificando a natureza produz uma mercadoria que contém quantidade nova de trabalho. Sua função social é a de gerar “conteúdo material da riqueza social”, ao

converterem a natureza em meios de produção ou de subsistência. Ao lado do proletariado há um conjunto de outros trabalhadores que, ao produzirem mais-valia, permitem a acumulação do capital. São os trabalhadores produtivos⁶ que não são proletários. E há ainda os trabalhadores que não geram mais-valia, os trabalhadores improdutivos (LESSA;TONET, 2012) .

O que nos interessa sobre a classe proletária, que para Marx é a protagonista de uma revolução, é compreender que, estando envolvida diretamente na produção da riqueza social do capital, a contradição entre a burguesia e o proletariado é diferente e mais profunda do que aquela que existe entre a burguesia e os demais assalariados. A contradição envolve a exploração do homem pelo homem e, por isso, coloca em causa a propriedade privada. Só é possível o proletariado se livrar da exploração se houver superação de toda a exploração do homem pelo homem. Para isso é fundamental uma radical subversão do trabalho (LESSA;TONET, 2012).

Como Antunes (2005) destaca, uma vida plena de sentidos é possível quando derrubada as barreiras entre o tempo do trabalho e o tempo do não trabalho. De modo que essa atividade essencialmente humana - o trabalho - seja autodeterminada, sustentada por novas bases que possibilitem o desenvolver de uma sociabilidade onde o tempo do ócio possa ser o tempo da ética, da arte, da filosofia, etc. – o tempo da emancipação humana.

Segundo Lessa e Tonet (2012) toda a ordem social será revolucionada com essa transformação. Muitas mediações sociais, muitos complexos sociais imprescindíveis para a reprodução da sociedade capitalista se tornarão incompatíveis com a sociedade que está se emancipando. Por isso, o interesse particular do proletariado, seu projeto histórico, coincide com a superação de toda ordem social baseada na exploração do homem pelo homem, mediada pelas classes sociais e pelo Estado. Por isso, o proletariado é a classe revolucionária por

⁶ Segundo Carcanholo (2007) a categoria de trabalho produtivo, em oposição à de trabalho improdutivo, adquire relevância para que se possa entender a sociedade capitalista. O trabalho produtivo produz não só o valor necessário à reprodução da força de trabalho, como também a mais-valia, o valor excedente do qual se origina o lucro dos diferentes capitais, os juros, aluguéis e rendas de todos os tipos, além dos gastos improdutivos tanto públicos como privados. Na atual etapa do capitalismo mundial, caracterizada pelo predomínio do capital especulativo parasitário, o conceito de trabalho produtivo/improdutivo é relevante, por expor a contradição principal que existe entre a produção e a apropriação de excedente-valor. Compreendemos a importância de tais categorias, entretanto neste momento, devido a formatação desta dissertação, nos limitaremos a apenas apresentá-las.

excelência. Pela mesma razão, o projeto revolucionário possível, hoje, é a revolução proletária.

Ainda, alertam os autores, para o cuidado de uma leitura desviada de que com a revolução tecnológica e as mudanças no mundo do trabalho levou-se ao fim do proletariado. Um engano, argumentam os autores de base marxiana, pois há uma confusão entre relações de emprego e relações de produção. As relações de emprego, por meio do assalariamento podem assumir muitas e variadas formas. Desde o emprego formal, com carteira de trabalho assinada e salário mensal, até as formas mais precarizadas. Entretanto, essas novas formas de inserção no mundo do trabalho não alteram as relações de produção capitalista. Elas permanecem essencialmente as mesmas: o trabalho assalariado que produz mercadorias e sua função continua a se produzir o capital, ao transformar a natureza nos meios de produção ou de subsistência.

E há ainda um grande equívoco de se postular que a revolução proletária seria obra exclusiva do proletariado, uma “revolução sangue puro”. Também um equívoco, pois a própria história nos mostra que não há revoluções de “sangue puro”. Um exemplo, a própria revolução burguesa, que contou com a participação do campesinato, dos trabalhadores urbanos e dos pequenos proprietários. O caráter de classe de uma revolução não é determinado pelo conjunto de classes e agrupamentos que dela participam, mas pela classe que a dirige (LESSA; TONET, 2012).

Afirmar o caráter proletário da revolução não é nem sectarismo nem uma visão estreita da história. Pelo contrário. Significa reconhecer que, sem a liderança do proletariado, o conjunto do movimento popular não poderá potencializar suas forças em um projeto futuro de uma sociedade sem classes. Apenas o projeto revolucionário proletário, aquele que tem como plataforma estratégica a abolição da propriedade privada, das classes sociais, do Estado e da família monogâmica, reúne as condições para fundir em um poderoso impulso revolucionário muitas das heterogêneas porções dos assalariados (LESSA;TONET, 2012,p. 90).

Há a necessidade de ruptura com os alicerces do capital – Estado, classes sociais e propriedade privada. Pois, não se trata da passagem a um novo patamar histórico da sociedade de classes, mas da transição a uma sociedade inteiramente nova. Não há qualquer possibilidade de um novo modo de produção começar o seu

desenvolvimento nos “interstícios” do capital⁷. Entretanto, reforçamos que nenhuma modalidade de organização no interior da sociedade capitalista tem a possibilidade de ser portadora das novas relações de produção fundadas pelo trabalho associado (LESSA, TONET, 2012).

Nossa preocupação, de discutir a categoria emancipação humana pontuando a não possibilidade se sua realização na sociedade do capital se justifica por ser ela um termo que repetidas vezes é utilizado tanto nas produções do Serviço Social⁸, quanto pelas/os assistentes sociais que trabalham cotidianamente com o enfrentamento das expressões da questão social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Por isso nosso objetivo central é conhecer qual a apreensão da emancipação humana nas produções sobre o projeto ético-político do Serviço Social. Tal tarefa para nós se coloca como extremamente relevante pois é

[...] enorme confusão que se faz entre emancipação política (cidadania/democracia) e emancipação humana, como se esses conceitos fossem sinônimos ou, pelo menos, como se a segunda fosse simplesmente o desdobramento, a ampliação e o aperfeiçoamento indefinido da primeira (TONET, 2015, p. 292).

Cabe pontuar aqui as ponderações de Tonet (2015, p. 293), que nos alerta sobre a incorporação automática de discursos, sem a devida reflexão teórica. Principalmente no que diz respeito a emancipação humana. Vale ressaltar que, cotidianamente o termo emancipação e/ou emancipação humana é utilizado pelo Serviço Social no interior dos espaços sócio ocupacionais.

Nesta direção, um dos alertas destacados por Tonet (2015) é o fato de que o desconhecimento da radical diferença entre emancipação política e emancipação humana, pode levar a crença que a luta pela universalização dos direitos sociais, a defesa de políticas sociais de caráter universalizante são passos no sentido da

⁷ Existem algumas ações no âmbito econômico que são funcionais à reprodução do capital, mas que grupos pró insistem em defender serem ações que contribuem para a superação das crises ou que podem humanizar o capital. Um exemplo são grupos/empreendimentos de economia solidária que tentam imprimir uma nova lógica do trabalho, inserido na dinâmica do capital. Um trabalho interessante que analisou os discursos teórico conceituais pró e contra a economia solidária no que se refere à sua função na lógica de acumulação e reprodução do capital, foi a dissertação de mestrado de Dardengo (2013). Pautado em autores da crítica marxista, Dardengo (2013) evidencia como a economia solidária aparece na contemporaneidade como um fenômeno funcional às necessidades do capital amplificando a precarização e a alienação do trabalho.

⁸ Para ilustrar, ver CFESS Manifesta: “ Dia Mundial do Trabalhador” (2010); “Dia Nacional da Consciência Negra” (2011);” Dia Mundial do Orgulho LGBT” (2012), “ Em defesa do Diriewtos Humanos” (2009); “O amor Fala todos as línguas” (2007). Todas publicações disponíveis no site do Conselho Federal do Serviço Social.

emancipação humana. Para o autor tal compreensão obscurece a necessidade da ruptura radical entre emancipação política e humana. Entretanto, pontua o autor que quando entendido os limites da emancipação política e a impossibilidade da realização da emancipação humana no capitalismo, não se pode abandonar o discurso e a busca na realidade concreta pela emancipação humana. Segundo Tonet (2015) se abandonarmos a busca pela emancipação humana, seria abdicar da historicidade da realidade social, tornando o capitalismo a forma final da sociabilidade humana, e aceitando a desigualdade social como uma determinação insuperável da existência humana. Fato esse que entraria em contradição direta com as bases teóricas que hoje conformam a própria profissão do Serviço Social.

Por isso, nossa intenção nesta dissertação volta-se para analisar como a categoria emancipação humana é apreendida na produção de conhecimento do Serviço Social sobre o projeto ético-político. Tal preocupação tem como objetivo central refletir se estamos reproduzindo o termo tal como proposto pelo marxismo e, conseqüentemente, contribuindo para um aprofundamento teórico da profissão fundamentada na teoria marxiana. Ou se tais produções apontam para uma apropriação indiscriminada da categoria emancipação humana, nos marcos da sociabilidade do capital. Estas reflexões serão nosso foco nos próximos capítulos.

3. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO VALOR NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO

[...] Até que maduro explode em vôos, rindo do tempo que imaginava saber ou guardava preso o que sabia [...] (3 de 6) - Aula de Voô (Mauto Iasi)

A construção da história e análise crítica do Serviço Social brasileiro já é um objeto de pesquisa de autores, que para nós, tornam-se referência pelo rigor teórico e trajetória de produção sobre a profissão. Dentre estes autores destacam-se Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, que tem suas obras constantemente revisitadas.

Assim, neste capítulo buscaremos situar alguns elementos que conformam a constituição do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1930, no sentido de contribuir para pensarmos como se dá a apropriação da categoria emancipação na

profissão. Nesta direção, vamos situar a emancipação sob dupla face: a emancipação política e a emancipação humana. Está última que fundamenta nossa apreensão do Projeto Ético Político da profissão. Mas será que isto está claro na leitura da categoria?

3.1 Uma breve reconstituição da história do Serviço Social brasileiro - de 1930 até os dias atuais

Qual a importância de nos voltarmos para o estudo dos fundamentos teórico metodológicos do Projeto Ético Político do Serviço Social? Trata-se de uma pergunta que nos fazemos constantemente, para que possamos ter clareza do objeto desta pesquisa. Netto (2016) nos ajuda a responder quando nos chama para a urgência da construção da história nova do Serviço Social no Brasil. Aponta o autor que a história nacional do Serviço Social no Brasil tem começo no trabalho de Iamamoto e Carvalho (2009), mas que até hoje enquanto “empreendimento de análise histórica” (NETTO, 2016), esse trabalho permanece sem continuidade. Por isso a urgência de uma história nova (histórias novas) do Serviço Social que desenvolva, estenda e revise a pesquisa de Iamamoto e Carvalho (2009), cobrindo o processo histórico da profissão desde a década de 1980 ao momento atual. Momento esse que nos impõe vários desafios, diante dos avanços teóricos do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, e o atual projeto de sociedade do capital, que aprofunda o conservadorismo. Aqui, apreender a emancipação como categoria que recorrentemente é explicitada pelas/os assistentes sociais, e por outro lado, antagônica ao projeto de sociedade que vivemos torna-se elemento central neste estudo.

Essa preocupação de Netto (2016) com a construção de uma nova história do Serviço Social é pertinente. Particularmente porque na década de 1980 gestou-se e desenvolveu-se uma determinada direção social no Serviço Social que se constituiu na década seguinte como o Projeto Ético Político do Serviço Social. Importante construção teórica que condensa a direção social marxista para a formação e prática profissional dos assistentes sociais brasileiros. Direção social esta que, para nós vem sofrendo uma série de questionamentos alimentada por uma perspectiva neoconservadora.

Esta vertente constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político e vem conferindo um verniz e legitimação à concepção e práticas que, invocando o projeto Ético-Político tendem efetivamente pô-lo em questão” (NETTO, 2016, pag 67). Frente a perspectiva neoconservadora sobre o Serviço Social brasileiro e no movimento de enfrentá-la, nós pesquisadoras nos identificamos com aqueles que acreditam que “a efetiva defesa da direção social condensada no projeto ético-político não se basta na sua mera reiteração, exigindo mais que sua invocação retórica” (NETTO, 2016, p.67). Por isso, nosso movimento na pesquisa de nos voltarmos para os fundamentos teórico metodológicos do Projeto Ético - Político do Serviço Social, pois nos é central que tenhamos clareza dos elementos que norteiam a direção social defendida pela profissão, nos dando condições de reconhecer as investidas da vertente neoconservadora.

Por hora, para compreendermos a apreensão da emancipação humana na produção teórica do Serviço Social brasileiro à respeito do Projeto Ético Político, buscaremos situar o processo no qual este Projeto foi gestado e como se difundiu. Neste aspecto, Iamamoto e Carvalho (2009) nos oferecem os elementos da história do Serviço Social no Brasil. Por isso, recorreremos a estes autores para destacar, brevemente, as principais tendências e mudanças da profissão do seu surgimento até os anos 1980. A obra dos autores é referência e o primeiro esforço de captar o significado social da profissão na sociedade capitalista, uma profissão configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho, participando assim da reprodução das relações de classe e da relação contraditória entre elas (IAMAMOTO ; CARVALHO, 2009).

O surgimento do Serviço Social brasileiro, segundo Iamamoto e Carvalho (2009), precisa ser compreendido dentro de um processo histórico do Brasil, onde neste contexto dos anos 1930 criou-se as bases para o surgimento do Serviço Social. O marco para o início desta análise se dá no início do século XX, caracterizado pela constituição e amadurecimento de um mercado nos moldes capitalistas e o aumento do proletariado nos principais centros urbanos.

Embora já profundamente discutido e socializado, vale registrar que, o surgimento e desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro, se configura a partir do agravamento da questão social, diante do desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana (IAMAMOTO ; CARVALHO, 2009).

É neste contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO ; CARVALHO, 2009, p.77).

As péssimas condições de vida e trabalho do proletariado industrial, demandaram a organização do proletariado para sua defesa, logo nas primeiras décadas do século, e em diferentes formas ao longo das décadas seguintes (Associação de Socorro Mútuo, Caixas Beneficentes, Ligas operárias, etc.). A luta reivindicatória centrava na defesa de melhores salários, diminuição da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, regulamentação do trabalho de mulher, direito a férias, seguro doença e reconhecimento de suas entidades (IAMAMOTO;CARVALHO, 2009, p. 131).

Nas décadas de 1920 e 1930, períodos que expressam o embrião para o surgimento do Serviço Social no Brasil, Iamamoto e Carvalho (2009), apontam ser importante observar dois elementos que se relacionam diretamente com a implantação e desenvolvimento da profissão em nosso país: 1) A crítica do empresariado à inexistência de mecanismos de socialização do proletariado, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados ao trabalho fabril. 2) O conteúdo diverso da política assistencialista desenvolvida pelo empresariado no âmbito da empresa. (2009, p.136-138).

O primeiro elemento refere-se a “crítica” do empresariado ao Estado onde as legislações conquistadas pelo proletariado (Lei de Férias, Código de Menores, etc..) poderiam representar um entrave ao bom funcionamento da sociedade. Uma vez que, aumentando o tempo livre do trabalhador fora da fábrica, e sendo este disciplinado apenas pela disciplina do trabalho, ficaria exposto a vícios. Para que estas legislações não se transformassem em entraves ao funcionamento da sociedade, era preciso um disciplinamento também do tempo fora da fábrica. Elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade ajustada à ordem capitalista industrial.

O segundo elemento refere-se a duas faces: Na primeira República a ação do empresariado usando a repressão como forma de controle e dominação do proletariado, o não reconhecimento dos sindicatos e a negação do operariado como capaz de tomar decisões no âmbito da produção. A outra face, no pós-guerra, expressa o desenvolvimento de uma política assistencialista interna às empresas, que apareciam, aos seus funcionários, em forma das vilas operárias, creches, ambulatórios, escolas, etc. Esses benefícios estavam ligados ao bom comportamento na fábrica e a vida pessoal regrada. Com um perfil paternalista e de benesse, configurou-se as primeiras políticas sociais em ações racionalizadas em busca de controle social aliado à produtividade, aumentando a taxa de exploração do trabalho. E hoje sabemos que isso não é diferente. Embora tenhamos clareza do caráter contraditório das políticas sociais, marcadas pelos divergentes interesses de classes.

No contexto pós primeira guerra, após estes grandes movimentos sociais tendo por protagonista o proletariado, é que se pode considerar as protoformas do Serviço Social no Brasil, que surge durante a década de 1920 embasado na doutrina social com a mobilização pela Igreja, do movimento católico leigo. Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social surge no momento em que a Igreja se mobiliza na defesa de seus interesses e privilégios. Assim a profissão se desenvolve como um departamento especializado da Ação Social e da Ação Católica. Passado esse primeiro momento das mobilizações do movimento laico da Igreja, quando esta já reconquistou e institucionalizou suas demandas, as instituições que formavam o bloco católico perdem seu dinamismo.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2009), o governo buscava, portanto, subordinar a seu programa de ação as iniciativas particulares, ao passo que adotava técnicas e formação técnica especializada, desenvolvidas por instituições particulares. De forma que a burguesia pudesse garantir o controle da dinâmica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas no Brasil. É neste contexto que surge, em 1936, a primeira Escola de Serviço Social, situada no estado de São Paulo. Escola esta que passará por dois processos importantes de adequação: primeiro, a partir do convênio firmado entre o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo e o departamento de Serviço Social do Estado em 1939, para a organização de centros familiares. O segundo processo de adequação foi para

atender a demandas das prefeituras do interior do estado. A existência de Assistentes sociais diplomados se limitou quase apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, na década de 1940 surgem diversas escolas de serviço social nas capitais dos Estados, onde a maioria se formará sob a influência das duas escolas já existentes (Rio Janeiro e São Paulo).

A partir da década de 1940 intensificam as bolsas de estudos e ofertas de curso de especialização técnica nos EUA, para a formação de Assistentes Sociais. Tal processo levou ao alargamento da base de recrutamento, pois agora não só a alta burguesia poderia ter acesso a essa formação, mas também parcelas da pequena burguesia urbana. Mesmo com um aumento de vagas para formação, nesta década, não era um problema vagas no mercado de trabalho. A luta que se colocava para as Assistentes Sociais era do reconhecimento da profissão, da formação técnica específica e diplomada (IAMAMOTO; CARVALHO. 2009).

Ainda segundo lamamoto e Carvalho (2009), a expansão da profissão até o período da implantação de grandes instituições se dá de forma lenta e gradativa. Até os anos 1940, os elementos dos discursos do Serviço Social refletiam ainda o pensamento social da Igreja, onde a caridade passou a utilizar recursos das ciências. E para alguns, equivocadamente, o Serviço Social representava uma evolução dos antigos métodos da assistência. A tônica do trabalho da/o Assistente Social era o de remediar as deficiências dos indivíduos e coletividades, sanando as deficiências acidentais, decorrentes de certas circunstâncias. O campo de ação do Serviço Social então é bem delimitado, tratava-se de ajustar os indivíduos que se apresentam fracos frente a dinâmica social, o que requer então uma ação personalizada. A medida que experienciavam sua atuação nos problemas sociais, os Assistentes Sociais viram a necessidade de atuar na crise de formação moral, intelectual e social da família, era preciso um ajuste de longo alcance.

Nos anos 1939 a crise refletiu na retomada do aprofundamento do capitalismo com a expansão industrial, uma intensificação da taxa de exploração da força de trabalho e ações coercitivas do Estado, que intervém no mercado de trabalho. Assim, as grandes instituições que surgiram logo após a criação das primeiras escolas de Serviço Social, aproveitaram de forma mais ampla e imediata a existência deste tipo de trabalhador especializado. O contexto demandava um sistema de adequação da força de trabalho capaz de suprir as necessidades da

indústria, impulsionando a acumulação capitalista. Assim, pontuam os autores (2009, p. 248) “ o papel das instituições sociais e assistencial como instrumento de dominação e enquadramento político é reafirmado e tem importância crescente, marcando um novo espírito social do capitalismo”.

Vemos aqui, que no surgimento da profissão a incorporação da emancipação humana ou da perspectiva da direção social crítica não passava nem de longe pela orientação dada a profissão. E nem poderia ser diferente, pois a profissão surge atrelada aos interesses da classe dominante, de forma estratégica e funcional para amenizar as contradições e conflitos de classe entre proletários e capitalistas.

Nesta direção, para que esse novo espírito do capitalismo industrial fosse disseminado, era necessário a desmoralização dos movimentos operários. Assim, surgem organizações como o SESI, para combater esses movimentos contestatórios dos trabalhadores. A exemplo destas instituições, a primeira grande instituição nacional de assistência social que surge no país foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha o objetivo de promover as necessidades das famílias cujos chefes tinham sido recrutados em prol da segunda guerra mundial, atuando também em todas as áreas de assistência social. Esta organização foi de grande importância na institucionalização do Serviço Social, contribuindo para a ampliação e consolidação do ensino especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o objetivo de organizar e administrar as escolas de aprendizagem para a indústria. Foi umas das grandes instituições a incorporar o Serviço Social, para além de serviços assistenciais, como também processos postos em prática para a obtenção de fins determinados, na utilização de técnicas de grupo e caso (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 253).

O Assistente Social compondo o quadro técnico da instituição é chamado a coordenar e reforçar essas práticas sociais e encarregado de intervir nos desvios de comportamentos no âmbito da instituição. Implicitamente, sua atuação na instituição deveria contribuir para o reforço da dominação de classe e do aumento da taxa de exploração.

No decorrer da década de 1940 o contexto econômico e político do país apresenta melhorias em relação a economia mundial – como a elevação das taxas

de crescimento. E a partir dos anos de 1955 inicia-se a difusão da ideologia desenvolvimentista, baseada na busca pela criação de condições favoráveis a expansão econômica do país, nos marcos da economia dependente, e que representa também uma estratégia que associaria a política de massa com a abertura para a internacionalização da economia brasileira. A ideologia desenvolvimentista associava a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado e autossustentado. O objetivo era o de superar o estágio transitório do subdesenvolvimento brasileiro e do atraso, requerendo assim um clima social no país de paz política e de segurança, para que a miséria e o pauperismo pudessem ser resolvidos, elevando o nível de vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, a economia nacional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 341).

Neste mesmo espírito desenvolvimentista, entre os dois primeiros Congressos Brasileiro de Serviço Social (1947-1961) que as condições são gestadas para o início do florescimento da profissão em um outro perfil. Mas vale registrar que, o debate crítico ainda passava longe da profissão. O debate era extremamente articulado de forma teórica e prática à lógica do capital. Ou seja, numa perspectiva conservadora – o funcionalismo.

Assim, o Serviço Social brasileiro acompanha o caminho das grandes instituições, logrando maior sistematização técnica e teórica de suas funções, alcançando definir áreas de atuação técnica. Aproxima-se de correntes do Serviço Social americano, voltando-se para o tratamento nas linhas da psicologia e psiquiatria, dos “desajustamentos psicossociais”. Ou seja, o Serviço Social moderniza-se tanto como agente como corpo teórico. É no II Congresso Brasileiro de Serviço Social que se destaca a adesão (ou resistência) ao novo projeto desenvolvimentista.

Verifica-se, por fim, que a adesão ao desenvolvimentismo leva a que se retifiquemos métodos considerados mais adequados a essa postura, ao mesmo tempo em que se desqualificam os anteriores; adotam-se novos ideólogos, celebrando-se as novas perspectivas para atuar em cima da questão social; ao discurso profissional se integra uma série de novas categorias como demonstração de sua nova racionalidade: produtividade, programação de atividades, racionalização de recursos, etc. Estas transformações, no entanto, parecem pertencer mais ao terreno das aparências; pouco atingem a perspectiva central da atuação dos Assistentes Sociais: o prisma através do qual é vista a população cliente, a perspectiva daquilo que deve ser transformado. A população cliente é sempre objeto e nunca sujeito de sua própria história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 358).

Como aponta Iamamoto (1994), ocorre de forma mais destacada pós-64 uma modernização da instituição Serviço Social, caracterizado pelo aperfeiçoamento do instrumental operativo, com as metodologias de ação em busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento e uma crescente burocratização das atividades institucionais, resultante das reformas administrativas. De outro lado, o discurso profissional aproxima-se dos fundamentos das teorias da modernização presente nas ciências sociais.

A autora (1994, p.34) aponta ainda dois elementos que marcam profundamente a prática profissional dos anos 1960. De um lado as questões de economia política transformam-se em problemas assistenciais, e direitos da utilização de conquistas sociais do proletariado viram concessões de benefícios. Por outro lado, reforçam-se os mecanismos que dificultam a apreensão do real efeito da ação profissional.

Assim, como aponta Silva (2010) as protoformas do Serviço Social brasileiro estiveram organicamente vinculadas à manutenção da ordem. Esse ingrediente encontra-se na gênese do Serviço Social sendo, por isso, insuprimível desde que mantidas as bases da sociabilidade burguesa. Mas essa constatação ontológica não inviabiliza, embora ponha e reponha limites insuperáveis, a construção de tendências contra-hegemônicas também no interior do Serviço Social, especificamente aquela que deriva de Marx e de sua tradição. No início da década de 1960 já era possível observar as primeiras manifestações de posições que questionavam o status quo, e que contestavam a prática institucional vigente.

Essa possibilidade se abre com a efetivação da autocracia burguesa, momento em que o Serviço Social é forçado a se rever como profissão, seja pela imposição da própria ordem monopólica radicalizada (sobretudo a partir de 1964), seja por suas inúmeras contradições que aprofundaram a desigualdade social e reposicionam os projetos societários que atuam na manutenção ou na ruptura dessa ordem (SILVA, 2010, p.59)

O aprofundamento da ordem monopólica marcada pela modernização conservadora do país nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX impôs à profissão a necessidade de uma revisão do “Serviço Social tradicional” (NETTO, 1991). Discussões sobre a metodologia de atuação profissional, a retomada das

preocupações teóricas, ainda que de forma superficial e tímida, a aproximação com outras áreas do conhecimento tendo o espaço universitário como importante interlocutor, a importância da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito da profissão, entre outros aspectos (SILVA , 2010, p. 65). Profissionais de Serviço Social, especialmente aqueles vinculados à academia, passam a questionar o tipo de orientação teórico metodológica, e como esta poderia ser repensada a serviço da produção de conhecimento que pudesse atender os setores populares.

Os desdobramentos desse cenário demandaram a necessidade de uma profunda revisão do “Serviço Social tradicional” e da relação que ele estabelecia com as demandas que o próprio mercado de trabalho exigia. O ápice desse processo teve como síntese o sincrético e multifacetado processo de reconceituação que, no seu interior, manifestou diversas tendências (SILVA, 2010).

Essa busca pela ruptura com o conservadorismo, pontua lamamoto (1994), não se limitou a um movimento interno da profissão, mas está circunscrito à um movimento mais amplo, alimentado pelo confronto e correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade. Nas palavras da autora, no caráter de ruptura (1994, p.37).

“[...] o profissional é mobilizado na implementação das políticas sociais que trazem em seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente produz, já que tende a ser cooptado por umas das forças em confronto. Essa compreensão básica faz com que os Assistentes Sociais façam uma opção teórico prática por um projeto coletivo de sociedade que supere as ilusões de um fazer profissional que paira acima da história. Isso demanda um enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural”.

Mas o conservadorismo ainda na profissão se fará fortemente presente no processo de reconceituação, sobretudo por meio de duas tendências: a “perspectiva modernizadora” (NETTO, 1991, p. 164) e a “reatualização do conservadorismo” (NETTO, 1991, p. 201). Estas duas tendências se encontram em um ponto fundamental: não teceram quaisquer críticas de ordem estrutural ou de qualquer espécie, direta ou indiretamente, à ordem monopólica e sua face totalitária no Brasil. Ao contrário: afirmaram-na por caminhos diferentes (SILVA, 2010, p. 66).

Enquanto a primeira tendência (perspectiva modernizadora) reafirmou claramente sua opção pelo projeto na época em curso, a segunda (a

reatualização do conservadorismo) também foi altamente funcional à ordem, uma vez que centrou sua abordagem na esfera interpessoal (ainda que sua compreensão fosse muito diferente da primeira), despolitizando e desideologizando o mundo em que o ser (consciente-intencional) estava inserido. Mas havia, ainda, uma terceira tendência que brotaria durante os anos duros da ditadura burguesa no Brasil e conquistaria lentamente seu espaço à medida que a decadência do regime ditatorial se arrefecia (SILVA, 2010, p. 71)

Vale resgatar em Netto (1991) essa construção da intenção de ruptura com o conservadorismo. O autor destaca três momentos diferentes: o da sua emergência, da sua consolidação acadêmica e do seu espraiamento sobre a categoria profissional.

A emergência do projeto de intenção de ruptura tem seus fundamentos nos trabalhos desenvolvidos entre 1972 e 1975 pelo grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social na Universidade Católica de Minas Gerais, onde formulou-se o “ Método BH”. Eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem uma alternativa global, ou seja, uma alternativa que busque romper com o tradicionalismo no plano teórico, da intervenção profissional e no plano da formação. Mesmo com uma breve interrupção nos anos 1975, devido a crise e à demissão de seus formuladores da academia, despontam, nos finais da década de 1970 e início dos anos 1980, trabalhos acadêmicos, produção intelectual que retomavam o debate da crítica ao conservadorismo, formando assim uma massa crítica de profissionais (NETTO, 1991).

Portanto, é neste período de efervescência dos movimentos sociais e, posteriormente no contexto da abertura democrática no Brasil, que o Serviço Social se apropria de forma mais madura da teoria social crítica de Marx. Teoria esta que funda as bases teórico-metodológicas e ético-política para a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

A interlocução com as disciplinas e teorias sociais nas Universidades refletem no movimento de amadurecimento da crítica que vinha sendo construída, e que incorporaram matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional, abertamente vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. Isto significa que, também no plano da produção de conhecimentos, instaurou-se um pluralismo que permitiu a incidência, nos referenciais cognitivos dos assistentes sociais, de concepções teóricas e

metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras (NETTO, 2009).

Assim, no primeiro terço dos anos de 1980, junto a toda movimentação social vinda da crise da ditadura, as elaborações teóricas avançam em um patamar de qualidade analítica mais abrangente. Já não se pensava criticamente um elenco de propostas do Serviço Social, mas sim o pensar criticamente da própria instituição Serviço Social, sob os suportes teóricos de fontes clássicas da teoria social marxista. Neste momento, pontua Netto (1991), o projeto de ruptura consolida-se academicamente permitindo que a intenção de ruptura some forças para avançar para a terceira etapa, seu espraiamento para a categoria profissional. Vale registrar que esse momento está presente até hoje. Visto que na categoria das/os assistentes sociais a apreensão da direção teórica do marxismo ainda se configura um desafio. E, embora possamos identificar muitos avanços, ao considerarmos a direção hegemônica que assume tal perspectiva junto às entidades do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, são tempos em que a retomada do conservadorismo tem nos exigido o aprofundamento do debate teórico crítica ainda mais aprofundado⁹.

Mas é com a intenção de ruptura, apoiada na perspectiva marxiana, que pela primeira vez, segundo Netto (2009), o conservadorismo do Serviço Social brasileiro foi confrontado com uma conjuntura, em que a sua dominância no corpo profissional começa a reconhecer-se como inserido no conjunto das camadas trabalhadoras. E a disputa entre projetos societários diferentes se confrontam no movimento das classes sociais. Ou seja, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes. Um momento de profundas mudanças no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, caracterizado pela denúncia do conservadorismo profissional.

É neste processo de recusa e crítica ao conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político (NETTO, 2009).

Podemos identificar que no desenvolvimento histórico do Serviço Social brasileiro, a constituição da profissão está intrinsecamente relacionada à dinâmica

⁹ Urge a necessidade do Serviço Social brasileiro se contrapor as “23 Teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro”, que vem sendo difundidas pelo Professor Edson Marques Oliveira.

das relações sociais capitalistas da história da sociedade brasileira. Entretanto, ousamos destacar um corte temporal dos anos 1930 até 1960, onde a perspectiva conservadora assume hegemonia no Serviço Social brasileiro, sem qualquer resistência ou crítica. E de meados dos anos 1960 até o momento atual, quando a profissão, ao se apropriar da teoria de Marx, inicia um processo de ruptura com o conservadorismo.

Entretanto, é evidente que, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a maturidade e consolidação da teoria social de Marx, no Serviço Social brasileiro, torna-se clara, e é inquestionável. Inclusive a área do Serviço Social, em muitos cursos de pós-graduação, vem sendo campo fértil de categorias profissionais como: economistas, sociólogos, entre outros da área de saúde, que não encontram em suas áreas de formação, essa análise crítica das políticas sociais e do próprio metabolismo atual do capital.

O Serviço Social avança nas discussões e nos encaminhamentos voltados à formulação de alternativas e de propostas nos espaços de organização da categoria. A partir desses espaços previamente existentes e, até então, predominantemente ocupados sob o viés conservador, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) – posteriormente reorganizada na segunda metade dos anos 1990 como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), desencadearam (sob lideranças claramente progressistas) importantes revisões no campo da formação profissional nos níveis de graduação e de pós-graduação (SILVA, 2010, p. 79).

Segundo Silvia (2010) desde o final dos anos 1980, a categoria da/os assistentes sociais participavam e engrossavam as lutas sociais pela construção da democracia política e seus desdobramentos. Reflexo disso é o Código de Ética do Assistente Social, revisto e publicado por meio da Resolução CFESS número 273, de 13 de março de 1993, que afirma o compromisso com a liberdade, com a autonomia, com a emancipação, com a democracia, com a cidadania, com a justiça social, com o pluralismo e contra qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Concordamos com Silva (2010), inclusive é o que nos leva a esta pesquisa, que sendo avanços significativos há “a absoluta necessidade de esclarecer, com radicalidade, o significado desses temas no campo minado e pantanoso por onde foram e vêm se constituindo” (SILVA, 2010, p. 81). Isso porque essa discussão e defesas serviram de base para a constituição de um “Projeto-Ético Político

Profissional” na segunda metade dos anos 1990.

Em entrevista concedida¹⁰ para a pesquisa de SILVA (2010) , José Paulo Netto reafirma a importância das conquistas para os Serviço Social obtidas nas últimas décadas, mas chama a atenção para as inúmeras dificuldades e limitações que têm afrontado o Projeto Ético-Político Profissional mais intensamente a partir do final da segunda metade dos anos 1990. Segue

[...] penso que essa direção, na medida em que incorpora os princípios do chamado projeto ético-político, ela está muito vulnerabilizada (nos últimos anos). Se você quer que eu diga com todas as letras, o fato de setores mais combativos das vanguardas terem se recolhido a execução de políticas, minimizando e reduzindo suas proposições, tem enfraquecido bastante esse horizonte do projeto ético-político que então passa a ser objeto na medida em que ele nunca tem uma interpretação unívoca. Ele passa a ser utilizado para justificar qualquer tipo de projeto [...] e aí o tal projeto ético-político passa a ser objeto de interpretações que acabam legitimando qualquer tipo de ação, não é? O que eu quero dizer aqui, e não é novidade nenhuma, já escrevi sobre isso, diria até na animosidade de colegas que eu prezo muito, eu acho que esse projeto está em crise, e ao falar que esse projeto está em crise o que eu estou dizendo é que a hegemonia que ele simbolizou, que ele pretendeu simbolizar, está em risco. Isso afeta diretamente a sua pergunta: “não está se atraindo muita gente para assistência, enquanto a gente precisa reforçar outras áreas? ”. Sim, mas você não tem como travar isso, se você não tem uma formação teórico-política que clarifique isso, meu amigo! (Entrevista concedida em 2009)

Outra expoente do Serviço Social brasileiro, Regina Miotto, destaca em entrevista¹¹ para Silva (2010) os avanços e as conquistas da profissão, o amadurecimento teórico claramente exposto na década de 1990 e a organização da categoria por meio de seus órgãos representativos, em que pesem as inúmeras dificuldades a serem enfrentadas nessa direção

O Serviço Social no Brasil contemporâneo, apesar de todas as suas contradições, tem se construído como uma profissão bastante inquieta no contexto da sociedade brasileira e que tem levado a categoria a uma constante reafirmação de um projeto ético-político. Essa inquietação é claramente visível na efervescência do debate atual, tanto na crítica dos fundamentos da sociedade capitalista (afirmação da teoria social de Marx), quanto no intenso debate sobre a questão do Trabalho, além da discussão em torno da política social, especialmente em direção à resistência ao processo de desinstitucionalização das políticas públicas. Também é visível na dinamicidade de sua organização política, através de seus órgãos representativos e na sua inserção nos órgãos de ciência e tecnologia. Essa marca, que estou chamando aqui de inquietação, tanto diferencia o Serviço Social das demais profissões, como demonstra suas potencialidades para o

¹⁰ Trecho retirado da tese de doutorado de SILVA (2010, p. 86).

¹¹ Trecho extraído da tese de doutorado de SILVA (2010, p. 83).

seu próprio desenvolvimento e para uma inserção política conseqüente no âmbito da sociedade brasileira. [...] (SILVA, 2010, p. 45).

Todo o acúmulo teórico, no campo da teoria social crítica de Marx nos coloca uma série de desafios no campo profissional, que de forma ampla expressa as tensões entre a consolidação do Projeto Ético-Político e o atual Projeto do capital. Dentre tais desafios, queremos contribuir com a produção de conhecimento que articula o debate da emancipação, a partir de Marx, e a apreensão de tal categoria pelos teóricos de referência¹² do Serviço Social brasileiro, que fundamentam sua produção teórica na consolidação do Projeto Ético-Político.

No próximo capítulo nos aprofundaremos nas dimensões teórico metodológicas que compõem este projeto. Por hora é suficiente ressaltar que, segundo Netto (2009), dos anos oitenta aos noventa do século XX o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica, de caráter aberto, mantendo seus eixos fundamentais: é flexível para incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas e enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também expressa um processo em contínuo desdobramento. Do ponto de vista profissional, o projeto tem o compromisso com a formação acadêmica qualificada, fundada na concepção teórico metodológica e crítica de Marx, direção sólida e capaz de viabilizar uma análise concreta da realidade social.

Enretanto, embora o Projeto Ético-Político tenha hegemonia no Serviço Social desde a década de 1990, isto não significa afirmar que tal projeto esteja consumado, ou que seja o único existente no corpo profissional. Segundo Netto (2009), a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras. A heterogeneidade do corpo profissional propicia, em condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes. Mas de fato, se constata que, na segunda metade dos anos 1990, este projeto conquistou a hegemonia no interior do corpo profissional, propiciados pela vontade político-organizativa das vanguardas profissionais articuladas a uma definida direção social estratégica, vinculada a um projeto societário que, antagônico ao da classe proprietária e exploradora, tem

¹² Ao nosso ver os teóricos que contribuíram ou contribuem para a produção na área sobre o Projeto Ético-Político são José Paulo Netto, Maria Lúcia Barroco, Marilda Iamamoto, Yolanda Guerra, Marcelo Braz e Maria Beatriz Abramides.

raízes efetivas na vida social.

Nesta direção, as considerações sobre a história do Serviço Social no Brasil nos trazem importantes elementos para reflexão da incorporação da categoria emancipação para o Serviço Social brasileiro. Se no surgimento da profissão a perspectiva funcional ao capital era a tônica das intervenções profissionais, através da visão psicologizante das relações sociais e/ou de indivíduos que eram “tratados” e ajustados ao meio social. Em meados dos anos 1960 a incorporação, embora frágil e embrionária, da perspectiva marxista, por um grupo de assistentes sociais/acadêmicos trará elementos para pensar a emancipação humana, diante de uma sociedade marcada pela ênfase no capital e banalização da vida.

Assim, uma das preocupações desta pesquisa volta-se para revisitar os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social, amadurecendo nossa leitura e refletindo os pressupostos deste Projeto, no sentido de apreender com mais clareza sua relação com a emancipação.

Sendo o projeto profissional sintonizado a um projeto societário antagônico ao capital, de relação direta com a vida social, estamos em um momento crucial. Crucial pois, diante da ofensiva do capital de ideologia inspirada no neoliberalismo – privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc., pode-nos parecer que nos últimos 30 anos, estivemos fantasiando alcançar algo inalcançável. Mas precisamos acreditar, nos auxiliando nas palavras de Netto (2009, pag.19), “ [...] que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população”.

No sentido de fortalecer o projeto profissional do Serviço Social, fundado na perspectiva crítica da teoria marxiana, buscaremos situar a partir da própria leitura de Marx qual a concepção de emancipação este projeto se fundamenta. Tal proposta visa sustentar teoricamente nossa leitura, no sentido de contribuir para a apreensão do nosso objeto de pesquisa, a categoria emancipação humana nas produções do Serviço Social brasileiro sobre o Projeto Ético-Político. Para isso, apoiadas na consolidação da direção social marxista no Serviço Social brasileiro, o

segundo item deste capítulo expõe qual a concepção de emancipação sustenta o projeto ético político, a partir da leitura de Marx.

4 EMANCIPAÇÃO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: A CENTRALIDADE DAS CATEGORIAS TRABALHO E LIBERDADE

[...] Voa alto sua ousadia, reconhecendo o suor dos séculos no orvalho de cada dia [...]
(4 de 6) – Aula de Voô (Mauro Iasi)

No sentido de dar densidade teórica ao nosso estudo, até aqui buscamos conceituar a diferença entre emancipação humana e política, considerando a abordagem teórica de Marx. Assim como se deram as primeiras aproximações do debate da emancipação pelo Serviço Social brasileiro a partir da intenção de ruptura, fundamentada na teoria social marxista.

Nesta perspectiva, discutiremos sobre as categorias **Trabalho** e **Liberdade** para refletirmos sobre a emancipação humana. A categoria **Trabalho** assume centralidade na ontologia do ser social, nos trazendo importantes contribuições para pensar a categoria emancipação humana. Buscamos também situar, na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, a incorporação da emancipação humana como valor na construção e consolidação do Projeto Ético-Político.

Neste capítulo buscaremos elucidar outra categoria, que elegemos como central para pensarmos a emancipação humana: a **Liberdade**. Compreender a categoria Trabalho e Liberdade, na perspectiva marxista, se faz importante por nos possibilitar nas leituras das publicações sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social, identificarmos de que forma comparece a apreensão da emancipação humana.

4.1 Trabalho e Liberdade: Fundamentos para pensar a Emancipação Humana

Como já pontuado no capítulo anterior, o Trabalho é o fundamento ontológico do ser social, que permite o desenvolvimento de mediações que diferenciam o ser social de outros seres. Não é atividade de apenas um indivíduo, mas a cooperação entre homens, se objetivando socialmente, respondendo a necessidades sócio históricas, produzindo formas de interação humana como

linguagem, costumes, representações que compõe a cultura. Como parte significativa da vida cotidiana, o Trabalho, apresenta dois aspectos: como execução de um trabalho é parte da vida cotidiana, como atividade de trabalho é objetivação diretamente genérica (práxis) (BARROCO, 2007).

Para que se efetive como atividade livre (práxis) é preciso que se realize como atividade criadora, consciente, que possibilite a ampliação das forças essenciais do ser social. Como práxis, o Trabalho é a mediação que efetiva o intercâmbio entre homem e natureza na (re) criação de novas necessidades, ampliando os sentidos e potencialidades humanas (BARROCO, 2007). Trata-se de considerar, mesmo que diante das limitações de uma sociedade capitalista, o Trabalho é ato criador e potência da vida humana. A direção que assume esse processo de transformação se dá pelo pôr teleológico e por sua realização prática. Como pontua Lukács (2013)

Não somente o fim existe na consciência antes de realizar-se praticamente, como essa estrutura dinâmica do Trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível (p. 95).

O agir consciente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e necessidades em novas formas de satisfação. Só o homem é capaz de agir com o por teleológico, e ao desenvolver sua consciência o homem evidencia o caráter decisório da sua racionalidade (BARROCO, 2007).

No sistema capitalista o Trabalho se realiza essencialmente de modo a negar, mas não desaparece, seu potencial emancipatório. Isso porque a dinâmica da acumulação capitalista é marcada pela propriedade privada dos meios de produção, expressa na mercantilização da vida. Nesta direção, os indivíduos que realizam o Trabalho, não se reconhecem no mesmo como sujeitos criadores. Estão alienados sob o processo de produção, do próprio produto do Trabalho, da generacidade humana e de si mesmos, onde é criada pela própria lógica do capital, uma cisão entre sujeito e objeto, uma relação de “estranhamento”. O trabalhador não se apropria da riqueza produzida e o produto do seu Trabalho não lhe aparece como pertencente a si, causando-lhe um estranhamento. Segundo Marx (2004) o trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua

produção aumenta em poder e extensão, se torna uma mercadoria barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas há a desvalorização do mundo dos homens, o Trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria.

Está aí a importância do debate do Trabalho, pois como pontua Lukács (2013) o caráter fundamental do Trabalho para o devir do homem, também é o ponto de partida de outra questão indissociável da dimensão humana do Trabalho: a liberdade. Em uma primeira aproximação o autor esclarece que, a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele, pois o fundamento da liberdade consiste em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas.

O pôr de um fim com o qual o ontologicamente novo aparece enquanto ser social é um ato nascente de liberdade, uma vez que caminhos e meios para a satisfação de necessidades não são mais efeitos de cadeias causais espontaneamente biológicas, mas resultados de ações decididas e executadas conscientemente. Mas, ao mesmo tempo e de modo igualmente indissolúvel, esse ato de liberdade é diretamente determinado pela própria necessidade, mediada por aquelas relações sociais que produzem seu tipo, qualidade etc (LUKÁCS, 2013, pag 103).

Se a liberdade é um querer transformar a realidade, significa que a realidade, enquanto finalidade da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla. Isso porque pressupõe determinadas condições objetivas para se realizar como projeto e produto real. A liberdade então, capacidade humano genérica, é umas das mediações¹³ entre os indivíduos e o gênero humano, que perpassa de forma ampliada as esferas da totalidade social, e sem a qual a práxis não se realiza com suas potencialidades emancipatórias. É ao mesmo tempo capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização dessas escolhas, e para que novas escolhas sejam criadas. Dessa forma, a liberdade não é um mero valor abstrato que caracteriza o ser humano como tal, mas uma capacidade exercitada na atividade do Trabalho, que é específico do ser humano (BARROCO, 2007).

A liberdade real, Segundo Lessa (2007) é a possibilidade de escolher, entre as alternativas possíveis no real, aquela mais apta a atender as necessidades

¹³ Barroco (2007) aponta além da liberdade, as mediações como a sociabilidade, a universalidade e a consciência. Neste trabalho daremos ênfase à categoria Liberdade por ser ela uma dimensão primordial da emancipação humana.

postas pelo devir humano dos homens. Sendo por esta perspectiva que Engels, e posteriormente Lukács, abordam a questão da liberdade, salvo as diferenças entre os autores no trato teórico da liberdade.

Engels postula que a liberdade "não consiste em sonhar a independência das leis da natureza, mas no conhecimento destas leis e na possibilidade, ligada a este conhecimento, de fazê-las atuar segundo um fim determinado" (Engels apud Lessa 2007, p.75). Para Lukács, Engels estaria correto por reconhecer que a liberdade é um fenômeno social - que opera na relação entre teleologia e causalidade que caracteriza os atos humanos - e ao reconhecer que a liberdade diz respeito à relação do homem com o mundo em que vive, expressa o fundamento da liberdade na transformação do real pelo Trabalho (LESSA, 2007).

Lukács corrobora com Engels no reconhecimento de que as determinações do real estão indissociavelmente articuladas à efetivação da liberdade a cada momento histórico, e que por isso liberdade e necessidade não são antinômicas. Apenas no interior de uma malha de determinações causais pode a liberdade se efetivar, ou seja, fora do ser social não há liberdade (LESSA, 2007).

Se o homem não tivesse criado a si mesmo, no Trabalho, como ente genérico-social, se a liberdade não fosse fruto da sua atividade, do seu autocontrole sobre a sua própria constituição orgânica, não poderia haver nenhuma liberdade real. A liberdade obtida no Trabalho originário era, por sua natureza, primitiva, limitada; isso não altera o fato de que também a liberdade mais alta e espiritualizada deve ser conquistada com os mesmos métodos com que se conquistou aquela do Trabalho mais primitivo, e que o seu resultado, não importa o grau de consciência, tenha, em última análise, o mesmo conteúdo: o domínio do indivíduo genérico sobre a sua própria singularidade particular, puramente natural. Nesse sentido, acreditamos que o Trabalho possa ser realmente entendido como modelo de toda liberdade (LUKÁCS, 2013 , p. 114)

Entretanto, cabe uma importante ponderação, que segundo Lessa (2007), situa-se na divergência de Lukács e Engels. Inicialmente diz respeito ao fato de que para Lukács a liberdade não esgota suas manifestações apenas na esfera do Trabalho, ainda que este sirva de referência genérica as manifestações da liberdade. Isso porque para o autor a liberdade é um dos fenômenos "mais multiformes, variáveis e instáveis" (LUKÁCS, 2013, p. 101) do ser social. Assim, há formas de liberdade distintas da liberdade que se verifica na transformação direta da natureza pelo Trabalho humano. Não se trata apenas da forma originária da liberdade encontrada na esfera do Trabalho, mas também de formas distintas em

que se particulariza esse fenômeno à medida que a sociabilização complexifica a reprodução do mundo dos homens também.

Entretanto, para a abordagem do objeto desta pesquisa, o que nos interessa é a aproximação da relação liberdade e Trabalho nas formas genéricas, por nos permitir compreender que por meio desta relação que a objetivação da generalidade humana para-si, possibilita a constituição de uma substancialidade humana — isto é, de um gênero e de individualidades — que supere o atual patamar alienado de sociabilidade para uma sociabilidade humanamente emancipada (LESSA, 2007).

A partir das condições colocadas pelo Trabalho a liberdade assume não só o significado de liberdade *para algo* mas principalmente *de algo*. Liberdade de algo, segundo Barroco (2007), é a aquela que existe como negação dos seus impedimentos, é libertar-se das determinações e relações concretas. Neste caso, liberdade das amarras do sistema capitalista, que nos impede da realização da essência humana.

Para Marx a Liberdade real é, portanto, superação dos entraves históricos às objetivações essenciais do ser social, o que pressupõe condições objetivas que possibilitem a realização do Trabalho de forma livre e criativa. Não se trata somente da consciência da liberdade, mas de sua ação prática. Ação esta realizada pelo Trabalho (BARROCO, 2007, p. 62).

Marx (1844b) ao construir a crítica em “Questão Judaica” pontua a liberdade da sociedade burguesa circunscrita aos limites da igualdade formal, tal como se postula no ideário que sustenta a defesa do Estado de direito, que nos séculos XVIII, como necessário para assegurá-la. A liberdade associada à propriedade privada e a defesa de direitos que se voltam à preservá-la, é denunciada por Marx como avessa ao próprio gênero humano, por se apresentar, como uma *mônada*, dobrada sobre si mesmo (GUEDES, 2011).

Segundo Marx (1844b) a liberdade na sociedade burguesa é um direito do homem egoísta, do homem separado do homem da comunidade. Em que consiste esta liberdade? Segundo o autor (1844b, p. 18) a liberdade é o direito de fazer e empreender tudo aquilo que não prejudique os outros. O limite dentro do qual todo homem pode mover-se inocuamente em direção a outro. Ou seja, é determinado pela lei, assim como as estacas marcam o limite ou a linha divisória entre duas terras. Todavia, o direito do homem à liberdade não se baseia na união do homem

com o homem, mas na separação do homem em relação a seu semelhante. Sua aplicação prática se dá por meio da propriedade privada, no direito de desfrutar dos bens e deles dispor sem atender aos demais homens. Ou seja, na aplicação prática da liberdade na sociedade burguesa todo homem encontra, em outros homens, não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta. É uma liberdade assentada no interesse pessoal.

Longe de conceber o homem como um ser genérico, pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva. O único nexos que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas (MARX, 1844b, p. 19).

No momento em que construímos este Trabalho, vivemos a eleição no Brasil de um presidente, Jair Bolsonaro, que infelizmente representa para nós, da esquerda brasileira, todos os valores contrários ao valor emancipatório e que imprime uma determinada concepção de liberdade – a burguesa. Várias vezes em rede nacional seu discurso exaltava a volta da ditadura militar no Brasil. Bolsonaro representa o retrocesso dos direitos políticos dos segmentos historicamente marginalizados, cerceados de sua liberdade, minimamente de ser. Seu discurso é uma ameaça a existência concreta destes sujeitos. Este candidato venceu as eleições em um cenário onde as pessoas clamam por mudanças políticas, econômicas e sociais, ainda que este represente a mesma velha política mas agora mais conservadora, e liberdade de TER. Frisamos o TER por ser exatamente este o argumento de seu eleitorado. O elegeem por quererem a liberdade de possuir, garantir a propriedade privada sem o risco de haver a socialização, liberdade de ir em vir em “segurança”. Não foi por acaso que, para corresponder a expectativa de seu eleitorado e acalmar a oposição, que em seu discurso presidencial¹⁴ a uma rede de televisão, pós resultado da eleição, ele exalta a liberdade como central em seu governo. Segue:

Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa, não

¹⁴Entrevista concedida ao vivo em rede nacional pela emissora Globo no dia 29 de outubro, pós resultado das eleições. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/bolsonaro-diz-que-fara-um-governo-defensor-da-constituicao-da-democracia-e-da-liberdade.ghtml>. Acesso em 31 de outubro.

de um partido, não é a palavra vã de um homem, é um juramento a Deus [...]. A liberdade vai nos transformar em uma grande nação. O que ocorreu hoje não foi a vitória de um partido mas a celebração de um país pela liberdade [...]. Liberdade é um princípio fundamental, liberdade de ir e vir, andar nas ruas e em todos os lugares deste país. Liberdade de empreender, liberdade política e religiosa, liberdade de informar e ter opinião, liberdade de fazer escolha e ser respeitado por elas [...] Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita a leis. Elas são para todos porque assim será o nosso governo: constitucional e democrático. [...] O Estado democrático de direito que é o Brasil tem como um dos seus pilares o direito de propriedade, reafirmamos aqui o respeito e a defesa deste princípio constitucional [...] (BOLSONARO, 2018)

Esta liberdade tão exaltada no discurso do candidato eleito a presidência da República do Brasil, está circunscrita à sociedade burguesa. Neste sentido, que tipo de liberdade se relaciona a emancipação política característica desta sociedade? É a Liberdade relacionada ao direito à propriedade privada, ao direito de “desfrutar” o patrimônio que lhe é próprio; o que evidencia sua representação nos limites da sociedade burguesa. Nesta direção, a liberdade é interpretada na perspectiva de um suposto estado natural em que se prima pela necessidade e pelo interesse particular; pela conservação de propriedades e de individualidades egoístas (GUEDES, 2011). Aqui a compreensão da liberdade como condição de existência do gênero humano, na sua totalidade e em suas potencialidades mais amplas, se reduz a naturalização das relações sociais capitalistas, que aprofunda a apreensão isolada e fragmentada dos sujeitos sociais, conseqüentemente da liberdade como constitutiva do gênero humano.

É nos Manuscritos econômico-filosóficos que Marx (2004) delineia um novo marco sobre a liberdade. Segundo Guedes (2011) é nesta produção, que Marx identifica a liberdade como um atributo constitutivo do ser social, e assim inerente ao gênero humano. E não aos indivíduos sociais atomizados em esferas que o limitam ao horizonte da propriedade privada, e que inverte o sentido do que constitui a sociabilidade humana: o Trabalho. Marx estabelece assim, as bases da ontologia que demarca o rompimento com a metafísica clássica e que traduz a necessária relação entre a liberdade e a construção de uma nova sociabilidade, possível apenas com a superação da propriedade privada. Marx mostra, portanto, que

[...] a interpretação do Trabalho como mercadoria inverte o sentido de uma força viva: o Trabalho humano. No âmbito dessa análise, situa a ausência da liberdade posta na lógica do modo de produção capitalista que retira dos sujeitos sociais a sua própria condição de sujeitos, para transformá-los em

objetos e em mercadorias. Mostra que sob as leis da oferta e da procura e submetidos aos efeitos nocivos das oscilações de preço do mercado, como a miséria e o encurtamento da vida, as aspirações humanas são substituídas pelo consumo e pela produção, os quais se fundam como pilares de uma liberdade ilusória e que se afirmam como conquistas individuais associadas à propriedade (GUEDES, 2011, p. 5)

Pontua Guedes (2011) que na crítica marxiana, o trabalhador não se reconhece no produto do seu Trabalho, e assim o objeto que o Trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um ser estranho, como um poder independente do produtor. Uma inversão das relações sociais, onde o homem/sujeito criador é capturado pela criatura/produto que o próprio homem criou. Voltamos de novo a forma como a dinâmica da produção de mercadorias invade a totalidade da vida social. E nesta direção, na sociabilidade que se constitui na dinâmica do capital, as escolhas e possibilidades da liberdade humana se reduzem as determinações do mercado, que capturam a essência da vida.

Neste sentido, a propriedade privada é a consequência necessária deste Trabalho desapossado, da relação exterior do operário com a natureza e consigo próprio. A propriedade privada assim não é, portanto, resultado da relação entre Trabalho e liberdade - como propõe o ideário liberal - mas, ao contrário, é a negação da liberdade. Não há, portanto, qualquer possibilidade de relacionar Trabalho com liberdade no modo de produção fundado como propriedade privada (GUEDES, 2011, p. 5).

Por isso, Marx sinaliza a relação necessária entre a liberdade plena e a emancipação humana, vinculada a possibilidade do reconhecimento da genericidade humana. Liberdade, na crítica do autor, está associada a abolição da propriedade privada, ou seja, a consolidação do comunismo. Tal perspectiva é a condição de liberdade porque possibilita o retorno do homem a si mesmo como um ser social, isto é, realmente humano (GUEDES, 2011). A possibilidade da escolha, da liberdade está associada à “consciência da universalidade” que é, apenas, “uma expressão ‘teórica’ daquela cuja forma ‘viva’ é a comunidade real” (MARX apud GUEDES, 2011, p.6).

Diante do exposto, compreendemos que o que distingue a emancipação humana e liberdade plena da emancipação política e liberdade burguesa é o caráter ilimitado e integral da primeira, que expressa a essência e totalidade da vida, diante da complexidade do gênero-humano. Segundo Tonet (2005, p. 8) integral porque

não seria apenas uma parte dos homens que estariam livres ou a totalidade dos homens livres em parte. Mas todos os homens situados no patamar humano mais livre possível. Ilimitado por se tratar de uma sociabilidade indefinidamente aperfeiçoável, que não traz em si obstáculos insuperáveis. Mas que necessariamente expressa uma dimensão da liberdade ilimitada, diante das potencialidades do homem verdadeiramente livre e consciente da genericidade humana.

Se por liberdade entende-se a autodeterminação. A liberdade plena real significaria a forma de liberdade no grau máximo do indivíduo, integrante de uma comunidade real, com fundamento no Trabalho associado¹⁵. Ou seja, uma sociedade onde estão dadas as possibilidades concretas para a realização das potencialidades humanas de todos os indivíduos, onde há o domínio consciente e coletivo dos homens sobre seu processo de autoconstrução, sobre os processos históricos (TONET, 2005, p. 8).

Neste sentido, o que fica para nós pesquisadoras é que a relação entre liberdade e emancipação humana é de “unidade-diversa” (CARDOSO, 2013, p.79). Ou seja, são elementos distintos entre si, mas que não existem isoladamente, pois dependem entre si para sua existência. Assim a liberdade real é constituída e constituinte da emancipação humana. São duas dimensões dentro de um mesmo elemento. Tendo sua objetivação na realidade concreta por meio do Trabalho, a liberdade seria a dimensão objetiva de uma determinada forma de sociabilidade, o da emancipação humana. Não haveria emancipação humana sem liberdade (real) e não haveria liberdade (real) sem emancipação humana. E ambas coexistem e se materializariam na realidade concreta por meio do Trabalho (práxis).

4.2 Projeto Ético-Político e o Marxismo: A perspectiva da Emancipação Humana

Até aqui buscamos esclarecer as categorias analíticas, centrais para compreendermos a apreensão da emancipação humana nas produções sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Talvez você se faça um questionamento muito oportuno aqui: Que relação tem este estudo das categorias - ***Liberdade e***

¹⁵ Para um melhor entendimento sobre o trabalho associado ver “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores” (MARX, 1864).

Trabalho - com projeto de profissão? Neste caso em específico o projeto de profissão do Serviço Social? Por que chamar e caracterizar um projeto profissional de Ético Político?

Inicialmente é preciso refletir, como diz Cardoso (2013), o que significam as profissões na sociedade capitalista. As profissões são práxis sociais¹⁶ (Trabalho) responsáveis em dar respostas às demandas sociais, cada qual com sua especificidade. Existem profissões que atuam diretamente modificando a natureza (homem – natureza), aquelas que atuam na reprodução social na relação homem-homem, e outras que atuam tanto na produção direta quanto na reprodução social¹⁷. Como nenhum ser humano é capaz de criar sozinho todos os produtos que necessita para sua sobrevivência, todo Trabalho é sempre coletivo e tem uma divisão, para execução, entre os membros da coletividade.

No capitalismo a divisão do Trabalho é social e técnica. Social no que se refere ao lugar em que cada indivíduo ocupa no processo de produção e reprodução da vida material: divisão entre classes sociais. Os que detêm a força de Trabalho (classe trabalhadora) e os que detêm os meios de produção do capital, ou seja, a classe que é compradora da força de Trabalho (burguesia). E técnica no que diz respeito ao tipo de Trabalho realizado, do lugar que determinada profissão encontra-se na especialização do Trabalho (nível de formação, habilidades, conhecimento específico). A maneira como cada profissão está inserida nesta divisão corresponde as demandas históricas, políticas e sociais, colocadas pelo capital ao seu interesse, assim também como cada profissão responde a estas demandas, com seus distintos níveis (ou ausência) de consciência e leitura crítica da totalidade social (CARDOSO, 2013).

Neste sentido, diante destas características, cabe a reflexão: quem e ao que serve determinada profissão? A qual interesse ela corresponde? Para estas reflexões são construídas respostas coletivas, que indicam a *razão de ser* de cada profissão e a projeção do seu *dever ser*, sustentado por um determinado ethos (CARDOSO, 2013).

Assim, como aponta Cardoso (2013), são nas respostas coletivas das

¹⁶ Como praxis nos reportamos ao estudo do trabalho no capítulo 3 desta produção.

¹⁷ Assim como pontua Cardoso (2013) há distintos debates sobre profissões, o que é trabalho e o que é trabalho produtivo, improdutivo, abstrato e concreto. Mas para o que nos interessa aqui, basta entender de forma geral o que é profissão apenas.

necessidades sociais, nas demandas históricas e políticas que cada profissão vai construindo seu projeto coletivo¹⁸, seu projeto profissional, sua auto imagem. Os projetos individuais não são diferentes dos coletivos, mas são de menor abrangência. Dizem respeito ao projeto de vida, posicionamentos frente ao que se deseja no campo amoroso, financeiro, de relações de amizade, familiar, etc (CARDOSO, 2013).

Buscamos constantemente coerência entre os projetos, dentro dos limites das contradições que vivemos inerente ao próprio sistema capitalista que condicionam as condições objetivas-intenção- escolhas-ações, ou

[...] quais seriam minhas escolhas e caminhos a percorrer se eu tivesse como finalidade para a vida, a realização material pautada em valores de consumo, diante da quantidade de bens privados, acesso a serviços e satisfação individual tendo como referencia o status quo? (CARDOSO, 2013).

Na perspectiva teórica que partimos neste Trabalho, acreditamos que o projeto individual esta articulado ao projeto coletivo. Existe coerência, ou buscamos ter coerência, no que queremos para a vida em coletividade e na construção do projeto individual. Enquanto projeto coletivo, estamos falando de *um dever ser coletivo*, por esta razão que projetos profissionais são projetos coletivos, por terem maior abrangência que projetos pessoais e representarem um posicionamento de um determinado grupo de pessoas frente a outra projeção: a de sociedade.

Todo projeto coletivo, e por conseqüência o projeto profissional, é um projeto ético político, pois as respostas às demandas elaboradas no nível da consciência – não necessariamente consciência crítica e reflexiva- carregam escolhas de valores – dimensão ética- e de finalidade – dimensão política. São projetos de estruturas dinâmicas (NETTO, 2009) que se renovam e se transformam ao responder às alterações das necessidades e demandas sociais, às transformações sócio-históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da profissão e às mudanças no seu corpo profissional. (DUARTE, 2017).

No que se refere ao Serviço Social é importante ter em mente que o projeto profissional possui sim estruturas flexíveis, a “afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e

¹⁸ Cardoso (2013) destaca que projetos coletivos abarcam projetos profissionais, de movimentos sociais, partidos políticos, grupos étnicos, religiosos, etc.

contradições [...]” (NETTO, 2009, p. 145). Concordamos com Duarte (2017) que o projeto ético-político pode conviver com o pluralismo de ideias e posturas teórico-metodológicas e ético-políticas no cotidiano profissional, abrindo espaço para o debate, o confronto e a disputa de idéias. Mas não significa a flexibilidade ou ecletismo no núcleo ético-político. Temos na profissão depois de um longo processo histórico, ainda hegemônica, uma direção social clara de valores éticos e políticos emancipatórios.

Mas qual a importância de compreender sobre projetos profissionais? Ora, vivemos em coletividade, as profissões se colocam a dar respostas coletivas às demandas sociais. Diga-nos quais valores e finalidades sua profissão carrega que diremos a que interesses ela serve e qual a intencionalidade de sua prática. As respostas dadas por cada profissão dizem muito sobre o projeto de sociedade que cada segmento social, profissional carrega.

Mas por que devo me preocupar com projetos societários? Não há como pensar em projetos individuais e profissionais (coletivos), sem pensar em projetos societários. Estão todos relacionados, em maior ou menor coerência, mas constituem-se.

[...] os projetos individuais e coletivos estão sempre imbricados a um projeto de sociedade, seja ele de manutenção ou transformação da ordem social. Tanto as escolhas individuais impactam na coletividade como os rumos sociais impactam na vida dos indivíduos sociais (CARDOSO, 2013, p. 77).

Os projetos societários dizem respeito ao tipo de sociedade que todos os dias levantamos para construir ou resistir. Na sociedade de classe em que vivemos temos duas opções: conservar ou transformar (romper). De outro modo, manter o *statuo quo*, lógica do capital, ou lutar por uma sociedade humanamente emancipada. A construção de um projeto profissional crítico à ordem vigente constitui-se como um processo e exige um projeto societário genuinamente distinto do capitalismo. E que seja veiculado pelos trabalhadores, com reais interesses de operar uma transformação revolucionária a partir de um novo patamar de consciência humana (DUARTE, 2017). Por isso é fundamental termos clareza que sociedade emancipada é esta que almejamos alcançar? Quais são seus fundamentos? Como o projeto da minha profissão contribui para esta transformação? Quais são os valores (ética) e finalidades (política) do projeto da minha profissão?

O Serviço Social como profissão inserido na divisão sócio técnica do Trabalho, encontra-se em constante processo de construção da sua razão de ser e dever ser, por meio da leitura crítica e das mediações, encontra na realidade concreta as determinações que a faz construir suas respostas, seu projeto profissional. O projeto ético-político do Serviço Social, localizado na sociedade capitalista alienada/fetichizada/ reificada, compõe como parte da totalidade da profissão, e constitui-se a partir dos limites e das possibilidades que a realidade (im)põe (DUARTE, 2017). Ou seja, um projeto profissional ético-político que se vincula a um projeto de sociedade transformador, já que seus valores o aproximam de projeções sócio-históricas de ruptura com a ordem vigente.

Não se pode ignorar que se tem em disputa projetos profissionais no interior da própria profissão. O de viés transformador crítico e outro conservador. Entretanto, concordamos com Duarte (2017), que até a atualidade o projeto crítico à ordem capitalista, vinculado aos interesses do Trabalho, ainda vem dando a direção ética e política da profissão, em especial no campo legal e na organização política, e ainda determinando as diretrizes da formação e do exercício profissional, apesar dos limites atuais.

Podemos apontar 4 dimensões dos projetos profissionais, que segundo Teixeira; Braz (2009) são elementos que se relacionam e formam uma unidade. São eles: a ética, a política, a teórico-metodológica e o aparato jurídico. Elementos que se articulam dando um norte a profissão. O **aparato jurídico**, segundo Teixeira; Braz (2009), diz respeito as legislações, normas, diretrizes curriculares, lei de regulamentação da profissão etc. Não são constituintes de qualquer profissão, dão status a estas como tal. São os aparatos que constituem e possibilitam a uma profissão ter projeto profissional, que supõe uma formação teórica, são reguladas juridicamente, etc.

No Serviço Social os aparatos jurídicos são, do ponto de vista legal, o Código de Ética de 1993, o qual daremos uma ênfase no próximo item, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), as atuais Diretrizes Curriculares da Formação Profissional (1996), a Política de Estágio Supervisionado (2010) e a Lei das 30 horas (Lei nº 12.317/201014), e outras legislações e normativas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS.

A dimensão **teórica - metodológica** materializa-se por meio da produção de

conhecimento e do método. Elemento importante, como aponta Teixeira; Braz (2009), por representarem a vinculação a um método de análise da realidade que possibilita a elaboração de respostas interventivas, embasadas teoricamente. A teoria representa a reprodução ideal do movimento real do objeto, é a reprodução e interpretação no plano do pensamento. Ela expressa referências analíticas de determinado campo teórico que dão sustentação ao projeto profissional, subsidiando a construção de respostas interventivas e metodologias para o Trabalho cotidiano.

No Serviço Social, a dimensão teórico-metodológica tem sua construção pelo processo sócio-histórico que articula aspectos tanto internos quanto externos ao Serviço Social. Duarte (2017) aponta alguns destes aspectos como o acúmulo de reflexões que emergem com a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil (1960 e 1970), com a crise do Serviço Social “tradicional” e a incorporação de vertentes críticas inspiradas na tradição marxista, compatíveis com a ruptura ao conservadorismo profissional. Somado a este contexto, a dimensão teórico-metodológica ganha densidade na legitimação da profissão no âmbito acadêmico, com a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social, estimulada pelos espaços de pós-graduação e a reflexão sobre a formação, especialmente com a reforma curricular de 1982, com amplo debate (DUARTE, 2017).

E como já discutimos, é no encontro do Serviço Social com uma tradição teórica de crítica à natureza e direção da sociedade capitalista como uma totalidade, que a produção profissional no âmbito da tradição marxista é fertilizada. Assim, o marxismo é apropriado como teoria crítica, que implicou um esforço de combinar simultaneamente a análise histórica do Serviço Social na sociedade brasileira de modo que ao explicá-la explicava a si mesmo - e a análise dos fundamentos teórico-metodológicos de sua trajetória intelectual, condição fundante para compreender o modo de pensar a própria profissão (IAMAMOTO, 2005).

A teoria social de Marx, segundo Netto (1989), tem como traço mais pertinente e decisivo o seu cariz histórico-ontológico. De um lado, a história aparece como própria e constitutiva da reflexão teórica, a razão se historiciza e a história se torna racional. De outro, esta reflexão teórica não se propõe como matriz ideal, modelo intelectual de explicação do real. Ela se instaura como reprodução ideal do movimento real do próprio ser social. A teoria social de Marx articula-se sobre a

perspectiva da totalidade. Neste sentido, a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos complexos.

Uma das dimensões da teoria social crítica de Marx é o método. O método dialético-crítico fundamenta-se pela apreensão de múltiplos aspectos na abordagem dos fenômenos, superando a fragmentação e a perda de profundidade, possibilitando a interconexão entre teoria e prática, sujeito e estrutura, objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade (CLOSS, 2015). O método é impensável sem dois elementos: a teoria do valor Trabalho e a perspectiva da revolução como possibilidade histórica. Segundo Sant'ana; Silva (2013) esses são orientados pelo ponto de vista ontológico, isto é, por uma razão que mira a vida real de seres reais, sua produção e reprodução material e espiritual como seres sociais de “carne e osso”, concretamente.

O vínculo estrutural do método em Marx com a teoria do valor Trabalho e a perspectiva da revolução (sempre como possibilidade materialmente posta a partir de condições históricas reais) possui o exato sentido de explicar a produção e a reprodução do ser, tendo o Trabalho como categoria fundante de sua sociabilidade como práxis primeira, como categoria que permite aos homens diminuir paulatinamente as barreiras naturais, humanizar a natureza e ser modificado por essa relação (.Sant'ana; Silva, 2013, p. 186)

Assim o método dialético-crítico e a crítica marxiana à sociedade burguesa são fundamentais para o Serviço Social e para a produção de conhecimentos nas áreas humanas sociais. Pois o aporte teórico-metodológico e ético-político é elemento que constitui o fazer profissional e institui possibilidades de um exercício crítico e questionador, um campo de lutas e de construção de alternativas, ainda que nunca abstratas, mas possíveis, ontologicamente dadas e carentes de potência humana que as ponha em movimento (SANT'ANA; SILVA, 2013).

Na profissão, Teixeira; Braz (2009) apontam que uma das estratégias formuladas pela categoria profissional para as ações concretas realizadas, para a objetivação dos valores éticos e princípios que a profissão carrega, visando atingir a intencionalidade do projeto profissional em relação ao projeto societário é a **dimensão política-organizativa**. Nesta dimensão encontram-se as entidades político organizativas que dão as ações da profissão a identidade da profissão,

articulação política e também construção de respostas coletivas, da categoria, frente as demandas sociais.

No Serviço Social as principais entidades que representam a profissão são dentre o então Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e seus Conselhos Regionais (CRESS), bem como a Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa do Serviço Social (Abepss) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social /ENESSO. Na América Latina, destacamos a articulação de entidades como a Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (Alaets), fundada em 1965, no Peru, e o Centro de Estudos Latino Americano de Trabalho Social (Celats) (CARDOSO, 2013).

A dimensão **ética** diz respeito a uma unidade que abarca o posicionamento político, a produção do conhecimento, propostas metodológicas, referência teórica e o aparato jurídico na constituição do projeto profissional. Entretanto, esse aparato jurídico, não deve ser confundido com o projeto profissional em si, mas como elemento deste. Contudo tem características próprias enquanto componente no Trabalho profissional, de um ethos profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Nos deteremos sobre esta dimensão no item a seguir.

4.3 Ética Profissional e o Projeto Ético-Político

Não há hierarquia de importância entre os elementos que apontamos aqui como constituintes do projeto profissional do Serviço Social. Mas vamos nos deter a dar ênfase a dimensão ética por acreditarmos que é nela que se encontra o valor central – a liberdade - que nos possibilitará a discutir o objeto desta pesquisa.

Inicialmente há que se compreender o que é reflexão ética e ética profissional. Não são elementos diferentes, mas uma é substrato da outra. A reflexão ética é, na perspectiva que nos orientamos, de caráter ontológica-social-materialista. Segundo Barroco (2007), citando Lukács a ética busca dentro da razão dialética apreender na totalidade as categorias ético morais. Possibilita a elevação aos valores humano-genéricos. Segundo Lessa (2015), para Lukács, a ética atende à necessidade social de explicitação do conflito entre o universal e o singular, pela superação da relação dicotômica entre indivíduo e sociedade. É um reflexo na consciência de relações sociais que possuem uma qualidade muito peculiar, a de

superarem a antinomia indivíduo/gênero.

[...] a ética, segundo Lukacs, ao se converter na qualidade predominante dos valores atuantes na conexão do indivíduo com o gênero, ao ser investida como centro da individualidade, resulta em que ser indivíduo e ser membro do gênero humano não formam mais dois polos antinômicos, mas dois momentos de um mesmo ser: a individualidade enquanto partícipe de um gênero elevado ao seu ser-para-si (Lessa, 2015, p. 54)

Esta relação dicotômica entre o indivíduo e o gênero se impõe historicamente pela ação da propriedade privada e requer, portanto, a superação desta sua base material, ou seja, “capitalismo e ética são ontologicamente incompatíveis. Não há ética possível em uma sociabilidade que tenha na mercadoria sua forma elementar” (LESSA, 2015, p. 19).

Marx, e concordando com ele Lukács identificou na sociedade burguesa uma cisão na relação homem e gênero humano, de tal forma que gênero e indivíduo são colocados como polos antinômicos do ser social. Interessante é que, segundo Justo (2015), as categorias Ética de Lukács e emancipação humana de Marx possuem caráter angular no pensamento dos dois autores, pois apresentam a possibilidade de unidade entre genericidade e individualidade. Ou seja, uma dimensão da totalidade da vida do gênero humano, é apreendida também na sua individualidade.

Justo (2015) aponta que em Lukács a ética pode ser compreendida como uma mediação do elevar-se do gênero em-si ao gênero para-si. Ou seja, como mediação que edifica o momento no qual os indivíduos apropriam-se conscientemente de sua sociabilidade, e fazem de sua vida singular o momento da reprodução consciente de seu ser genérico. Nas considerações de Marx, a emancipação humana pode ser vista como a expressão desta mesma elevação do ser-em-si ao ser-para-si do gênero humano. A emancipação humana então é colocada como a forma emancipatória capaz de superar a cisão entre indivíduo e gênero, posta tanto pelo Trabalho alienado quanto pela “dupla existência” do sujeito (cidadão e indivíduo), promovida pela relação entre Estado político e sociedade civil. Assim, a emancipação humana teria a capacidade de tornar o indivíduo um ser social para-si.

Não é acidental que o Serviço Social elege em seu Código de Ética a liberdade, e conseqüentemente, a emancipação humana como valores centrais. O

que nos leva a centralidade da ética profissional. No que se refere a ética profissional, esta é um modo particular da objetivação da vida ética. E marcada, no Serviço Social brasileiro por princípios e valores que se contrapõem aos valores da sociabilidade burguesa.

Segundo Cardoso (2013) a ética profissional traz em si valores e princípios que nortearão o agir profissional, assim como a decodificação destes princípios que se materializam em artigos e instrumento legal. No caso do Serviço Social este instrumento é o Código de Ética. Este expressa tanto a ética profissional vinculada a um determinado momento histórico, quanto ao projeto de profissão e de sociedade que a profissão defende. São princípios do Código de Ética do Serviço Social

A liberdade como valor ético central; a defesa dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; o aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e justiça social; a eliminação de todas as formas de preconceito e o respeito à diversidade; a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados; a articulação com outras categorias profissionais e a luta pela construção de uma nova ordem societária. (CFESS, 1993, p. 9-11).

Ao que nos interessa neste Trabalho, o valor ético central – a Liberdade. Um valor que nos é muito caro e é apreendido como capacidade humano-genérica, com fundamento da práxis humana. Assim, como pontua Closs (2015) a liberdade como valor ético-central demarca tanto a direção social do projeto ético-político – na construção de uma sociedade que supere a alienação e a exploração decorrente do Trabalho abstrato –, como também situa a mesma, no âmbito da fundamentação do projeto, como gênese da ética. Porque ontologicamente compreendida como capacidade humana inerente ao Trabalho. Neste sentido, a valoração ética atravessa todo o projeto de profissão em questão, ao mesmo tempo em que envolve opções teóricas, ideológicas e políticas na perspectiva emancipatória, por isso sua denominação como projeto ético-político, pois o horizonte ético assume efetividade histórico-concreta quando articulado a uma direção político-profissional. Portanto, a valoração ética é transversal ao projeto ético-político e aos Fundamentos do Serviço Social (CLOSS, 2015).

5. A APREENSÃO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NAS PRODUÇÕES SOBRE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

[...] Mesmo o vôo mais belo descobre um dia não ser eterno. É tempo de acasalar: voltar à terra com seus ovos à espera de novas e prosaicas lagartas [...] (5 de 6) Aula de Voô (Mauro Iasi)

Ao nos voltarmos para a análise das produções da área do Serviço Social, na perspectiva de análise crítica e de totalidade, nosso desafio é contribuir com elementos que possibilitem apreender as possibilidades de materialização do projeto ético político do Serviço Social, neste contexto que aprofunda as contradições capital/Trabalho. Nesta direção, concordamos com Closs (2015) que analisar a produção sobre os fundamentos do projeto ético-político pressupõe considerar os desafios de consolidação do esforço coletivo que a profissão vem empreendo nas últimas décadas, na formação de uma massa crítica e no adensamento teórico-metodológico que consolide a ruptura com o conservadorismo profissional. Este eixo da produção de conhecimento evidencia o compromisso desta profissão em produzir conhecimentos que desvendem a realidade, que atualizem possibilidades inovadoras de Trabalho compromissadas com valores emancipatórios. Neste sentido, identificar e problematizar um dos valores que fundamenta o projeto ético-político, incorporando o acúmulo teórico já construído, é condição para contribuir na perspectiva de qualificar a profissão, lançando o olhar para as diferentes dimensões que lhe são constitutivas e expressam sua materialidade e produção contemporâneas. E particularmente, diante do atual contexto que vivemos, e o que vislumbramos a partir de 2019 com o governo ultraconservador, não será tarefa fácil avançarmos na direção teórico-prática da defesa dos interesses da classe trabalhadora, e especificamente na defesa da emancipação humana.

Na busca por compreender qual a concepção de emancipação humana as produções sobre o Projeto ético-político elucidada, nos debruçamos nas análises de artigos de duas revistas da área – Serviço Social & Sociedade e Revista Katálisis - . A escolha das referidas revistas se dá pela ampla divulgação e impacto de suas produções na área, além de, segundo Closs (2015), serem um dos principais veículos de socialização de conhecimento na área do Serviço Social. As revistas

agregam documentos representativos da produção da área, das tendências de debate e de pesquisa.

Segundo o relatório da avaliação de área 32 (Serviço Social) de 2017 a produção bibliográfica no quadriênio analisado se distribuiu entre livros e artigos de forma equilibrada. Em comparação aos triênios anteriores, a produção em artigos cresceu em quantidade de artigos e na qualidade dos periódicos [...]” (Relatório da Avaliação Quadrienal, 2017, p12). Além disso, a disponibilidade eletrônica das revistas contribui para o acesso amplo às produções pela categoria profissional, podendo subsidiar o exercício e a formação profissional (CLOSS, 2015).

Segundo Silva (2009) a Revista Serviço Social & Sociedade direciona-se para a categoria das/os assistentes sociais e para profissionais de áreas afins. Tem como público professoras/es, pesquisadoras/es, alunas/os e profissionais, constituindo-se em espaço que instiga e estimula a interlocução no interior do Serviço Social e com outras áreas do conhecimento. É a única Revista na América Latina que chegou ao número 100, mantendo um fluxo regular de publicação durante trinta anos, podendo então comemorar sua classificação no Estrato A1 no Sistema Qualis Periódicos da CAPES/MEC e sua indexação pela SIELO, o que confere o caráter acadêmico científico a uma revista de uma editora privada.

A revista surge numa conjuntura de profunda efervescência da sociedade brasileira (1979), quando já se tornava madura a luta política para a derrubada da ditadura militar implantada no país em 1964. Até o final da década de 1960, a bibliografia do Serviço Social no Brasil era escassa. De modo que a criação da Revista Serviço Social & Sociedade e a publicação de livros produzidos, principalmente a partir de autores assistentes sociais que concluíam o curso de mestrado e, posteriormente, de doutorado, passaram a preencher essa lacuna e a contribuir para a laicização e difusão da produção do Serviço Social (SILVA, 2009).

De acordo com a pesquisa sobre os temas das publicações da Revista Serviço Social & Sociedade, Silva (2009) conclui que a mesma vem dando atenção às temáticas contemporâneas, colocando a exigência de reflexões sobre o Projeto Ético-Político-Profissional, reafirmando sua base teórica, centrada na tradição marxista, sem negar o diálogo com outras matrizes teóricas; o compromisso com os interesses, as necessidades e as demandas da "classe que vive do Trabalho" e a

articulação com o projeto societário que orienta o exercício profissional na perspectiva da transformação social.

Neste sentido, a revista torna-se nosso material de pesquisa e uma fonte fecunda para pesquisa por ser um veículo fundamental para a construção do Serviço Social brasileiro, instituindo um espaço de debate das temáticas mais relevantes nas diferentes conjunturas, e, ao mesmo tempo, propiciar espaço plural para circulação do pensamento da categoria profissional, além de estar em sintonia dos temas abordados com as questões contemporâneas enfrentadas pela profissão no Brasil (SILVA 2009).

A escolha das publicações da revista *Katálysis*, como também fonte de pesquisa, justifica-se por ser vinculada a uma Pós Graduação com ano de criação mais antiga - 1997, e por ser Qualis A1, o que atribui a ela o caráter acadêmico científico. Para nós configura-se assim como uma revista de grande impacto na produção da área. Criada em 1997, com periodicidade quadrimestral, Qualis/Capes: A-1 vinculada à área do Serviço Social, destina-se à publicação de artigos científicos originais sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição focaliza uma unidade temática, tendo em vista sua importância dentro do contexto social contemporâneo. Mas abre espaço também para trabalhos que tratem de temas livres. A revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (KATALYSIS, 2018).

Para a seleção dos artigos a serem analisados, com objetivo central de apreender a categoria emancipação humana na produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre o projeto Ético-Político, escolhemos como recorte temporal as publicações entre 2000 a 2018, por entender que a maturidade teórica sobre o projeto Ético-Político ganha densidade a partir dos anos 2000, principalmente por ser este período que a área de Serviço Social registra a criação de novos programas de pós-graduação, e a consolidação dos já existentes, incluindo a criação de novos cursos de doutorado, momento em que as revistas da área se constituem em veículo fundamental de socialização das produções oriundas destes programas (CLOSS, 2015).

Entre 2000 a 2018, a Revista Serviço Social & Sociedade publicou um total

de 731 trabalhos¹⁹ entre matérias assinadas, incluindo artigos, resenhas, entrevistas e depoimentos, informe, expressões do pensamento social, comunicação de pesquisa, temas para debate e relatos de experiência. Estes trabalhos foram publicados nos 71 volumes da revista neste intervalo de tempo, nos quais 38 volumes encontram-se impressos e 33 estão disponíveis na versão digital²⁰.

Após o recorte temporal, realizamos uma busca em todos os volumes selecionados tendo como referencia os descritores (*projeto ético-político, projeto do Serviço Social e/ou projeto profissional, emancipação e emancipação humana*) onde estes precisariam estar presentes no título do artigo. Buscamos inicialmente pelo título por entender que ele expressa (ou deveria expressar) a anunciação do objeto de análise de qualquer produção.

Sobre a busca pelas produções, cabe uma importante ponderação de Closs (2015)

Qualquer delimitação contém riscos de exclusão de outras dimensões relevantes a um estudo, mas também é preciso considerar que o processo de delimitação é uma dimensão central de toda investigação. Dessa forma, reconhece-se a possibilidade de existirem produções relevantes [...] que não possuem os descritores da pesquisa e que, portanto, não tenham sido identificadas na pesquisa (2015, p.23).

Entendido a necessidade da delimitação e assumindo seus riscos, em uma busca manual pelos 38 volumes impressos, utilizando os descritores (*projeto ético-político, projeto do Serviço Social e/ou projeto profissional, emancipação e emancipação humana*), encontramos 11 artigos que contemplariam nossa busca para compor o corpo empírico deste trabalho. Nos 33 volumes digitais, realizada a busca pelos índices de cada volume encontramos 3 artigos nos quais estavam presentes os descritores no título. Ao final construímos um banco de dados com 14 artigos, oriundos da Revista Serviço Social & Sociedade, que correspondendo nossos descritores, passariam para a segunda fase de análise, a do conteúdo.

Em relação a revista Katálysis foram publicados, no período de 2000 a 2018,

¹⁹ Parte do levantamento destes números (publicações de 2000 a 2009) foi realizado por Silva (2009). O levantamento do número de publicações de 2010 a 2018 foi realizado por nós pesquisadoras.

²⁰ Tivemos acesso a versão impressa da Revista por meio da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo. A versão digital da revista está disponível no portal da Scielo ISSN 2317-6318.

38 volumes. E ao todo 458 trabalhos²¹, sendo artigos, resenhas, entrevistas e homenagens. Em uma busca no site utilizando os mesmos descritores da revista anterior - *projeto ético-político, projeto do Serviço Social e/ou projeto profissional, emancipação, emancipação humana*- encontramos no total 6 artigos que contemplavam nossas buscas.

REVISTAS	Publicações volumes 2000 a 2018	Volumes Impressos	Volumes Digitais	Total de Artigos	Artigos presentes descritores
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	71	38	33	731	14
KATÁLYSIS	38	-	38	458	6

Quadro 1 – Dados em números dos volumes e artigos das revistas no período de 2000 a 2018.
Fonte: Sistematização das pesquisadoras

Ao total construímos um corpo empírico de 20 artigos para a pesquisa bibliográfica. Na revista Serviço Social e Sociedade dos 731 artigos publicados, 14 anunciavam que os artigos tratavam do Projeto Ético-Político. Na revista Katálysis, dos 458 trabalhos, 6 artigos apresentavam os descritores em seus títulos.

Em face de uma grande quantidade de publicações nas revistas, o número reduzido de publicações a respeito do Projeto Ético-Político expressa ao nosso ver a “atenção às temáticas contemporâneas configurativas das grandes transformações societárias, com temas como reestruturação produtiva, políticas sociais, economia, trabalho, cultura, ideologia, etc “ (SILVA , 2009). Este dado não nos soa como algo negativo, demonstra a articulação da produção teórica da profissão em consonância com as demandas da realidade concreta, das demandas profissionais e na leitura crítica da realidade. Mas ao mesmo tempo nos aponta que há uma carência da produção teórica sobre os fundamentos do Serviço social contemporâneo.

Entretanto, como sinaliza Moraes (2013), é no avanço da produção do conhecimento que o Serviço Social buscou e busca manter o rompimento com o viés conservador. Então o aprofundamento teórico dos fundamentos da profissão representa a luta por um projeto profissional hegemônico com princípios éticos que vão nortear a materialização de suas ações. Princípios éticos que possuem como questão central a liberdade do ser social e que está compromissada com valores

²¹ O levantamento do número de publicações foi realizado no próprio site da revista. De 2006 a 2018 o site fornece automaticamente a estatística de publicação. De 2000 a 2006 realizamos a contagem volume por volume dos arquivos digitais.

que dizem respeito a determinadas projeções sociais e que tem protagonistas histórico-sociais efetivos.

Neste sentido, o não adensamento teórico das categorias que fundamentam o projeto ético-político pode expor a categoria profissional ao ecletismo teórico. Como pontua Forti (2017) - em seu artigo selecionado para esta pesquisa, a ideia de que a compreensão e a conseqüente busca de materialização dos princípios e valores que constituem o projeto ético-político não necessitam de conhecimento suficiente, de constantes reflexões é, ainda, algo que interfere de maneira direta na questão da hegemonia deste projeto. Uma vez que é um aspecto teórico-filosófico, neste caso dentro da perspectiva crítica, quando os seus fundamentos são apreendidos, supõe-se que qualifica a capacidade profissional para não incorrer no relativismo, no ecletismo e na neutralidade e/ou no reducionismo típico das posturas doutrinárias e sectárias. A compreensão e a incorporação dos princípios e valores do projeto ético-político pressupõem muito mais do que a mera vontade ou a adesão como uma espécie de mantra, supõe a compreensão e adensamento teórico e sua mediação com a realidade. Entendemos que este é um dos maiores desafios que a profissão tem a enfrentar neste contexto de intensificação do capital. Onde o cotidiano de trabalho marcado pelo produtivismo e exigências de respostas imediatas, tem cada vez mais subordinado as/os assistentes sociais a serem meros reprodutores das exigências institucionais. E cada vez com menos tempo para dedicar-se a formação profissional continuada em sintonia com o Projeto Ético Político.

Seguindo na pesquisa bibliográfica, após a primeira aproximação com os 20 artigos que possuíam os descritores, nos debruçamos de fato em suas análises. Para a leitura desenvolvemos um roteiro²² de leitura (Anexo 1), que segundo Prates (2009), possibilita abordar os materiais de modo mais direcionado, contribuindo sobremaneira para a realização do processo de análise. Pode ser readequado a novas investigações, contribuindo deste modo para a produção de metodologia de pesquisa.

Para melhor compreendermos a análise e sistematização das produções, produzimos um quadro (Quadro 2) meramente ilustrativo, sem intuito de fragmentar

²² Roteiro inspirado no instrumento de pesquisa de Closs (2015).

o estudo dos fundamentos Serviço Social, considerando o debate do Projeto Ético-Político.

Revista	Serviço Social & Sociedade 2000 a 2018	Katálysis 2000 a 2018	Total de artigos por eixo
Eixo do Roteiro			
Artigo tem como objeto os fundamentos do Projeto Ético-Político	4 artigos	2 artigos	6 artigos
Artigo discute o projeto ético-político na sua interface a outra dimensão da Profissão. Dimensões que se relaciona:	7 artigos Dimensões: Prática profissional, política, seguridade social, formação profissional, Org. Política representativa (CFESS/CRESS); Conjuntura política	3 artigos Dimensões: Categoria Hegemonia, Pluralismo, formação profissional e ética prática profissional;	10 artigos
A ênfase do artigo não está relacionada ao debate sobre o projeto ético-político apesar dos descritores. Ênfase:	3 artigos Direitos sociais; ABEPSS; Abordagem teórica dos conceitos - necessidades sociais e necessidades básicas.	1 artigo Estado e democracia.	4 artigos
Total de artigos analisados	14	6	16

Quadro 2 - Sistematização das produções que contém os descritores no título. Fonte: Sistematização das pesquisadoras.

Dos 20 artigos que traziam os descritores nos títulos, realizamos a leitura exploratória do material para identificarmos as características gerais da produção (ano de publicação, autores, palavra chave, conteúdo geral) e chegamos a identificação de 2 tipos de produção. Eixo 1: Dos artigos que tem como objeto de discussão os fundamentos do Projeto Ético-Político (6 artigos); Eixo 2: Dos artigos que discutem o projeto ético-político na interface com outra dimensão da Profissão (cada artigo dava ênfase a uma dimensão) (10 artigos). Assim de 20 artigos, 16 discutiam o projeto ético-político (ainda que na interface com outras dimensões) e 4 artigos não apresentavam o debate do projeto, apesar do título anunciá-lo.

Um aspecto central na análise de conteúdo e é importante situar, é o fato de considerarmos para análise os artigos que não apresentavam a palavra emancipação, isso porque o artigo poderia não apresentar a palavra em si, mas

conter as categorias analíticas que selecionamos para compreender a emancipação humana no seu fundamento teórico. Mas incorporavam as categorias **Trabalho** e **Liberdade**.

Para respondermos a nosso objetivo central – a apreensão da categoria emancipação humana na produção de conhecimento da área de Serviço Social sobre o projeto ético-político – e depois de todo o percurso teórico, onde destacamos as categorias teóricas para identificarmos nas produções o debate da emancipação humana, identificamos que o Eixo 1 e Eixo 2 são o nosso *lócus* de pesquisa, ou seja, nosso corpus empírico de análise foram 16 artigos.

Eixo do Roteiro \ Revista	Serviço Social & Sociedade 2000 a 2018	Katálysis 2000 a 2018
Eixo 1: Artigo tem como objeto os fundamentos do Projeto Ético-Político	BARROCO (2004); GUERRA (2007); ABRAMIDES (2007); SILVA (2009)	MONTANÕ (2006); LESSA (2005)
Eixo 2: Artigo discute o projeto ético-político na sua interface a outra dimensão da Profissão. :	SANT´ANA (2000); BRAZ (2004); BOSQUETTI (2004); LUIZ (2008); SANTOS (2010); BARROCO (2010); ABEPSS (2011)	MARRO (2009); FORTI (2017); CARDOSO (2017);

Quadro 3 - Banco de dados da pesquisa bibliográfica pela indicação dos autores

Centrando nossa análise no Eixo 1- de artigos que tem como objeto os fundamentos do Projeto Ético-Político- e no Eixo 2 - artigos que discutem o projeto ético-político na interface com outra dimensão da Profissão, observamos que dos 16 artigos, 8 apresentam a palavra emancipação humana. Apenas a presença da palavra não nos indica a compreensão da emancipação humana, mas nos sinaliza que os autores valorizam esse conceito na discussão que propõe em suas produções. Mas para o objetivo desta pesquisa, onde buscamos identificar se nas produções há uma abordagem da emancipação humana fundamentada teoricamente, só a presença da palavra não nos basta.

Não nos basta justamente por defendermos que um valor tão fundamental como esse, que caracteriza um devir ser de sociedade que a profissão (hegemonicamente) defende, empenha seus esforços (junto a outras frentes de

resistência) na produção de conhecimento, na prática profissional e na sua organização política. Não pode ser (ou não deveria ser) uma palavra vazia de sentidos, apenas um termo falado e reproduzido sem as mediações teóricas que ela demanda, em sua essência.

Assim, analisamos se os autores relacionavam a emancipação humana com as categorias Liberdade e Trabalho, e mesmo quando não contendo a palavra emancipação humana, se traziam a reflexão de tais categorias (Liberdade e Trabalho). Avaliamos a partir daí como estas categorias se relacionavam, conseqüentemente como estas produções apreendem estas categorias na construção dos fundamentos do Serviço Social, considerando o Projeto Ético Político.

Das 16 produções analisadas destacamos Montañó (2006), Barroco (2008), Santos (2010), Guerra (2007), Abramides (2007) e Silva (2009), onde iremos utilizar os artigos destas/es autoras/es nesta análise. Por abordarem a emancipação humana (estando a palavra expressa ou não) por meio das categorias teóricas Liberdade e Trabalho, conferindo a ela a densidade teórica e mediação necessária ao relacioná-la com o projeto profissional.

Montañó (2006) logo no início da sua produção sinaliza a relação entre o projeto profissional e a categoria Trabalho.

Faz-se necessário, então, tornar explícito o compromisso ético-político através da defesa dos valores do Trabalho – Trabalho emancipado do capital, contra a exploração e a dominação do homem sobre o homem [...] .A saída está à luz de novas análises sociais no novo contexto neoliberal, de novas reflexões sobre o papel social da profissão, partindo de categorias e conceitos centrados na emancipação do Trabalho (MONTAÑÓ, 2006, p. 145).

O uso das categorias liberdade e Trabalho como “lupas” para a análise dos artigos, nos permitiu identificar que a compreensão da emancipação humana nas produções, ancoradas por tais categorias, é a emancipação como um “estado do ser” abstrato que tem seu fundamento na liberdade (real) e no Trabalho (práxis). Uma compreensão da emancipação humana dentro da perspectiva crítico dialética marxista, que considera o Trabalho, enquanto atividade humana livre, consciente e que possibilite a realização da subjetividade humana. Assim, apesar de Montañó (2006) apontar para elementos centrais sobre o compromisso ético-político do Serviço Social na perspectiva do Trabalho emancipado, situando a/o assistente

social no contexto das contradições e conflitos entres classes, o artigo não traz elementos que avançam na análise da emancipação humana.

Neste sentido, destaque para a produção de Silva (2009), que aponta que as categorias – Liberdade e Praxis - estão articuladas à construção de uma nova ordem societária. A autora (2009) destaca que o contexto exige não só a formulação de um padrão societário alternativo, mas também a realização de uma critica e recusa da ordem dada. Assim, quando tal critica e recusa são levadas a cabo, contribuem para que as projeções societárias fundamentadas nestas categorias, ganhem fundamentos históricos legítimos e concretos.

Daí a necessidade de realizar o estudo sobre os valores humano genéricos e sua incompatibilidade com os fundamentos da ordem burguesa. É possível a emancipação humana no capitalismo? Não. Definitivamente não. Já elucidamos o porquê não, assim como o limite da possibilidade de algum tipo de emancipação - no caso a política - neste sistema e as contradições fundamentais entre emancipação humana e modo de reprodução capitalista. Tratam-se de dimensões incompatíveis, pois os princípios éticos mencionados têm como pressuposto a ultrapassagem do capitalismo. Isto quer dizer que, a construção de um ordenamento societário justo e igualitário, cujo fim é o livre desenvolvimento do ser social, requer a necessária ruptura de todos os processos de exploração, dominação e alienação social próprios da ordem burguesa capitalista (SILVA, 2009).

Mas isso não significa dizer que não vemos nenhum potencial na realidade concreta para a emancipação humana. Se assim fosse estaríamos abrindo mão de uma leitura critica histórica, estaríamos negando todo o potencial criativo e realizador, da subjetividade do ser - do Trabalho (práxis). Pontuamos anteriormente que neste modo de produção o Trabalho concreto, realizador do ser, da subjetividade humana, da sua capacidade teleológica está subsumido pelo Trabalho abstrato. Como destaca Montañó:

Estar-se-ia assim substituindo a categoria de Trabalho pela de ocupação e, portanto, a atividade criadora pela mera reprodução. Na vida cotidiana (desde que alienada, como o é no contexto capitalista), mais do que trabalhar, “ocupar-se” das coisas que requerem resposta direta e imediata e que são mantenedoras da ordem vigente. (2006, pag 152).

Mas o Trabalho concreto não se perde, não some, assim da mesma forma entendemos as potencialidades da emancipação humana, e junto a ela a liberdade (real). Como pontua Montaño (2006) ao citar Lukacs,

a vida cotidiana constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais elevadas de genericidade". Assim, a passagem das necessidades imediatas para o humano-genérico certamente não pode prescindir das formas de mediação presentes na práxis social e política. (2006, p. 152).

E Guerra (2007) contribui para uma reflexão voltada à profissão ao ressaltar que:

Reivindicamos a construção de projetos profissionais que nos permitam fazer a crítica ontológica do cotidiano de modo que por meio deles possamos tornar nossa prática profissional consciente, uma vez que,[...] a atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente" (GUERRA, 2007, p.12)

Neste sentido foi possível por meio da abordagem teórica dentro da perspectiva crítica da liberdade, Trabalho (práxis) apreender o sentido e o fundamento da emancipação humana que os autores expressavam nas produções, ainda que não houvesse um trato teórico claro da emancipação humana. Compreendemos dessa forma, que o potencial da emancipação humana e a liberdade estão ali, no núcleo do Trabalho concreto, sendo produto e produtor desta atividade. A emancipação como um estado de ser e a liberdade como mediação na realidade concreta por meio do Trabalho.

Identificarmos que a abordagem teórica da emancipação humana está em consonância com a matriz teórica norteadora dos fundamentos do projeto Ético-Político. Ao nosso ver esta consonância é importante para a profissão, pois o projeto profissional é uma esfera fundamental de ancoragem da prática profissional, no campo das respostas profissionais (Closs, 2015).

[...] quanto mais aproximada for a leitura da realidade, quanto maior for seu domínio pelo referencial heurístico crítico-dialético, quanto maior clareza tiver sobre as finalidades/objetivos das ações e quanto mais a sua escolha for consciente e puder elevá-lo acima da cotidianidade, maiores são as

possibilidades de o profissional se vincular a esfera humano-genérica (GUERRA, 2007, p.18)

O entendimento parte dos fios condutores presentes e articuladores das duas dimensões do projeto hegemônico da profissão, objetivados pela utilidade social da profissão (teleologia) e função sócio-histórica (ontologia). (ABRAMIDES, 2007, p. 36).

Um questionamento existente quando construímos o projeto desta pesquisa era se nas produções teóricas os autores tinham clareza dos limites da emancipação política e não confundiam esta com a emancipação humana. Compreender como o Serviço Social vem lidando com a complexa relação que limita ao extremo a emancipação política dos pobres (centrada precariamente na satisfação de algumas carências humanas), também considerando que esta forma de emancipação – ainda que relevante – não é suficiente, é um aspecto crucial para discutir o sentido da emancipação humana (SILVA, 2010).

[...] que tipo de sociedade que a gente quer? No fundo a discussão é a seguinte: é possível uma sociedade emancipada? Eu vou dizer grosseiramente: é possível uma sociedade emancipada num regime do assalariado? Estou convencido de que há companheiros que acreditam nisso sim, e acreditam legitimamente (quem sou eu para discutir as suas convicções? (NETTO, 2010)²³.

Ou como bem lembra Santos a (2010, p.72), [...] efetivação do projeto passa também pela capacidade dos profissionais para identificar a insuficiência das respostas do Estado, e assim explicitar o que falta e o que restringe nas políticas e programas sociais tal como se apresentam.

Na leitura dos artigos observamos que os autores, na defesa de instrumentos, instâncias e ampliação dos espaços constituídos no Estado capitalista, reconhecem os limites destas defesas na perspectiva do direito, dentro da sociedade capitalista. Esta observação nos sinaliza que, embora pautada em um reduzido número de produções que abordam o projeto Ético-Político e que trazem a concepção de emancipação humana, estas produções expressam a diferença entre emancipação humana e emancipação política. E por que esse dado torna-se importante para nós pesquisadoras?

²³ Parte da entrevista de Netto cedida a Silva (2010) para a sua tese de doutorado.

Nós pesquisadoras, posicionamo-nos contra medidas funcionais ou tentativas de humanização do capital, mas reconhecemos a importância da defesa, neste contexto de barbárie, destes instrumentos e instâncias legitimados pelo Estado de direito. Pode parecer contraditório e é. A contradição permeia a realidade concreta adentrando também a formação do projeto, da prática e da formação profissional do Serviço Social. Por isso é preciso considerar duas dimensões centrais implicadas no significado social da profissão, mutuamente articuladas: as múltiplas determinações que conformam os fundamentos do projeto da profissão e o campo das respostas profissionais demandadas na prática profissional, formuladas diante das mesmas determinações (CLOSS, 2015).

É um projeto, portanto, que se alimenta da realidade e busca fortalecer em cada situação concreta as possibilidades que emergem do solo profundo das contradições. Não é fácil apreender e atuar nas contradições. Exige a reflexão crítica permanente e a elaboração de estratégias cotidianas. Por isso, mais do que nunca precisamos estar atentos e fortes para não sucumbir à “confusão do espírito”, ao conformismo, ao “pensamento único” e às falsas polêmicas (SANTOS, 2010, p. 714).

Justamente, tendo como horizonte a emancipação humana, que é preciso “desentranhar”, do curso do movimento contraditório da realidade, possibilidades de atendimento das necessidades sociais que contribuam para a democratização da sociedade, para o fortalecimento da organização e do poder decisório da população usuária (CLOSS, 2015). Considerando as condições e possibilidades concretas de Trabalho, é preciso atribuir uma base realista para a efetivação do projeto profissional, superando a “(...) armadilha de um discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não é capaz de elucidar as bases concretas de sua objetivação histórica” (IAMAMOTO, 2008, p.229).

Neste sentido, dentro das relações contraditórias e do reconhecimento das necessidades das bases concretas citada acima, Montañó (2006); Abramides (2007); Silva (2009); Guerra (2007) delimitam bem o entendimento da objetivação histórica.

Torna-se assim necessária a clara caracterização e construção de um projeto profissional crítico e progressista a partir de “tendências histórico-críticas”, fundado em princípios e valores tais como: a liberdade (não só formal, negativa, mas que considere a potencialidade), a democracia substantiva (e a democratização); a cidadania e sua expansão, ampliando os direitos humanos, civis, políticos e sociais; a justiça social (e a igualdade social, que não se confunde com a identidade); as políticas sociais

universais, não-contributivas, de qualidade e constitutivas de direito de cidadania; a ampliação da esfera pública; a eliminação de toda forma de exploração, dominação e submissão como sistema de convivência social e de desenvolvimento de uma essencial cidadania e da emancipação humana. MONTAÑO, 2006, p. 145)

Trata-se de uma reflexão a ser compartilhada com todos aqueles que construíram, constrói e lutam por esse projeto hegemônico na perspectiva de garantir, ampliar e consolidar direitos no horizonte do projeto de emancipação humana (ABRAMIDES, 2007, p 35).

[...] a luta pela consolidação da cidadania, enquanto momento da construção de um projeto societário alternativo, é inseparável do processo de democratização da vida social e do Estado. Envolve uma mudança substancial tanto na política como no modelo de existência coletiva. (SILVA, 2009, pag 122).

Se é verdade que a opção por determinados valores eliminam outros, ao eleger a emancipação [...] o assistente social está se posicionando contra as diferentes formas de dominação e de preconceito, contra o autoritarismo, contra a concentração de renda, a exploração do trabalho pelo capital que se expressa de variadas maneiras, a privatização da vida social, a mercantilização da força de trabalho (GUERRA, 2007,p.. 21)

Estamos cientes da heterogeneidade das tendências marxistas²⁴ no interior da profissão, que sem dúvida permeiam as produções teóricas. Segundo Montañó (2006) temos intelectuais marxistas do Serviço Social que recorrem à própria obra de Marx (ex: Yamamoto, Netto, Mota), a pensadores “dialéticos” de tradição marxista, como Gramsci (Simionatto, Maciel, Franci G. Cardoso) ou Lukács (Netto, Barroco, Guerra). Com esta heterogeneidade busca-se condições de construir respostas às velhas e novas questões: o papel do Estado, do direito social, das políticas sociais e sua relação com a profissão, a gênese, fundamentos e significado social do Serviço Social, etc.

Neste sentido, Luiz (2008) em seu artigo sistematiza sobre a categoria emancipação social, com referência no pensamento marxiano e gramsciano, emergindo as concepções de ruptura molecular e emancipação social, que podem fundamentar a expressar dimensões da prática social e profissional que tem a emancipação social como horizonte de busca. O artigo traz a concepção de emancipação humana tendo a práxis como seu fundamento. Pontua o autor que em Marx a emancipação humana poderá ocorrer num processo de autoconscientização da classe proletária (no âmbito das relações sociais de produção por meio da

²⁴ Debate fecundo e de extrema importância sobre o pluralismo no interior da profissão, mas neste momento não cabe uma discussão aprofundada deste tema. Focaremos mesmo em apenas pontuá-lo

absorção da filosofia enquanto instrumento de conhecimento revolucionário) a qual poderá lutar pela instauração de uma nova sociedade, implicando na extinção do capitalismo. Mas a consciência não se dá no plano ideal, mas na prática iluminada por um conhecimento crítico, uma concepção geral crítica. E é pela ação “[...] é na práxis social, nos enfrentamentos cotidianos e práticos que as rupturas moleculares constituem-se em desafios para superar o imediato, a normalidade e o senso comum, elevando-se a uma dimensão sociopolítica e cultural” (LUIZ, 2008, p.125). Neste sentido,

[...] a concepção gramsciana se distingue – ou amplia conforme seus seguidores – da concepção marxista no sentido de construir-se numa revolução processual e histórica, e não uma revolução abrupta no sentido de tomada do poder de Estado pela classe subalterna.[...] para chegar a construir uma revolução processual, serão necessários procedimentos e etapas intermediárias, consideradas rupturas moleculares (como ex: elevação cultural das massas, ocupação de posições na sociedade civil, etc) (LUIZ , 2008, p. 122).

Para a autora, que se apóia em Gramsci, valorizar o molecular significa a ampliação da democracia por meio da socialização da política e do poder nas mais diversas instâncias e espaços e na articulação de movimentos emancipatórios. É apostar na potencialidade e na criatividade humano-social própria de uma classe que desconhece a potencialidade de seu protagonismo e na necessidade de reconstrução e ampliação da democracia participativa que abre espaços mais diversos para a emergência de processos coletivos que podem produzir rupturas moleculares. (LUIZ, 2008).

Consideramos rupturas moleculares aquelas ações concretas que não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos orgânicos de grupos, facções, movimentos. Não tem magnitude em termos de abrangência estrutural, mas tem expressão social no âmbito em que estão inseridas. [...]. Na perspectiva gramsciana, em sentido amplo, podemos considerá-la como movimento de classe ou de segmentos que ocupam posições e avançam nas lutas, elevam intelectualmente e moralmente, constroem processualmente uma contra hegemonia no movimento sócio histórico. São as rupturas moleculares que poderão compor uma posição contra hegemônica, são as formas pelas quais a emancipação pode se consolidar (LUIZ, 2008, p.129).

A priori, parece-nos que esta abordagem da emancipação (social) fundamenta-se na aposta dos espaços capitalistas de disputa política, cultural e ideológico, como potenciais espaço para se construir a emancipação humana. Ou seja, que de microrupturas em microrupturas seria possível a construção de uma contra hegemonia que nos levaria a uma ruptura estrutural do sistema. Parece-nos que esta abordagem da emancipação social situa-se muito mais no campo da emancipação política do que na emancipação humana. E neste sentido, também encontra seus limites de realização dentro do sistema capitalista, o que a nosso ver, não contribui para um rompimento que pudesse alcançar uma magnitude estrutural do sistema do capital com vistas à emancipação humana.

Outro artigo que traz o debate do projeto ético-político e relaciona-o com a perspectiva emancipatória é o de Lessa (2005). O autor tem como objeto o estudo, a crítica da relação entre os elementos - ético e o político -. Pontua o autor que no horizonte marxiano, não há ação política que seja ética. Há, entre estes dois complexos, um antagonismo ontológico. A plena vigência ética apenas é possível em uma sociedade para além do capital e, portanto, para além da política. Isso quer dizer que, ético e político são incompatíveis com uma perspectiva emancipatória. Isso porque a política na visão do autor, refere-se necessariamente a relação de dominação do homem sobre o homem, e a ética baseada nos determinantes desta sociedade não eleva valor algum a generacidade humana, permanecendo essencialmente no nível do individualismo. O autor alerta para o cuidado de relacionar ambos os elementos dentro de um projeto profissional que se anuncia emancipatório, de ruptura com o sistema do capital, uma vez que pela gênese de ambos que o autor apresenta, estes elementos são funcionais para manter o sistema.

Apesar do artigo apresentar as palavras emancipação humana, projeto Ético-Político, propriedade privada e exploração da força de trabalho, não se aprofunda na categoria liberdade e Trabalho como práxis transformadora. O autor não elucida as categorias com as quais elegemos para identificar a categoria emancipação humana nas publicações. Compreendemos assim que, Lessa (2005) parte da concepção dos fundamentos da ética sob uma outra angulação/leitura, da ética e política enquanto resultado da reprodução social, restritas ao âmbito da reprodução capitalista.

Não corroboramos com a análise do autor. Entretanto, o artigo se torna interessante por nos fornecer um contraponto, e apesar de não compartilharmos de suas conclusões, torna-se uma produção válida para avançarmos no debate das possibilidades e limites do Projeto Ético-Político, para construirmos contra-argumentos. Ou, como bem pontua o próprio autor, a defesa de um projeto profissional

[...] requer o mais livre debate de idéias, com a mais franca troca de opiniões e sem receio de que a exposição de nossas divergências possa se constituir, para sermos breves, em arma do conservadorismo. O fortalecimento teórico e ideológico, individual e coletivo, é a nossa principal vantagem histórica. Não devemos recear o debate franco e aberto, pois é nesse terreno que está a nossa vantagem teórica sobre os conservadores (LESSA, 2005, p. 265).

Por isso nosso movimento em compreender a abordagem da emancipação humana nas produções do Projeto Ético-Político. Quanto mais claro, delimitado e compreendido é um elemento, maiores as chances de fazermos as mediações do trabalho profissional com a realidade concreta dentro de uma perspectiva que esteja em consonância com o projeto da profissão. A dimensão intelectual do projeto profissional, demanda um profissional que tenha um rigoroso domínio-teórico metodológico, e que adote uma postura investigativa, visando apanhar as tendências do desenvolvimento histórico. Para tanto, deve pautar-se numa teoria crítica e inclusiva, que busque compreender a sociedade capitalista para além de sua aparente naturalidade, suposta liberdade e igualdade formal de condições como início e último modo de produção. Mas ao contrário, que faça a crítica ontológica do cotidiano (GUERRA, 2007). Ao apresentar essas reflexões sobre a crítica a realidade concreta, apreendemos em Guerra (2007) que, as potencialidades da perspectiva emancipatória sinalizada pelo projeto ético político do Serviço Social nos exigem a construção e adoção de estratégias sócio-políticas e profissionais em nosso cotidiano de trabalho para somar a luta mais ampla da classe trabalhadora. Ter essa preocupação como horizonte significa criar estratégias que visam dar homogeneidade aos valores e posturas profissionais, na perspectiva do que fazer (com que meios e estratégias?), quando fazer? Para onde e com quem avançar? Mas também sabendo quando recuar. Ou seja, é preciso falar desse cotidiano do trabalho profissional na perspectiva de aportes do método crítico dialético e sua

vinculação com a práxis social transformadora, fundada no humanismo concreto e histórico que marca as lutas pela emancipação humana.

Nesta direção, nas análises das produções, para além da identificação da concepção de emancipação humana, foi possível identificar um aspecto relevante que relaciona-se com o objetivo desta pesquisa. A maioria das produções (10 dos 16 artigos) que abordavam o Projeto Ético-Político, o abordavam em interface com outra dimensão da profissão. Foram ao total 10 artigos, sendo 7 da Revista SSO&Soc. e 3 da Revista Katálysis.

Na reflexão sobre ser esta a maior expressão das produções, nos perguntamos se os descritores para a busca dos artigos poderiam estar incorretos, lendo os artigos e refletindo sobre eles, observamos que o Projeto Ético-Político é compreendido nas publicações sempre relacionado a outras dimensões da profissão (Projeto Ético-Político e direitos sociais, Projeto Ético-Político e seguridade social, Projeto Ético-Político e Ética, Projeto Ético-Político e formação profissional, Projeto Ético-Político e conjuntura política, etc.) . Ou seja, nos faz compreender que as produções refletem o que a categoria profissional entende do Projeto Ético-Político, como um balizador, um fio condutor para pensarmos, discutirmos e construirmos mediações com a realidade na qual incide o trabalho dos assistentes sociais. Neste sentido, o Projeto Ético-Político cumpre também sua função nas produções, que é o de subsidiar e dar clareza, por meio dos seus princípios e valores – como a emancipação humana - às discussões pertinentes à profissão.

Por isso reforçamos nossa preocupação em nos debruçar sobre o projeto Ético-Político nesta pesquisa. Se ele representa a auto-imagem da profissão, elege os valores que a legitima, delimita e prioriza seus objetivos e funções, formula os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício e prescreve normas para o comportamento dos profissionais (NETTO, 2009), é de fundamental importância que seus fundamentos, categorias teóricas estejam compreendidas dentro da perspectiva que o Projeto assume. Neste caso, dentro da perspectiva crítica marxista.

[...] a pesquisa e o esclarecimento teórico tornaram-se seus principais meios de trabalho, pois é a partir da sistematização da realidade social que o profissional tem condições de agir com mais segurança e dar possíveis respostas que sejam aceitas pela objetividade social (LARA, 2007, p. 73).

Por isso buscar compreender a Emancipação humana, princípio importante dentro do Projeto Ético-Político, para não cairmos no risco de fazermos leituras enviesadas da realidade social, com rebatimento na ação profissional e isso não por uma compreensão equivocada do Projeto Ético-Político, mas por falta de clareza dos valores que o sustenta.

Sublinha-se ainda na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social a adoção de aportes teóricos e metodológicos críticos, inspirados no legado marxista, portanto, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo profissional “capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes. À quebra do quase monopólio do conservadorismo político na profissão seguiu-se a quebra do quase monopólio do seu conservadorismo teórico e metodológico (NETTO, 2016, p. 152).

Cabe pontuar nossa escolha metodológica na síntese das análises. Para o que nos propomos nesta pesquisa, frente a análise de todos os artigos do banco de dados selecionados e os resultados da análise, optamos por valorizar e dar visibilidade aos artigos (e autores) que corresponderam ao nossos descritores e categorias analíticas. O que não significa a desqualificação das outras produções. Mas sim que elas não trazem dentro da proposita metodológica e teórica que direcionamos neste estudo, os elementos que nos auxiliem na compreensão da emancipação humana.

Enfim, depois das análises das produções de duas grandes revistas, de impacto sobre a produção teórica da profissão, nos chama a atenção o reduzido número de produções voltadas para o Projeto Ético-Político (mesmo que na interface a outras dimensões da profissão) no intervalo de tempo de quase 20 anos (2000 a 2018). No conjunto de produções na Revista Serviço Social e Sociedade de 731 artigos publicados entre 2000 2018, 14 destes anunciavam abordar o *Projeto Ético-Político, projeto do Serviço Social e/ou projeto profissional* - Na Revista Katálysis entre 458 trabalhos publicados (sem contar os editoriais) temos apenas 6 artigos que tratam do Projeto Ético-Político.

Não é apenas uma impressão nossa essa redução na produção teórica sobre os fundamentos do Serviço Social, que consolidou o Projeto Ético Político. Esta tendência de queda nas produções sobre o projeto de profissão e seus fundamentos foi identificada também por Closs (2015). Em sua pesquisa, que é

muito mais ampla, a autora aponta que de 2.031 artigos revisados de 11 revistas da área do Serviço Social, 324 produções referem-se sobre os Fundamentos do Serviço Social, ou seja é pequeno o montante de publicações considerando a extensão dos descritores adotados e o volume de artigos pesquisados.

No mesmo sentido, a pesquisa realizada por Silva (2009) na Revista Serviço Social e Sociedade, as publicações analisadas entre 1979 a 2009, de artigos que tratam diretamente os fundamentos do Serviço Social, foi registrado uma queda percentual comparado aos anos de 1979 a 1989. Antes estas publicações representavam 26,46% das temáticas deste periódico, passando a 13,81% de 2000 a 2009.

Segundo Silva (2009) ao passo que há essa queda, temáticas relacionadas às transformações societárias, que se processam a partir da década de 1990, passam a crescer em produção. Questões como a reestruturação produtiva e seus impactos no mundo do trabalho, o processo de globalização econômica, o acirramento das desigualdades sociais, etc (SILVA, 2009). Ou seja, verifica-se que as dimensões constitutivas dos Fundamentos têm diminuído no espaço na produção.

[...] este diminuto trato direto e visibilidade dos Fundamentos na produção da área revela uma contradição em processo entre o adensamento conceitual totalizante dessa matriz e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional, nos quais impacta nas próprias bases históricas do projeto ético-político hegemônico (CLOSS, 2015, p.13).

Como aponta Closs (2015), corroboramos que é preciso uma “viagem de volta” à profissão em suas múltiplas determinações, com destaque para a conjugação dos Fundamentos do Serviço Social no plano da formação, do exercício profissional e dos fundamentos do projeto ético-político. Barroco (2008) expressa bem nossa inquietação quando elucida que os pilares que sustentam o nosso projeto em sua dimensão de ruptura — o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com as classes trabalhadoras e com a realização de um Serviço Social que atenda os seus reais interesses e necessidades, a busca de ruptura com o conservadorismo, em todas as suas formas — constituem o mais valioso patrimônio da profissão, é preciso cuidar dele com coragem.

É neste sentido que o debate da emancipação humana, embora ainda carente de aprofundamento na produção teórica do Serviço Social brasileiro, expressa nas produções analisadas potencialidades e possibilidades concretas para avançarmos na relação entre a emancipação humana e o projeto profissional do Serviço Social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] O conhecimento é assim: ri de si mesmo e de suas certezas. É meta da forma, metamorphose, movimento, fluir do tempo, que tanto cria como arrasa a nos mostrar que para o vôo é preciso tanto o casulo como a asa. (6 de 6) - Aula de Voô (Mauro Iasi)

A beleza do caminho do conhecimento, do indagar-se, está justamente na possibilidade de construir, desconstruir, de saber que nada sabe e no momento seguinte sentir-se cheia de certezas, como diz Mauro Iasi “o conhecimento é assim, ri de si mesmo e de suas certezas”.

O que nos moveu a pesquisar a apreensão da emancipação humana nas produções sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro estava contido em uma semente que, nós autoras, cultivamos juntas desde a época da graduação. Nossos longos debates ainda na produção do Trabalho de Conclusão de Curso, nossos questionamentos à respeito dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, suas abordagens teóricas e o significado social da mesma, contribuíram para a materialização deste trabalho.

Este fato faz deste trabalho uma produção coletiva, é um acúmulo de conhecimentos. É resultado das horas de aulas na pós graduação, dos cafés “filosóficos” dos intervalos, dos encontros para a orientação, dos meses que me afastei para viver, ao meu ver, uma expressão profunda e significativa da minha existência humana – a maternidade. Nesse sentido, não é de se espantar que no plano da produção teórica, nosso movimento pela compreensão dos fundamentos da objetivação do homem no mundo, da luta por uma sociedade realmente livre e emancipada, buscássemos fôlego em nossas experiências na realidade concreta.

Chegamos assim às considerações finais com a certeza de que a pesquisa é uma procura sincera pela verdade, mas não a verdade absoluta pois, “ como mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre provisório, parcial, histórico (GUERRA, 2009, p.4). Assim, visando compreender o objeto de pesquisa procuramos na historicidade e nas categorias teóricas da teoria social crítica um mirante para a nossa análise.

Iniciamos as reflexões teóricas abordando as concepções de emancipação

humana e política na teoria de Marx. Pontuamos como a emancipação política, fundada na propriedade privada e no trabalho alienado produz a negação da liberdade real e é realização máxima da sociabilidade burguesa. Em um movimento contrário, a emancipação humana pressupõe a superação e negação total da emancipação política, pois funda-se na superação da propriedade privada por meio da práxis. A práxis é a atividade consciente, exclusivamente humana, transformadora, criativa e a forma de objetivação do homem no mundo. Sendo o fundamento do ser social possibilita ao homem a criação das condições concretas para o desenvolvimento de escolhas no plano real, possibilita o desenvolvimento da liberdade real.

Assim, elucidamos o Trabalho e a Liberdade, dentro da perspectiva da teoria social crítica, como nossas categorias analíticas para a apreensão da emancipação humana nas produções sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Estas categorias foram nossas “pinças” na leitura e análise de 16 artigos, oriundos de duas revistas da área do Serviço Social, a Serviço Social & Sociedade e a Revista Katálysis. Chegamos aos 16 artigos por meio das buscas nos volumes publicados entre 2000 e 2018, nas versões impressas (quando houve) e digital.

Buscando pelos descritores nos títulos – projeto ético-político, projeto, projeto profissional, emancipação humana e emancipação – identificamos que os artigos se enquadravam em dois tipos de eixos. O Eixo 1 de artigos que tinham como objeto de análise os fundamentos do Projeto Ético-Político e o Eixo 2 dos artigos que abordavam o projeto mas na interface com outra dimensão da profissão.

Realizando a análise dos 16 artigos, demos destaques as produções dos autores Montañó (2006), Barroco (2008), Santos (2010), Guerra (2007), Abramides (2007) e Silva (2009), que trazem em suas produções a reflexão sobre a emancipação humana (estando a palavra expressa ou não) por meio das categorias teóricas, conferindo a ela a abordagem enquanto a emancipação (como pontuamos no capítulo 3) como um “estado do ser” abstrato, que tem seu fundamento a liberdade (real) e do Trabalho (práxis). Uma compreensão da emancipação humana dentro da perspectiva crítico dialética marxista, que considera o Trabalho, enquanto atividade humana livre, consciente e que possibilite a realização da subjetividade humana.

Nesta direção, a emancipação elevada pela liberdade real e possibilitada

pela práxis, esta é antagônica ao modo de produção capitalista. Nos limites da sociabilidade burguesa a única emancipação possível é a emancipação política. Uma emancipação elevada pela liberdade burguesa, uma liberdade formal mediada pelo Estado e fundamentada na propriedade privada. A Emancipação humana e política não são sinônimos, mas antagônicas. A existência de uma pressupõe a eliminação da outra.

Identificamos nas publicações que os autores concebem a diferença entre ambas as emancipações. Na leitura o indicativo foi por reconhecerem que a luta que visa alcançar a emancipação humana é a luta contra o capital, é a luta a favor do rompimento e superação do Trabalho alienado e da propriedade privada. Entretanto, pontuam que a emancipação política, ainda que fundamentada nos limites burgueses, é uma emancipação necessária para a elevação das condições materiais concretas da vida dos trabalhadores. É a condição necessária muitas vezes para sua sobrevivência. Aqui está uma questão central que nos motivou nesta pesquisa – apreender a emancipação na produção teórica do Serviço Social. Pois se um por lado ouvimos profissionais de Serviço Social ressaltarem em sua prática cotidiana que “conseguiram emancipar os sujeitos”. Até que ponto a literatura na área nos permite compreender que nossa perspectiva de emancipação humana não se confunde com os limites da emancipação política? E neste sentido a literatura estudada nos permitiu ter clareza da distinção entre ambas.

Entretanto, é preciso ter claro que, Serviço Social como uma profissão interventiva nas seqüelas da contradição capital e Trabalho, se vê também permeado por esta contradição. Como uma profissão que também ocupa a divisão sócio técnica do Trabalho, sendo seus profissionais enquadrados na categoria dos assalariados e também explorados, são chamados a intervir tanto nas expressões advindas da contradição e sendo funcionais ao sistema, como também, são chamados a formular respostas e qualificarem sua intervenção favorecendo a classe trabalhadora, em consonância com a leitura crítica da realidade expressa nos valores e fundamentos do seu projeto Ético-Político.

O que significa para uma profissão social se orientar por um projeto profissional crítico? [...] Significa uma possibilidade (o que não quer dizer efetividade) de os profissionais tomarem consciência dos fundamentos (objetivos e subjetivos) sobre os quais a prática profissional se desenvolve, porque os projetos profissionais se organizam em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos e saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas, de orientação sobre o perfil profissional que se

deseja formar. Compõe de orientações sobre as bases normativas e valorativas pelas quais a profissão se relaciona inteiramente e com a sociedade, um conjunto de referências metodológicas para a intervenção, posturas e modo de operar construídos e legitimados pela categoria profissional” (GUERRA, 2007, pag. 8).

Por isso a importância de apreender os fundamentos teóricos-metodológicos do projeto profissional e clarear sempre que possível seu entendimento, e neste sentido, um dado nos inquieta. Em um quadro amplo de produções de artigos das revistas entre 2000 e 2018, foram poucos os números de publicações referentes ao projeto Ético-Político. Ao mesmo tempo observa-se um aumento considerável de temas conjunturais sociais, econômicos e políticos. Esta observação de pouca produção da área que aborde o projeto profissional já foi sinalizada por Closs (2015) e Silva (2009), como já pontuamos. Diante dos avanços teórico-metodológicos que a profissão consolidou ao longo destes últimos trinta anos, é preciso considerar a urgência de ampliação desta produção que articula esse acúmulo teórico crítico ao cotidiano do exercício profissional. Particularmente, diante dos desafios que o atual contexto de mundialização do capital financeiro, e conseqüentemente do acirramento da questão social nos colocam, as/os profissionais de Serviço Social, mas especialmente a academia, que é interpelada, e com urgência a ampliação de produções teóricas na área dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social.

Não é nossa intenção nesta pesquisa de qualificar como bom ou ruim a diminuição da produção sobre a área, uma vez que compreendemos a abordagem do conjunto destas temáticas nas produções do Serviço Social. O que indica a sintonia da profissão com as tendências da realidade sócio-histórica, que se relacionam diretamente com a formação e o exercício profissional. Mas preocupamos a diminuição de publicações sobre os fundamentos da profissão, pois as dimensões que compõem a profissão (formação, prática profissional e produção de conhecimento) pressupõe uma sólida formação teórico-metodológica como uma competência profissional, tal como afirmam as diretrizes curriculares e a lei de regulamentação da profissão. Trata-se de um aspecto que desafia a profissão de múltiplas formas, tendo em vista superar a concepção do senso comum de que teoria é uma coisa, e a prática é outra. Afirmar essa unidade exige o exercício constante de pensar as mediações para reconstruir um conjunto de conhecimentos

que contribuam para dar respostas as demandas sociais que se colocam no cotidiano do nosso trabalho profissional. E nesta direção, permanece o desafio, em tempos pós-modernos, de afirmar e aprofundar a essência do método de Marx no debate dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro.

Para nós fica claro a constante necessidade do estudo crítico dos fundamentos, pois o projeto Ético-Político

[...] nos clarifica os objetivos profissionais e os valores, que contenha o referencial teórico-metodológico que nos permita fazer a crítica ontológica do cotidiano, da ordem burguesa e dos fundamentos conservadores que persistem na profissão, que lance luzes sobre nossas possibilidades de escolhas e nos oriente para determinada direção social, estamos aptos a desenvolver novas competências no âmbito dos espaços profissionais (GUERRA, 2007, p10).

Depois de todo o percurso na pesquisa, apesar das poucas publicações identificadas e analisadas, compreendemos que estas expressaram a direção social que a profissão assume em seu projeto profissional na luta por um projeto de sociedade para além da emancipação política, onde a emancipação humana não esteja numa perspectiva de uma utopia, *de vir ser*, algo a ser alcançado. Mas um estado de ser, com sua correspondência no plano da realidade concreta, elevada pela liberdade real e possibilitada pela práxis.

Voltando ao dilema de Alice, de “Alice no país das maravilhas”, quando indaga o gato Cheshire: [...] *“que caminho devo tomar para ir embora daqui? Depende bastante para onde quer ir - respondeu o Gato. Não me importa muito para onde - disse Alice. Então, não importa que caminho tome - disse o Gato [...]* (CARROLL, 2009, p. 109)”. Temos clareza que hegemonicamente o projeto profissional tem a defesa com rompimento do sistema do capital. Temos clareza dos valores e de que tipo de sociedade almejamos - uma sociedade humanamente emancipada - sabemos assim onde queremos chegar.

Então, perguntamos: nos importa que caminho tomar? Iasi (2015) talvez nos ajude nesse dilema!

Quando os trabalhadores perderem a paciência - (Mauro Iasi)**

As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência

A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juizes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências

Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Depois de dez anos sem uso, por pura obscelescência
A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:
“declaro vaga a presidência”!

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **O caracol e sua concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. 1. Ed. São Paulo, Boitempo, 2005.

ARANHA, A. V. S.; DIAS, D. Trabalho como princípio educativo na sociabilidade do capital. In: MENEZES NETO, A. J.; CUNHA, D. M. (Org.); **Trabalho, política e formação humana**: interlocuções com Marx e Gramsci. São Paulo: Xamã, 2009. p. 115-127

BARROCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos Ontológicos. 5. Ed. São Paulo. Cortez, 2007.

BELTRAME, J. M. **A teoria da emancipação humana no pensamento de Marx** : da Gazeta Renana aos Anais Franco-Alemães / Jonece M. Beltrame. -- Toledo, PR : [s. n.], 2009.

BENSAIDE, D. Apresentação e posfácio. 2010. In: MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2010. 139 p.

BOURGUIGNON, J.A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v 10, 2007.

TELES, H;BULHOSA, L. NICÁCIO, N. **Decifra-me ou te devoro**: a apreensão teórica da opressão no CFESS manifesta. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Serviço Social. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 maio, 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 05 de Fev de 2016.

CARCANHOLO, R. **O trabalho produtivo na teoria marxista**. V Colóquio Internacional Marx-Engels. UNICAMP, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao7/Reinaldo_Carcanholo.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2017.

CARCANHOLO, R. (org.) **Capital**: Essência e Aparência. Volume I. 1º Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2011.

CARDOSO, P.F.G. **Ética e Projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. 2013.

CARROLL, L. **As Aventuras de Alice no País das Maravilhas** (em Português). [S.I.]: Relógio d'Água, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética**

Profissional do Assistente Social. 1993.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do serviço social:** um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre. PUCRS, 2015.

DARDENGO, A. M. **A panaceia econômico-solidária** : uma sistematização dos discursos apologéticos e críticos da economia solidária no Brasil. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

DUARTE, J.L.M. **Notas sobre o projeto ético-político profissional:** fundamentos, construção e desafios. EM PAUTA, Rio de Janeiro. n. 39, v. 15, p. 176 – 200.1o Semestre de 2017.

GARCIA, M.L.T; NOGUEIRA, V.M.R; FORTI, V.L. **Documento de Área – Serviço Social.** Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. Avaliação quadrienal, 2016.

GILL, R. Análise de discurso. In.: MARTIN W. B, GASKELL, G.. **Pesquisa qualitativa com texto:** imagem e som : um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

GUEDES,O. A liberdade em obras do jovem Marx: referências para reflexões sobre ética. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2011.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. IN: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social.** 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO. Marilda. O Serviço Social na Cena Contemporânea. CFESS, ABEPSS. In: **Serviço Social** - direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29 ed., São Paulo, Cortez, CELATS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 2 Ed. São Paulo, Cortez, 1994.

IASI, L. M. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 1 Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

IASI, M. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.** São Paulo, ICP, 2017. 440 p.

IASI, M. **Poema Aula de Voo**. Disponível em: <https://saber-literario.blogspot.com/2012/11/aula-de-voo-mauro-iasi.html>. Acesso em nov, 2018.

IASI, M. **Poema: Quando os trabalhadores perderem a paciência**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias-do-social/3452927>. A

JUSTO, S.M. R. Ética e emancipação humana: a relação gênero/indivíduo em Lukács e Marx. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 53-74 Jan./Jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/458>. Acesso em 12 de Nov. de 2018.

LARA, Ricardo. **Pesquisa e Serviço Social**: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. *Katálisis*, Florianópolis, n. 10, 2007.

LESSA, S. TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo : Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. Maceió. Edufal. 2007.

LESSA, S. **LUKÁCS: ÉTICA E POLÍTICA**. Observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política, 2015.

LOWY, M. **A teoria da Revolução no jovem Marx**. Tradução: Anderson Gonçalves. São Paulo: Boitempo, 2012. 218p.

LIMA, T.R.S; MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál.* Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do homem**. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. **O capital**. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução : Florestan Fernandes. Expressão Popular, São Paulo, 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 26.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro II. Coleção: Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 1844a. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/criticafilosofia.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2017.

MARX, K. **Sobre a questão Judaica**. 1844b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>. Acesso em maio de 2017.

MÉSZAROS, I. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social, Método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MORAES, C.A.S. A viagem de volta: significados da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 240-265 abr./jun. 2013.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo, Cortez, 1991.

NETTO, J.P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In MOTA A.E. et al (orgs) **Serviço Social e Saúde**: formação e Trabalho Profissional . 4e.d., São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J.P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M.L. O e.(org). **Serviço Social no Brasil**: História de resistência e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo, Cortez, 2016.

NETTO, J.P. **Introdução à obra de Marx**. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Introduc%C3%A3o-%C3%A0-obra-de-Marx-Jos%C3%A9-Paulo-Neto.pdf>. Acesso, 14 de Maio de 2017.

NETTO, J.P. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo:Cortez, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no serviço social e no direito. **Sociedade em Debate**. Pelotas, n. 15, 2009.

REVISTA KATALYSIS. **Seção**: foco e escopo. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em 12 de março de 2017.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Seção**: sobre nós. Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/sssoc/paboutj.htm>. Acesso em 12 de março de 2017.

SALAZAR, S. N. **Trabalho e educação nas práticas de economia solidária**: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?. 2008. Tese (Doutorado em Serviço

Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Sulina. Porto Alegre, 1986.

SANT'ANA, R. S.; SILVA, J. F. S. da. O método na teoria social de Marx. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

SILVA, J.F.S. **Serviço Social: resistência e emancipação?**. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Franca, 2010.

SILVA, M. O. **Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 100, p. 599-649, out./dez. 2009.

TEIXEIRA, J.B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social - direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

TELES, H.B; BULHOSA, L.M.J; NICÁCIO, N.S. **Decifra-me ou te devoro: considerações acerca da concepção de opressão no capitalismo expressa no CFESS Manifesta**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

TONET, I. Lukács: Trabalho e Emancipação Humana. **IN: Lukács e a Emancipação Humana**. DEL ROIO, Marcos (Org.). São Paulo, Boitempo, 2013.

TONET, I. **Qual política social para qual emancipação?** In: *Revista Ser Social*, Brasília, V. 17, n. 37, p. 279-295, jul.-dez. 2015.

TONET, I. Cidadania ou Emancipação Humana. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Nº44. Ano IV. Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/044/44ctonet.htm>. Acesso em 3 de de Junho de 2017.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809>>. Acesso em: 31 out. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis** - 2a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Clasco: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011

REFERÊNCIAS DO BANCO DE DADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

ABEPSS. Formação do AS no Br e a consolidação do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.** Serviço Social: Fomação e Projeto Político. Vol 79. Especial, 2004.

ABEPSS. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011.

ABRAMIDES, M.B.C. Desafios do Projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.** projeto profissional e conjuntura. Vol 91, Especial, 2007.

AZEVEDO, A.F; SARMENTO, H.B.M. Projeto Ético-Político, Necessidades e direitos sociais. **Serv. Soc. Soc.** Os desafios para o SSO. Vol 92. Novembro, 2007.

BARROCO, M.L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, M.L.S. A inscrição da Ética e dos Direitos Humanos no projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.:** Formação e Projeto Ético-Político. Vol 79. Especial, 2004.

BRAZ, M. Governo Lula e projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc /** Tema: Gestão Pública. Vol 78. Julho, 2004.

BOSQUETTI. I. Seguridade Social e PEP: que direitos para qual cidadania? Sso: formação e projeto político. **Serv. Soc. Soc.** Vol 79. Especial, 2004

GUERRA, Y. O Projeto Profissional Crítico: Estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serv. Soc. Soc.** Projeto profissional e conjuntura. Vol 91, Especial , 2007.

LUIZ, D. E. C.. Emancipação Social: fundamentos à prática social e profissional. **Serv. Soc. Soc.**, v. 94, p. 114-131, 2008.

PANIAGO, M.C.S. Lutas defensivas do Trabalho: Contribuições problemáticas a emancipação. **Serv. Soc. Soc.** Estado e Regulação Social . N 76. Março, 2003.

SANT'ANA. R.S. O Desafio da Implantação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.** Processo de Trabalho e ASSIST Social . N 62. Março. 2000.

SILVA, I.S. O projeto ético-político profissional do Serviço Social: O sentido da ruptura. **Serv. Soc. Soc.** SSO, HISTORIA E TRABALHO. Vol 97, jan.marc, 2009.

SANTOS, S.M.M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 104. out./dez. 2010.

BARBOZA,D.R; BARBOZA,J.A.B.L. Sociedade regulada e radicalismo democrático: princípios gramscianos para conformação do projeto ético-político profissional do Serviço Social. **Katálysis.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 47-56, jan./abr. 2017.

CARDOSO, P.F.G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334,

set./dez. 2017.

FORTI, V.L Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. R. **Katálysis**., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017.

LESSA.S. Ética, política e Serviço Social. **Katálysis**. Florianópolis, v. 8 n. 2 jul./dez. 2005.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Katálysis** v. 9 n. 2 jul./dez. Florianópolis. 2006.

MARRO, K.I. Reflexiones preliminares sobre el problema de la hegemonía en el proyecto ético-político del Trabajo Social. **Katálysis** v. 9 n. 2. Florianópolis. jul./dez. 2006.

APÊNDICE 1 - Roteiro para organização dos artigos que apresentaram os descritores

1.1. Nº do documento analisado

1.2. Referência completa para citação do documento:

1.2. Revista na qual o artigo está publicado:

1.3. Ano da publicação do artigo:

1.4. O artigo tem como objeto de estudo o Projeto Ético-Político? () sim () não

1.5. O artigo dedica parte da redação para a discussão do projeto ético-político profissional?

() sim () não

1.6. O artigo discute o projeto ético-político na sua interface a outra dimensão da Profissão? Se sim. Qual:

1.7. A ênfase do artigo não está relacionada ao debate do projeto ético-político apesar dos descritores. Qual ênfase?

1.8. O artigo será incluído na análise?

() Sim () Não

Síntese da justificativa de inclusão ou exclusão.

APÊNDICE 2 - Quadro dos artigos das Revistas Serviço Social & Sociedade e Revista Katálysis entre 2000 a 2018 que apresentavam os descritores (Banco de Dados)

	DADOS GERAIS	TÍTULO	AUTOR	RESUMO	Palavras-Chave
1	SSO E SOC. N 62 Março 2000 Processo de Trabalho e ASSIST Social	O Desafio da Implantação do projeto Ético-Político do Serviço Social	Raquel Santos Sant'ana	Discussão sobre o eixo Estado e Política Social / Fund Teórico Met SSO e construção PEP	Flexibilização trabalho; Neoliberalismo; Estado; Prática Profissional; PEP, Código de ética.
2	SSO E SOC. N 76 - MARÇO 2003 ESTADO E REGULAÇÃO SOCIAL	Lutas defensivas do Trabalho: Contribuições problemáticas a emancipação	Maria Cristina Soares Paniago	Debate de como a luta por direitos sociais tem trazido à emancipação do trabalho subordinado à relação capital trabalho. Se as lutas sociais podem fazer recuar o capital, forçando-o à restituição crescente de ganhos ao trabalho até que se alcance a emancipação definitiva do trabalho.	Emancipação do trabalho, reformismo, luta de classe, política social e socialismo
3	SSO E SOC. VOL 78 JULHO 2004 / TEMA: GESTÃO PÚBLICA	Governo Lula e o projeto Ético-Político do Serviço Social	Marcelo Braz	Discute o PEP a partir dos desafios do contexto na eleição de Lula, resultados do seu governo, características do PEP e a profissão no contexto do país.	SSO, GOVERNO LULA, PROJETO PROFISISONAL.
4	SSO E SOC. VOL 79 Especial 2004 SSO : FORMAÇÃO E PEP	A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto Ético-Político do Serviço Social	Maria Lúcia Silva Barroco	Balanço dos avanços que com o acúmulo teórico nos anos 80 vem crescendo, de como nos anos 90 a capacidade ético político fortaleceu o PEP	SSO; ÉTICA, POLÍTICA, PROJETO, VALOR
5	SSO E SOC. VOL 79 Especial 2004 / TEMA: SSO: FOMAÇÃO E PROJETO POLITICO	Formação do AS no Br e a consolidação do PEP	ABEPSS (Autoras: Jussara Rosa Mendes, Vera Noqueira, Berenice Couto)	ABEPSS e o seu papel na formação do AS . Diretrizes gerais para o curso e a consolidação do PEP	SSO, GOVERNO LULA, PROJETO PROFISISONAL.
6	SSO E SOC. VOL 79 Especial 2004 / TEMA: SSO: FOMAÇÃO E PROJETO POLITICO	Seguridade Social e PEP: que direitos para qual cidadania?	Ivanete Bosquetti	Situando brevemente o conjunto social brasileiro traz um análise sobre a seguridade social no Brasil seus desafios e descaminhos. Aborda a Seguridade que PEP defende	SEGURIDADE, SSO, PEP

7	SSO E SOC. VOL 92 NOVEMBRO 2007 TEMA: OS DESAFIOS PARA O SSO	Projeto ético-Político, necessidades e direitos sociais	Adriana Fonseca de Azevedo ; Helder Boska de Moraes Sarmento	Reflete sobre o termo necessidade uma vez que o SSO tem como PEP pautado na conquista e afirmação da democracia e direitos sociais, e a viabilização destes direitos passa pela compreensão das necessidade sociais.	Necessidades sociais, direitos sociais, PEP, SSO;
8	SSO E SOC. VOL 91 ESPECIAL 2007 TEMA: PROJETO PROFISONAL E CONJUNTURA	O Projeto Profissional Critico: Estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da pratica profissional	Yolanda Guerra	Indicar as possibilidades e efetividade do projeto profissional critico para o exercício profissional não apenas competente, mas comprometido com o enfrentamento da barbárie do capitalismo	Projeto profisonal critico, efetividades, posscibilidades;
9	SSO E SOC. VOL 91 ESPECIAL 2007 TEMA: PROJETO PROFISONAL E CONJUNTURA	Desafios do Projeto profisonal de ruptura com o conservadorismo	Maria Beatriz Bosta Abramides	Desafios do projeto profissional e a ruptura com o conservadorismo;	PEP, PROCESSO DE RUPTURA, DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA
10	SSO E SOC VOL 94 JUNHO 2008 TEMA: EXAME DE PROEFICIENCIA EM DEBATE	Emancipação Social: Fundamentos à pratica social e profissional	Danuta e. Cantóia Luiz	Sistematização sobre a categoria emancipação social, com referencia no pensamento marxiano e gramsciano. Emergem as concepções de ruptura molecular e emancipação social, que podem fundamentar a expressar dimensões da pratica social e profisonal que tem a emancipação social como horizonte de busca (palavras da aurtora)	Emancipação social,, rupturas moleculares, práticas;
11	SSO E SOC VOL 97 JAN.MARC 2009 TEMA: SSO, HISTORIA E TRABALHO	O projeto Ético-Político profissional do Serviço Social: o sentido da ruptura	Iolani Soares da Silva	Discute o projeto de ruptura, suas perspectivas e propostas	PEP, valores éticos, cidadania
12	SERV. SOC. SOC., SÃO PAULO, N. 104. OUT./DEZ. 2010	O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto etico-politico profissional	Silvana Mara de Moraes dos Santos	A ação política do CFESS na defesa das condições de trabalho do(a) assistente social e na materialização do projeto ético-político profissional neste tempo de crise estrutural do capital, momento histórico de extrema imposição da mercantilização sob todas as dimensões da vida social e de banalização da vida humana	Condições de trabalho. Projeto profissional. Política.
13					

	SERV. SOC. SOC., SÃO PAULO, N. 106, P. 205-218, ABR./JUN. 2011	Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político	Maria Lucia S. Barroco	Desenvolvido a partir de Palestra realizada no Seminário "30 Anos do Congresso da Virada", em São Paulo, em 2009. Analisando os desafios do projeto ético-político na atual conjuntura, assinala as principais determinações da sociabilidade contemporânea para evidenciar o <i>ethos</i> dominante no cenário do neoliberalismo pós-moderno e as formas de ser que favorecem o neoconservadorismo e criam obstáculos à viabilização dos valores e pressupostos do Código de Ética Profissional	Ética. <i>Ethos</i> . Projeto ético-político. Neoconservado- rismo. Neoliberalismo pós-moderno
14	SERV. SOC. SOC., SÃO PAULO, N. 108, P. 785-802, OUT./DEZ. 2011	As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político	ABPSS- Elaborado por Claudia Monica dos Santos; Maria Helena Elpidio Abreu e Juliana Iglesias Melin	Trazer elementos para o debate sobre a formação profissional no contexto da contrarreforma da educação superior no Brasil e suas implicações para o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Busca-se resgatar as lutas e estratégias de enfrentamento construídas democraticamente e incorporadas pelas entidades organizativas do Serviço Social brasileiro a fim de ampliar este debate e reafirmar a defesa do projeto profissional.	Educação superior. Formação profissional. Serviço Social
15	KATÁLYSIS V. 9 N. 2 JUL./DEZ. 2006 FLORIANÓPOLIS	Um projeto para o Serviço Social crítico	Carlos Montañó	Traz o debate dos desafios atuais que levam construir coletivamente um <i>projeto éticopolítico profissional</i> que possa enfrentar com competência e compromisso, no interior das forças sociais progressistas	Projeto ético; Serviço Social;
16	KATÁLYSIS V. 9 N. 2 JUL./DEZ. 2006 FLORIANÓPOLIS	Reflexiones preliminares sobre el problema de la hegemonía en el proyecto ético-político del Trabajo Social	Katia I. Marro	Aborda o problema da hegemonia na onsolidação de um projeto profissional capaz de disputar uma direção social alternativa em nossa prática profissional e de vinculá-lo às lutas sociais de seu tempo. Discutindo as noções ou usos políticos freqüentes do problema da hegemonia para confrontá-los com a noção gramsciana, pretende-se pensar algumas relações que se estabelecem com o projeto ético- político profissional, e enunciar algumas hipóteses de trabalho sobre as condições históricas atuais de consolidação de tal hegemonia no interior do heterogêneo Serviço Social latino-americano	hegemonia, projeto ético-político, organização profissional, neoliberalismo.
17	R. KATÁL., FLORIANÓPOLIS, V. 20, N. 1, P. 47-56, JAN./ABR. 2017	Sociedade regulada e radicalismo democrático: princípios gramscianos para conformação do projeto ético-político profissional do Serviço Social	Douglas Ribeiro Barboza Jacqueline Aline Botelho Lima Barboza	Este artigo busca resgatar a questão do radicalismo democrático na teoria de Gramsci, o qual afirma a necessidade de instauração de uma sociedade auto regulada em que a divisão entre governantes e governados será eliminada e as classes subalternas serão elevadas à condição de protagonistas, dirigentes e responsáveis da sua própria história. As formulações gramscianas contribuem para	Gramsci. Democracia. Sociedade regulada. Projeto ético-político.

				refletir sobre as possibilidades.	
18	R. KATÁLYSIS, FLORIANÓPOLIS, V. 20, N. 3, P. 373-381, SET./DEZ. 2017	Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios	Valeria Lucilia Forti	Apresenta argumentos que buscam adensar o debate acerca da relação entre o pluralismo e o Serviço Social. Tal debate é imprescindível aos profissionais da área, haja vista vincular-se aos princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor. Observe-se que a apreensão suficiente e crítica da temática pelos profissionais e estudantes do Serviço Social é mister, em particular no momento presente em que ondas conservadoras se expressam com tamanha importância na vida social dos brasileiros e parecem repercutir nesse âmbito profissional	Pluralismo. Serviço Social. Ética. Conservadorismo.
19	R. KATÁL., FLORIANÓPOLIS, V. 20, N. 3, P. 325-334, SET./DEZ. 2017	Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação	Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso	Objetiva analisar a direção social e a perspectiva ética presentes na trajetória de oito décadas de formação em Serviço Social. Através de pesquisa documental, retoma os dez currículos da primeira escola de Serviço Social, passando pelos quatro currículos mínimos aprovados nacionalmente, até as atuais diretrizes curriculares. Reconstitui o caminho percorrido por uma formação embasada numa perspectiva conservadora à importante inflexão de construção de uma perspectiva emancipatória. Aponta considerações acerca dos desafios postos ao atual projeto político pedagógico, em especial no que se refere à necessária efetivação da transversalidade da ética na formação das assistentes sociais.	Formação Profissional. Ética Profissional. Serviço Social.
20	KATÁLYSIS V. 8 N. 2 JUL./DEZ. 2005	Ética, Política e Serviço Social	Sergio Lessa	ao assumir a forma de um projeto ético-político, sugere uma Complementaridade entre a ética e a política que apresenta graves Problemas e que, em última análise, é incompatível com definição estratégica da profissão. Argumenta-se que, no horizonte marxiano, não há ação política que seja ética. Há, entre estes dois complexos, um antagonismo ontológico. A plena vigência ética apenas é possível em uma sociedade para além do capital e, portanto, para além da política. Argumenta-se, também, que esta complementaridade entre ética e política apenas é possível na concepção de mundo (<i>Weltanschauung</i>) idealista, burguesa, com todos os problemas daí decorrentes.	Ética e política, Marx, Lukács.